

PUCRS

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN – FAMECOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

MESTRADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

VITOR LAITANO E SILVA

**IMAGINÁRIOS DO GOLPE: ANÁLISE DISCURSIVA DE IMAGINÁRIOS
SOBRE A DILMA ROUSSEFF E O GOLPE DE 2016**

Porto Alegre

2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

VITOR LAITANO E SILVA

**IMAGINÁRIOS DO GOLPE: ANÁLISE DISCURSIVAS DE IMAGINÁRIOS SOBRE
DILMA ROUSSEFF E O GOLPE DE 2016**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Juremir Machado da Silva

Porto Alegre

2023

VITOR LAITANO E SILVA

**IMAGINÁRIOS DO GOLPE: ANÁLISE DISCURSIVAS DE IMAGINÁRIOS SOBRE
DILMA ROUSSEFF E O GOLPE DE 2016**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Aprovado em: de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Cristiane Freitas Gutfreind – PUCRS

Prof. Dr. Álvaro Nunes Lorangeira – UFES

Porto Alegre

2023

AGRADECIMENTOS

Flávia, César, Artur;

Fernanda, Lúcio;

Caroline, Victoria, Guilherme;

Rodrigo, Raíssa;

Juremir, Michel, Gilbert, Gastón;

Cristiane, Camila.

Obrigado

RESUMO

Neste trabalho investigamos a produção de narrativas criadas pelas imagens simbólicas sugeridas nos títulos publicados nas capas da edição impressa do jornal Folha de São Paulo ao longo da tramitação do processo de deposição de Dilma Rousseff no Congresso Nacional entre os dias 1 de dezembro de 2015 e 1 de setembro de 2016.

Para isso, nosso referencial teórico é oriundo do campo de Estudos do Imaginário, que investiga, a partir de Durand (1968; 2012) e Silva (2017; 2019), a construção da realidade a partir da saturação de significações depositadas sobre o real. Aplicado ao campo da Comunicação, utilizamos as contribuições de Silva na formulação da teoria das Tecnologias do Imaginário, onde a produção com alta geração de excessos significativos pode produzir desvios de significados.

Para realizar a análise, utilizamos a metodologia proposta por Silva (2003): Análise Discursiva de Imaginários (ADI) que, inserida na abordagem compreensiva, propõe três etapas: estranhamento, entranhamento e desentranhamento.

Assim, identificamos oito narrativas formadas por imagens simbólicas sugeridas nos títulos das capas Folha de São Paulo no período: A política como um jogo sujo; A crise econômica; A crise social; Dilma incompetente; A ampliação da personagem Dilma/antipetismo; A legitimidade do processo em si/do rito no Congresso; A justiça e a classe política; Temer nem tão consolidado assim, onde cada narrativa possui seu leque de imagens simbólicas que a compõe.

Palavras-chave: Golpe. Impeachment. Dilma. Imagens simbólicas. Tecnologias do imaginário. Imaginário.

ABSTRACT

In this paper we explore the creation of narratives through the symbolic images suggested by the headlines on the covers of the printed edition of the newspaper Folha de São Paulo throughout the Dilma Rousseff's deposition process in the National Congress between December 1st of 2015 and September 1st of 2016.

In order to do so, our theoretical background comes from the Imaginary Studies, which investigates, through Durand (1968; 2012) and Silva (2017; 2019), the construction of reality through a saturation of meaning placed over what is real. When applying it to the field of Communication, we use the contributions of Silva in the elaboration of the Technologies of the Imaginary theory, in which production with a high level of excess of meaning can lead to deviations of meaning.

To accomplish this analysis, the methodology proposed by Silva (2003) was used: Imaginary Discourse Analysis (IDA), which, inserted in a comprehensive approach, proposes three steps: strangeness, entanglement, and disentanglement.

Thus, we identified eight narratives formed by symbolic images suggested by the Folha de São Paulo headlines of this period: Politics as a dirty game; Economic crisis; Social crisis; Incompetent Dilma; The expansion of the character Dilma/*antipetismo*; The legitimacy of the process itself/the Congress rite; Justice and the political class; Temer not so consolidated, in which each narrative is composed of their own set of symbolic images.

Keywords: Coup. Impeachment. Dilma. Symbolic images. Technologies of the imaginary. Imaginary.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	O BRASIL DO GOLPE	11
2.1	DE 2013 A 2016	19
3	IMAGEM E IMAGINÁRIO	38
3.1	IMAGINÁRIO	39
3.2	TECNOLOGIAS DO IMAGINÁRIO	49
3.3	AMBIENTE DE LEGITIMAÇÃO DO GOLPE	52
4	METODOLOGIA	58
5	ANÁLISE	63
5.1	A POLÍTICA COMO UM JOGO SUJO	63
5.2	A CRISE ECONÔMICA	77
5.3	A CRISE SOCIAL	88
5.4	DILMA INCOMPETENTE	95
5.5	A AMPLIAÇÃO DA PERSONAGEM DILMA/ANTIPETISMO	105
5.6	A LEGITIMIDADE DO PROCESSO EM SI/DO RITO NO CONGRESSO	113
5.7	A JUSTIÇA E A CLASSE POLÍTICA	123
5.8	TEMER NEM TÃO CONSOLIDADO ASSIM	134
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS	139

1 INTRODUÇÃO

O golpe de 2016 foi o acontecimento político mais importante nas últimas décadas no Brasil. Além do seu incontestável impacto a própria política brasileira, cujas repercussões ainda são sentidas até hoje, o longo processo que acabou por destituir Dilma Rousseff da chefia do Estado abriu brechas e feridas nos mais diversos níveis da sociedade brasileira.

No campo da política institucional, os discursos proferidos durante a votação do relatório da Comissão Especial na Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril de 2016 escancararam a falta de pudor e decoro daqueles eleitos para representar a população. Nas ruas, a polarização se apresentava em manifestações e acampamentos urbanos que, de um lado, entre bandeiras do Brasil e roupas com estampas camufladas, encontravam no Partido dos Trabalhadores o mais profundo símbolo da corrupção e imoralidade e, por isso, demandavam a renúncia de Dilma, enquanto do outro lado, de vermelho, denunciavam o caráter persecutório, misógino e golpista do processo.

A imprensa brasileira, especialmente a hegemônica - ou seja, aquela que, guiada pela classe dominante, dá a direção intelectual e moral da sociedade civil (GRAMSCI, 1985) - tiveram parte central nos acontecimentos que levaram ao afastamento de Dilma Rousseff. Muitas pesquisas, como as de Ciocari (2016), Becker, Cesar, Gallas e Weber (2016), Campos e Cardoso (2017), Pozobom e Prates (2017), de Pinheiro e Vieira (2018), Marques, Mont'alverne e Mitozo (2018); Santana (2018), Morigi, Stueber, Engelmann e Cresqui (2019), e de Campos, Coimbra e Oliveira (2020), apresentam resultados sólidos quanto ao enquadramento dado ao longo da cobertura realizada imprensa, além da intencionalidade por trás das técnicas e escolhas discursivas presentes nos títulos e matérias publicados no período, indicando, por exemplo, uma preferência pela cassação total da chapa eleita em 2014 nas páginas da Folha de São Paulo, enquanto nas páginas do Estadão, a o melhor caminho era o afastamento somente da presidente.

Ao longo da pesquisa bibliográfica de investigações sobre a cobertura do processo de deposição realizada pela imprensa hegemônica, um ponto aparece como denominador comum no resultado das análises: Dilma Rousseff é sempre retratada ou como despreparada para o cargo no mais amplo dos sentidos, ou simplesmente culpada mesmo antes do julgamento final no Congresso.

Esse Estranhamento (SILVA, 2019) levou aos primeiros questionamentos sobre a relação entre as publicações realizadas pela imprensa hegemônica e a possibilidade de legitimação do golpe a partir delas. O primeiro passo, portanto, foi delimitar um objeto. Decidimos analisar os títulos das capas da edição impressa do jornal diário Folha de São Paulo por se tratar de um dos principais veículos jornalísticos do país com circulação nacional e pertencentes à imprensa hegemônica nacional. Assim, delimitamos o objeto de nossa pesquisa em: títulos publicados nas capas da edição impressa do jornal Folha de São Paulo entre os dias 1 de dezembro de 2015 e 1 de setembro de 2016, começando no dia anterior ao que Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, acatou ao pedido de deposição de Dilma Rousseff e terminando no dia em que foi publicado naquele jornal o julgamento do Senado, encerrando o processo de deposição.

Assim, a partir do colhimento do objeto através do banco de dados PressReader, levantamos os seguintes problemas de pesquisa:

- Quais foram as narrativas formadas pelas imagens simbólicas sugeridas nos títulos das capas das edições impressas do jornal diário Folha de São Paulo sobre o processo de deposição de Dilma Rousseff ao longo de sua tramitação no Congresso Nacional entre os dias 1 de dezembro de 2015 e 1 de setembro de 2016?
- Houve a participação da Folha de São Paulo na formação de um ambiente favorável ao golpe ao longo da tramitação do processo no Congresso Nacional?
- Caso tenha ocorrido, como foi a participação da Folha de São Paulo na formação de um ambiente favorável ao golpe ao longo da tramitação do processo no Congresso Nacional?

A delimitação dos problemas nos permitiu realizar a busca pelo referencial teórico necessário, a partir dos quais definimos os seguintes objetivos:

- Ampliar o conhecimento sobre o caráter simbólico do golpe de 2016;
- Elaborar um procedimento metodológico a partir da Análise Discursiva de Imaginários, de Silva (2019);
- Aprofundar a discussão sobre a participação da imprensa hegemônica em rupturas institucionais.

Para isso, além dos capítulos de introdução e considerações finais, dedicaremos um capítulo para compreensão do contexto social, econômico e político na qual se encontrava o País, aproveitando das contribuições analíticas feitas especialmente por Singer (2019) e Carvalho (2019), nos âmbitos da ciência política e econômica, respectivamente, mas também das discussões realizadas entre Lisboa (2019), Pessôa (2019) e Haddad (2019) nas páginas da revista Piauí e que foram posteriormente publicadas em livro. Além das pesquisas citadas alguns parágrafos acima, também consultaremos os trabalhos de Baptista (2018) e Feres Júnior, Barbabela e Bachini (2018) para elucidar a participação da imprensa nessa conjuntura.

Dedicaremos o capítulo seguinte à discussão sobre o simbólico - mais propriamente dizendo, sobre imaginário. Dividido em três partes, tensionaremos as compreensões sobre a produção simbólica de Durand (1968; 2012) e Silva (2017), apoiando a discussão nas contribuições da abordagem compreensiva de Maffesoli (2007; 2008) e em algumas definições de Pitta (2017) que auxiliam na navegação entre a cosmologia de imagens simbólicas. Na parte seguinte, nos aprofundaremos na contribuição de Silva (2003) ao associar o campo da antropologia e da comunicação, buscando a compreensão sobre a atuação das tecnologias do imaginário em um contexto de saturação de imagens que é a era digital. Para terminar o capítulo, utilizaremos as contribuições de Kieling e Roper (2022), Schwarcz (2019), Miguel (2019), Dias e Souza (2018) e Fonseca (2018), apoiadas nas contribuições de Silva (2014) e Lorangeira (2014), para investigar a possibilidade de criação de um ambiente social de legitimação de um golpe.

Em outro capítulo, abordaremos a metodologia proposta por Silva (2019), a Análise Discursiva de Imaginários, percorrendo sobre suas três etapas: estranhamento, entranhamento e desentranhamento. É a partir delas que descreveremos o processo metodológico que será aplicado no objeto desta pesquisa.

O penúltimo capítulo, anterior às considerações finais, corresponde à análise de fato, onde apresentaremos as narrativas criadas pelas imagens simbólicas sugeridas nos títulos publicados nas capas da Folha de São Paulo entre os dias 1 de dezembro de 2015 e 1 de setembro de 2016.

Por fim, é válido informar que optamos por utilizar a definição “golpe” porque este é o termo correto a ser usado quando um chefe de Estado legitimado pelo voto é deposto por perder apoio da elite econômica, do Congresso e da imprensa de seu

país, sem que haja a comprovação de que tenha cometido algum crime. E, como afirma Miguel (2018, p. 17): “como todos os golpes, mesmo os militares, o golpe de 2016 recusa seu nome”, comprovando sua essência.

2 O BRASIL DO GOLPE

No início de 2016, duas teses principais dominavam o debate econômico. A primeira sustentava que o ajuste não tinha sido feito, ignorando que o aumento do déficit primário se deu apesar dos cortes substanciais nos gastos discricionários, pela queda ainda maior nas receitas.

A segunda culpava a própria figura da presidente Dilma Rousseff pela falta de confiança nos investidores. Muitos sustentavam o impeachment mataria dois coelhos com uma cajadada só.” (CARVALHO, 2018, p. 108)

Às vésperas da sessão na Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril de 2016, que aprovou a continuidade do processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff no Senado Federal (FOLHA DE S. PAULO, 2016), o Brasil aguardava o começo do último ato de uma disputa política, social e ideológica que mudou a maneira com que o País é visto e vivido - principalmente para seus cidadãos.

Tendo sido palco de protestos que “reuniram a maior quantidade de manifestantes desde a mobilização dos caras-pintadas¹ pelo impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992” (FOLHA DE S. PAULO, 2013) e um crescimento na polarização do espectro ideológico na população (FOLHA DE S. PAULO, 2014), a história recente da república brasileira apresenta novos personagens no debate público e uma complexidade nos acontecimentos que se mostram um desafio ainda maior ao analista devido à sua proximidade histórica.

O primeiro passo para compreender quais foram as imagens simbólicas criadas sobre e durante o processo de impedimento de Dilma Rousseff em 2016 pela imprensa hegemônica brasileira, neste estudo representada pelo jornal diário Folha de São Paulo (FDSP), é a recomposição dos acontecimentos sociais e políticos, e sua relação com a mídia hegemônica *lato sensu*. Para isso, buscamos em Singer (2019) uma análise profunda dos personagens e acontecimentos que vão desde o fim do primeiro mandato de Rousseff à sua derrocada pelo Congresso Nacional, tendo como momentos-chave as Jornadas de Junho - movimento de origem estudantil contra o aumento da tarifa do transporte público em São Paulo que culminou em manifestações massivas em todo o país, tendo em destaque a repressão policial e sua diluição de pauta que iam da pauta original à pedidos de tomada de poder pelas Forças Armadas -, a aprovação da continuidade do processo pelo Congresso Nacional e a admissão pelo Senado Nacional do afastamento da presidente.

Também recorreremos à Carvalho (2018) para recompor este período a partir do viés econômico. Em sua análise, a autora apresenta as escolhas de políticas econômicas e fiscais dos dois mandatos de Dilma Rousseff em relação às crises

nacionais e internacionais – entre erros e acertos, momentos de azar e de sorte. Além de apresentar a trajetória e os desdobramentos econômicos do período, a economista apresenta um dos pontos principais que, para ela, levaram à crise política, enchendo discursos políticos e pautando discussões acerca do governo e da *legitimidade* do impedimento: a crise econômica brasileira.

Estes dois autores, ainda que posicionados à esquerda no espectro político, divergem quanto o que teria sido de fato o motivo que levou Dilma Rousseff a sofrer o golpe. Singer (2019) apresenta a visão de que houve uma incapacidade política de sustentar o projeto nacional-desenvolvimentista, enquanto que, para Carvalho (2018), a derrocada da presidenta se deu menos por erros políticos, mas sim por erros de estratégia econômica - especialmente na falha em considerar o peso das mudanças no cenário internacional.

Na busca de uma compreensão mais ampla do cenário nacional que levou ao afastamento de Rousseff, também recorreremos a autores do outro lado do espectro político, alinhados ao pensamento liberal. Tanto Lisboa (2019) quanto Pessôa (2015; 2019) identificam o início da crise econômica dos governos de Dilma ainda no segundo governo de Lula quando, segundo os autores, houve a troca de uma política econômica ortodoxa para uma heterodoxa.

Pessôa (2019) divide o período PT em três: o primeiro governo Lula, o segundo governo, e os governos Dilma, onde o último é apresentado não apenas como uma consequência do segundo governo lulista, mas como um aprofundamento das medidas de gestão pública que geraram a crise econômica brasileira.

O sucesso observado no primeiro momento, ou seja, no primeiro governo de Lula, não teria sido mais do que o resultado de uma continuação das políticas econômicas criadas nos governos Fernando Henrique Cardoso. Lisboa (2019) chegando a afirmar que, se houve alguma mudança entre o último governo tucano e o primeiro petista, foi o fato de Lula ter adotado medidas ainda mais liberais que as adotadas por FHC. Para o autor (2019, p. 255):

A política econômica do primeiro mandato de Lula talvez tenha sido a mais conservadora da República desde pelo menos 1950: afinal ela foi fiscalmente restritiva, monetariamente ortodoxa, e acompanhada de reformas para melhorar o ambiente de negócios, aperfeiçoar os instrumentos de crédito sem comprometer os recursos públicos, e reduzir restrições à concorrência no setor privado.

Lisboa (2019) defende que a diminuição da desigualdade de renda observada nos anos 2000 já havia começado no último governo de Fernando Henrique. O principal fator para o seguimento deste movimento de melhoras não teriam sido as medidas de transferência de renda adotadas a partir de 2002, mas sim reflexo de um movimento observado em todos os países emergentes à época - visto a redução da desigualdade de renda no Brasil foi marginalmente superior à média dos outros países (LISBOA, 2019).

Se para os autores liberais o sucesso identificado no primeiro mandato de Lula se deu graças à uma mistura de sorte no contexto global e a aplicação de medidas econômicas ortodoxas, a crise começou a aparecer no mandato seguinte, quando “a técnica foi abandonada e restaram apenas os imensos desejos como se não existissem restrições” (LISBOA, 2019, p. 208), uma escolha que teria levado o país a um profundo desequilíbrio nas contas públicas. Para Pessôa (2019), as primeiras patologias que surgiram ainda no governo Lula foram a volta do intervencionismo, uma herança da era Vargas, e o entendimento de que o Orçamento seria uma fonte ilimitada de recursos, o que teria levado à “pior queda do PIB dos últimos 120 anos no Brasil e mais de 14 milhões de desempregados” (PESSÔA, 2019, p. 203).

A adoção de uma agenda nacional-desenvolvimentista, caracterizada por medidas econômicas discricionárias, fornecendo benefícios a grupos privados de áreas de interesse estratégico, como fornecimento de crédito subsidiado e medidas de proteção contra a concorrência externa, resultou em uma queda de eficiência das empresas brasileiras. Na lógica liberal, a consequência da garantia de um suporte estatal é a criação empecilhos para a concorrência justa e, assim, um impedimento para a prevalência de empresas mais eficientes e mais bem preparadas. A falência de uma empresa menos competitiva seria, portanto, benéfica para a realocação de recursos (no sentido mais amplo) para empresas mais eficientes, competitivas e preparadas, resultando em um benefício geral para a sociedade. Ao adotar medidas de proteção do mercado interno, o empresariado nacional não apenas se torna dependente de benefícios do Estado para sem manter funcionando, como é impossibilitado de acessar tecnologias estrangeiras e mais avançadas que o tornaria capaz de concorrer no mercado internacional.

Desta maneira, se o segundo mandato de Lula é caracterizado por uma aposta no nacional-desenvolvimentismo, os autores identificam nos governos Dilma uma

dobra nessa aposta, o que Pessoa denomina como “nova matriz econômica”, identificada em 13 pontos:

1. Alteração no regime de câmbio, de flutuante para fortemente administrado;
2. Maior tolerância com a inflação;
3. Adoção recorrente de artifícios para atingir a meta de superávit primário, reduzindo a transparência da política fiscal, além de fortíssima redução do superávit primário;
4. Controle de preços para tentar conter a inflação — política visível, por exemplo, nos combustíveis e na política de desoneração tributária, e também nas tarifas de eletricidade e de transporte coletivo público;
5. Adoção de teorias heterodoxas com relação ao processo de formação dos juros reais na economia (equilíbrio múltiplo e/ou que o impacto dos juros sobre a atividade depende da variação deste, e não do seu nível) e, em função desse entendimento, redução da taxa básica de juros “na marra”;
6. Expansão do papel do BNDS na intermediação do investimento, com forte discricionariedade em relação aos favorecidos;
7. Tendência a fechar a economia ao comércio internacional;
8. Direcionamento da política de desoneração tributária a alguns setores ou bens, em vez de estendê-la de forma equitativa a todos os setores produtivos;
9. Aumento do papel do Estado e da Petrobras no setor de petróleo;
10. Intervenção desastrosa no setor elétrico para baixar as tarifas e antecipar a renovação das concessões;
11. Uso dos bancos públicos de forma muito arriscada com vistas a baixar “na marra” o spread bancário;
12. Interferência ideológica em relação ao emprego do setor privado na oferta de serviços de utilidade pública e infraestrutura em geral;
13. Adoção indiscriminada da política de conteúdo nacional e de estímulo à produção local, sem a preocupação com o custo de oportunidade dos recursos sociais. Em certa medida, tratou-se de reedição da “lei do similar nacional” do período nacional-desenvolvimentista. (PESSÔA, 2015, p. 10)

Esta nova matriz econômica - em suma, uma política econômica ainda mais intervencionista - teria sido a responsável por levar o país a uma inflexão econômica e desequilíbrio fiscal para além da registrada a nível global, especialmente em comparação aos países emergentes. O sucesso observado nos anos anteriores teria sido graças a fatores outros que não as decisões tomadas pelo governo de Lula, mas exclusivamente pela herança e continuidade dos planos iniciados nos governos FHC e a conjuntura externa, enquanto a derrocada, sim, se deu devido à má administração petista.

Em artigos publicados na revista Piauí, entre os meses de junho e outubro de 2017, posteriormente organizados por Lisboa e Pessoa e publicados em livro (LISBOA; PESSÔA, 2019), Haddad (2019) debate com os dois autores sobre a continuidade e diferença dos governos Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, e as causas da crise que o país atravessava.

Em contraponto à Lisboa quanto a origem e o seguimento da redução de desigualdade de renda observada no Brasil, Haddad (2019) apresenta os dados levantados pelo índice Gini, que mostra a desigualdade econômica dentro de um país.

Entre 1995 e 2002, a evolução do coeficiente foi de 0,5987 para 0,5874, enquanto que entre 2003 e 2010, o índice cai de 0,581 para 0,5331. O ex-prefeito de São Paulo aponta que, por mais que o coeficiente tenha diminuído nos dois períodos, ou seja, que a desigualdade tenha diminuído em algum nível, tomá-los por iguais “parece condescendente demais com o tucano” (HADDAD, 2019, p. 281). O mesmo vale para o crescimento da carga tributária ao longo dos dois governos de cada presidente: enquanto no período FHC a carga tributária em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) teve um aumento de 26% para 32%, “sob Lula, ela teve o crescimento marginal de 32% para 32,5%, devido à geração de empregos formais.” (2019, p. 281).

Ainda no debate sobre ruptura e continuação, Haddad (2019) avalia que a criação de diversos benefícios como o Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Bolsa escola “sem nenhuma avaliação de impacto e muito menos controle de condicionalidades” (2019, p. 279) eram, na prática, medidas de fundo político, eleitoreiro, e de caráter clientelista. A associação dos benefícios sob o Bolsa Família com medidas condicionantes, como a permanência de filhos na escola, é outro ponto que separaria os dois governos. Além disso, o investimento em infraestrutura também é levantado: a criação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), uma vez que o Bolsa Família já estava estabelecido, fez o investimento em infraestrutura, já no segundo mandato de Lula, investir, em termos reais, o dobro em comparação ao segundo mandato de Fernando Henrique (HADDAD, 2019). Quanto a educação, o ensino superior “estava sucateado, por mais que o investimento por aluno nesse nível educacional fosse, sob FHC, dez vezes superior ao investimento por aluno na educação básica.” No período Lula, continua Haddad (2019, p. 283-284),

(...) creches e escolas públicas foram construídas em todo o país. A educação superior pública foi resgatada, dobrando e interiorizando a oferta de vagas de ingresso em mais de uma centena de novos campi. Com a expansão das federais, com o Programa Universidade para Todos (ProUni) e com cotas, os pobres e negros finalmente chegaram à universidade por mérito.

Quanto ao argumento de que, no segundo mandato, houve um abandono na prática de avaliação das medidas públicas, Haddad apresenta que, com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), programa de financiamento para o Ensino Superior, criado em 2011 e implantado no ano seguinte, foram ofertados “74 mil contratos de financiamento, todos avaliados pelo próprio MEC e depois pelo Tribunal de Contas da União”. Haddad, assim, contrapõe a visão de Lisboa e Pessoa (2019) de que o

governo Lula tenha sido uma continuação, em um primeiro momento, das políticas iniciadas em FHC, mas sim uma ruptura quanto ao caráter estratégico das políticas públicas adotadas. Se houve alguma continuidade, ela se deu com a ampliação dos projetos no segundo mandato mesmo sem que houvesse um aumento significativo da carga tributária e com a manutenção da queda da dívida pública em relação ao PIB (HADDAD, 2019).

Quanto à crise econômica, o economista petista concorda em apenas um ponto: ela de fato se mostrou presente já no segundo governo Lula, mas não, como defende Lisboa (2019), com estratégias político-econômicas tomadas por Dilma Rousseff enquanto chefe da Casa Civil, mas sim com o fim de um ciclo de econômico mundial. A crise que estoura 2008, para Haddad, é uma crise do neoliberalismo, fruto de uma desregulamentação financeira e global que tem sua origem no fim da década de 1980. E foi justamente graças a regulamentação e a estratégia nacional-desenvolvimentista, com a PAC, e “de cerca de 300 bilhões de dólares em reservas cambiais” (2019, p. 282), que Lula foi capaz de entregar o segundo mandato com crescimento econômico de 7,5% em 2010.

O agravamento da crise nos anos seguintes teria acontecido devido a erros de diagnóstico tanto da conjuntura internacional quanto nacional ao longo dos governos Dilma, mas não unicamente por eles. Um dos principais momento-chave do período foram as manifestações de junho de 2013.

A análise de Haddad (2019, p. 232) começa no reconhecimento do peso da desigualdade social na história do Brasil. “Somos um misto de sociedade de castas e meritocracia” - ou seja, é possível um indivíduo mudar de casta em vida, mas a distância entre as castas deve permanecer a mesma. Durante os governos Lula, para ele, foi justamente a distância entre as castas que começaram a mudar, o que teria gerado um “grande mal-estar”:

(...) os ricos estavam mais ricos e os pobres, menos pobres. Por seu turno, as camadas médias olhavam para frente e viam os ricos se distanciarem; olhavam para trás e viam os pobres se aproximarem. Sua posição relativa se alterou desfavoravelmente. Se os rendimentos dessas camadas médias não perderam poder de compra medido em bens materiais, perderam-no quanto medido em serviços. (HADDAD, 2019, p. 232)

A falta de serviços públicos de qualidade era compensada, para as classes médias, pela abundância de mão de obra barata – empregadas, babás, motoristas etc. Com a diminuição do contingente populacional das camadas mais baixas –

especialmente pela ascensão dos miseráveis à classe pobre, e do acesso destes à bens e serviços que até então eram de exclusividade da classe média para cima -, “esse desconforto encontrou sua expressão possível pelo discurso da intolerância” (2019, p. 232). Flertando com fundamentalismos e conservadorismos por vezes violentos e/ou religiosos, os discursos de ódio tomaram força contra o Bolsa Família (pobres), cotas (pessoas racializadas), aborto (gênero), kit gay (LGBTfobia), e até mesmo na defesa da maioria penal (jovens).

Como veremos mais adiante, Singer (2019) apresenta um levantamento quantitativo das pessoas presentes nas manifestações que complexifica sem contrapor a análise de Haddad. Os dois autores se encontram no entendimento de que o período imediatamente anterior a junho de 2013 era uma panela de pressão no fogo. O aumento da tarifa do transporte público, mesmo abaixo da inflação após um congelamento dos valores por dois anos, foi o entupimento da válvula de escape.

A explosão foi para todos os lados: a quantidade de manifestantes e o grau da violência jamais haviam sido vistos pela classe média até então. Para Haddad, no entanto, o que as Jornadas de Junho trouxeram de novo foi em relação à forma como ocorreram. Diferente das instituições contestadoras tradicionais que se mostravam adeptas ao diálogo com as instituições mesmo no auge do neoliberalismo, a experiência de 2013 aconteceu sem vínculos partidários ou caráter eleitoral. Para o petista, “a forma dos protestos, muito mais do que o conteúdo de suas reivindicações, oferecia uma chave de contestações que se prestava à defesa de tantas outras bandeiras” (2019, p. 235) que forma acabou sendo sequestrada por outros setores da sociedade para além daqueles que deram início às reivindicações.

Após a revogação do aumento da tarifa e o Movimento Passe Livre, organização de caráter estudantil e rigidamente horizontal que tomava a frente das manifestações no primeiro momento, ter saído das ruas, grupos de direita, apropriando-se “sintomaticamente da própria linguagem dos protestos originais, que ganhavam simpatia popular”, começaram a virar contra o governo federal, sendo apropriados por movimentos como Movimento Brasil Livre (MBL), como corruptela do MPL, e outros.

Os economistas alinhados ao liberalismo, especialmente Lisboa (2019), mas também Carvalho (2018) à esquerda, analisam os acontecimentos de 2013 menos sobre a ótica social, mas essencialmente a partir do viés econômico. Lisboa (2019, p. 270), ironiza a análise de Haddad de que o motivo das “grandes passeatas que se

seguiram [depois do aumento das passagens] foi uma espécie de ressentimento de classe, uma insatisfação das camadas médias com a melhoria de vida dos mais pobres”, e lembra que, naquele ano, a inflação dos alimentos subiu 10%. Esse teria sido, para Lisboa (2019, p. 270), “o primeiro efeito sentido pela população de uma estratégia iniciada pelo segundo governo Lula que resultou na progressiva queda da produtividade e desaceleração da economia no governo Dilma”. As manifestações de junho foram a eclosão do descontentamento daquela parcela da população.

É neste contexto que Haddad apresenta o que para ele é outro ponto crucial do que teria levado o Brasil à crise política que culminou no golpe em Dilma Rousseff: a relação dos meios de comunicação com a política nacional. Para ele (2019, p. 219), o grande problema é a falta de regulamentação deste mercado. Entendendo os grandes grupos de comunicação brasileiro como um oligopólio econômico, Haddad descreve a atuação deste setor social como “monopólio político-ideológico”, não sendo possível escapar de sua voz e imagem. Esses grupos são controlados por famílias “que pensam da mesma forma e têm a mesma agenda para o país (...). Em momentos cruciais da nossa história, como em 1964 e 2016, atuam em bloco.” Este é outro ponto de convergência entre Haddad (2019) e Singer (2019) - a relevância da participação dos meios de comunicação tradicionais na disputa de narrativas dos acontecimentos – e o ponto central desta pesquisa.

Assim, para aprofundar a compreensão deste período, seguiremos este capítulo com a pesquisa de Singer (2019), que têm os governos Dilma como período de análise, mas especialmente as manifestações ocorridas em junho de 2013 e a período que cobre a abertura e o julgamento no Congresso Nacional da presidente, em 2016, buscando a compreensão não apenas do contexto econômico, priorizado nas páginas acima, mas o entendimento das relações entre as camadas sociais, tradicionais e ascendentes, com a política nacional.

Para recompor a relação da mídia hegemônica brasileira em relação aos dois mandatos Dilma, apresentaremos análises de conteúdo e enquadramento que têm como objeto as páginas do jornal Folha de São Paulo (FDSP) nas coberturas da eleição de 2014 (FERES; SASSARA, 2016a) e das manifestações que pediam a abertura do processo em 2015 (CAMPOS; COIMBRA; OLIVEIRA, 2020) (CIOCCARI, 2016) (MORIGI; STUEBER; ENGELMANN; CRESQUI, 2019).

Também utilizaremos estudos quali-quantitativos que têm como objeto especificamente a cobertura do processo pela mídia hegemônica brasileira (BECKER;

CESAR; GALLAS; WEBER, 2016) (CAMPOS; CARDOSO, 2017) (PINHEIRO; VIEIRA, 2018) (POZOBOM; PRATES, 2017) (MARQUES; MONT'ALVERNE; MITOZO, 2018) (SANTANA, 2018), destacando e identificando os padrões na cobertura realizada pela FDSP a partir dos métodos de análise de conteúdo e enquadramento.

2.1 DE 2013 A 2016

Os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil marcam o que Singer (2009; 2019) denomina por lulismo – com seu ápice no segundo mandato de Lula e declínio a partir de junho de 2013, ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff. Segundo o cientista político, o lulismo é identificado pelo afastamento e/ou abandono de estratégias, ideias de organização e programa que marcaram o PT até 2001. O lulismo, assim, se mostra como um modelo de gestão pública que não propõe confronto à ordem – possuindo um caráter reformador, deixando de lado as mobilizações de entidades contestadoras tradicionais e amainando as disputas (de classe, ideológicas etc.) de modo que não tivessem uma expressão institucional (SINGER, 2019).

Apesar de ter adotado um programa de conciliação com a classe capitalista, o lulismo foi capaz de criar, segundo Carvalho (2018, p.18-19), um “milagrinho econômico” através do boom de exportações, de um “maior acesso ao crédito e maiores investimentos públicos em infraestrutura física e social” e políticas de distribuição de renda. O programa reformista, no entanto, não foi pleno. Singer chama atenção para a “variante específica” do processo de modernização conservadora à brasileira – um processo de avanços tecnológicos e sociais em que não há “nenhum resíduo pré-capitalista”:

Nunca existiram resquícios feudais, nem castas hindus, nem comunas camponesas russas, mas, segundo penso, *as fundações de uma sociedade mercantil-escravagista ligada ao capitalismo central* que dominou os trezentos anos de colonização. (SINGER, 2018, p. 21)

Essa especificidade, segundo o autor, cria um limbo em que “pobres podem sair (e no qual podem voltar a cair) individualmente, mas nunca como classe” (SINGER, 2018, p. 21). Por mais que as medidas socioeconômicas implantadas por Lula não tenham diminuído significativamente o percentual da população pobre, outras medidas e programas foram eficazes em diminuir a pobreza extrema, como:

(...) a ampliação do Bolsa Família, o pleno emprego, a valorização do salário-mínimo, a continuidade do aumento da renda do trabalho, além das ações focadas como a ampliação das equipes de Saúde da Família, a criação do Mais Médicos e a construção de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Conforme mostra Singer (2019), 24% da população brasileira era considerada miserável em 2002 - cifra que passou para 7% em 2014. Essa passagem do subproletariado para o proletariado acabou por aplicar ainda mais pressão “nas condições de reprodução do capitalismo à brasileira” (SINGER, 2019, p. 21) - ao incorporar esse extrato da população excedente, “o lulismo foi diminuindo a reserva de mão de obra” (SINGER, 2019, p. 22), e, assim, rebaixando o valor do trabalho.

Ao integrar essa população excedente e miserável ao mercado de trabalho, os governos petistas foram de encontro, ainda que indiretamente, com a ideologia e o estilo de vida da parcela “modernizada” da sociedade brasileira. Um exemplo foi a escassez de trabalhadores domésticos nos primeiros anos da década de 2010 que, somado à conquista de direitos discricionais, como a limitação da jornada de trabalho e o pagamento de hora extra e adicional noturno, aumentou a valorização das classes mais representativas do mercado de serviços. Mesmo tentando evitar qualquer embate que comprometesse a conciliação de classes, o lulismo não foi capaz de escapar das contradições intrínsecas ao sistema brasileiro.

A consequência política é que o setor moderno é grande o suficiente para impor vetos sobre a mudança do sistema, pois, se parte da sociedade está no atraso, parte significativa está no moderno. Por mais paradoxal que pareça, o que paralisa o avanço não é o atraso, é o tamanho do setor modernizado. (SINGER, 2019, p. 22)

A consequência política da pressão acumulada por essas contradições acabou por vir à tona em 2013 durante as Jornadas de Junho - uma série de protestos registrados em todas as capitais e principais cidades dos estados. Até então, Dilma Rousseff apresentava relativa estabilidade na aprovação popular e “o lulismo estava vitaminado pelo sucesso nas eleições municipais de 2012 (SINGER, 2019, p. 99), com a vitória em importantes cidades, como a conquista da capital paulista por Fernando Haddad. As manifestações marcaram uma ruptura no apoio da população à presidente, que caiu de 57% dos brasileiros que consideravam o governo entre ótimo e bom para 30%.

De certa forma, os primeiros momentos da crise de 2013 foi palco de um embate entre uma esquerda à esquerda do PT que buscava ser a voz dessa

população pobre e uma classe média cansada do “populismo petista”. Um olhar aos detalhes nos mostra, no entanto, como esse acontecimento político-social foi a gênese de um movimento que se apropriou de imagens e símbolos para cristalizar uma identidade política de extrema-direita contra Dilma Rousseff, mas principalmente contra o PT e à Lula, alinhada ao conservadorismo.

Em uma perspectiva cronológica, as Jornadas de Junho podem ser divididas em duas (SINGER, 2019): antes (com manifestações nos dias 6, 10, 11 e 13 de junho) e depois de 17 de junho (até o dia 20). As primeiras manifestações, convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), coletivo de caráter horizontal formado majoritariamente por estudantes que tinham como objetivo impedir o reajuste das tarifas dos ônibus em 6% - medida anunciada no dia 2 de junho de 2013 pela prefeitura de São Paulo.

As origens do movimento do qual surgiu o MPL são encontradas em outra série de manifestações também contra o aumento de 20 centavos da tarifa do transporte público - dessa vez, 10 anos antes, em agosto de 2003, na cidade de Salvador, Bahia. Após mais de três semanas, entidades representativas do movimento estudantil negociam junto à prefeitura da capital e conquistam vitórias importantes, principalmente a redução da tarifa. Para Judensnaider et al (2013, p. 9), o principal legado da “Revolta do Buzu”, como ficou conhecido o movimento, foi a consciência de que “a mobilização popular é um sólido instrumento de pressão e de conquistas sociais”, além de botar em destaque aspectos daquele momento histórico “como a insuficiência política das direções estudantis tradicionais, afastadas das bases sociais, e em dissonância com essas; e a necessidade de organizar o movimento social de maneira autônoma e independente”.

Menos de um ano depois, em junho de 2004, milhares de pessoas se reúnem em grandes protestos que bloquearam as principais vias Florianópolis, em Santa Catarina, inclusive as duas pontes que ligam a capital ao continente. Em duas semanas, conseguem derrubar o aumento das tarifas de ônibus. No ano seguinte, o novo governo municipal tenta emplacar um novo aumento nas tarifas, que é novamente derrubada. Desta vez, depois de um movimento ainda maior e mais longo – quatro semanas de protestos sob intensa repressão do estado que terminou com centenas de estudantes e trabalhadores presos e feridos. Apesar da violência, a balança termina no positivo: além da luta concreta protagonizada por estudantes, a grande vitória em 2004 foi uma intensa articulação política que levou à uma ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC). Em maio 2005, “tensas mesas de debate

e pressão institucional – com presenças que iam do arcebispo ao prefeito, passando por todos os comandos das polícias -, enquanto bombas explodiam pela janela do gabinete do prefeito” (JUDENSNAIDER et al, 2013, p. 10) consolidou a formação da Campanha pelo Passe Livre (CPL), uma frente ampla liderada por jovens independentes que, em julho de 2004, quando a poeira das “Revoltas das Catracas” ainda pairava no ar da ilha, convocam um encontro nacional para articular lutas pelo país.

Realizado na capital catarinense, o encontro, que a princípio não tinha a proposta de fundar um movimento, contou com representantes de Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Rio de Janeiro (RJ), Campinas, Sorocaba, Itu e São Paulo (SP), instituiu uma “Campanha Nacional pelo Passe Livre”. Três meses depois, é aprovada pela Câmara de Vereadores de Florianópolis a lei do passe-livre, que seria sancionada pela prefeitura no dia 26 de dezembro, no fim da gestão, mas que terminaria por ser derrubada por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade pelo Tribunal da Justiça de Santa Catarina no ano seguinte.

Ainda assim, com um sucesso parcial, a CPL decide convocar uma plenária nacional para o Fórum Social Mundial de 2005, em Porto Alegre (RS), em janeiro. Com apoio dos ativistas do Centro de Mídia Independente, que acompanharam de perto as manifestações de 2003 em Salvador, ocorre a fundação do Movimento Passe Livre (MPL), onde foram estabelecidas as diretrizes que vigoraram até 2013: autonomia, independência, horizontalidade e apartidarismo.

Nos anos seguintes, o MPL chegou a organizar outros dois encontros nacionais, eventualmente adicionando o “federalismo” entre os seus princípios centrais. Na análise de Judensnaider et al (2013, p. 13), o movimento vive um paradoxo ao longo da segunda metade da década: “ao mesmo tempo que encontra dificuldade do ponto de vista da organização interna, vê sua luta se espalhar pelo Brasil”. Quase todas as capitais do país, e até mesmo em cidades grandes e médias do interior, veem eclodir manifestações juvenis relacionadas ao transporte público mesmo sem a organização do MPL. Nem todas foram capazes de obter resultados concretos, mas de uma maneira ou outra deram força e expandiram os horizontes de coletivos e agrupamentos locais e regionais.

Os diversos movimentos que surgem têm uma característica em comum: “é constituída em sua maior parte por jovens que tem aversão aos meios institucionais, como partidos políticos e a disputa de espaços de poder no Estado” (JUDENSNAIDER

et al, 2013, p. 14). Ainda assim, promovem uma forte atuação política impactando de maneira ativa nas realidades municipais, diferenciando-se dos grupos juvenis tradicionais no uso das novas tecnologias e na linguagem política menos engessada.

Em junho de 2013, o MPL dá início em São Paulo a mais uma jornada nos mesmos moldes que seguiam fazendo nos anos anteriores. Anunciados pelas redes sociais, os protestos percorriam e paralisavam ruas e avenidas da capital paulista, terminando em confronto com a polícia. As duas primeiras manifestações, dos dias 6 e 10 de junho, já apresentaram um crescimento no número de participantes, de 2 a 5 mil (SINGER, 2019). Na terceira manifestação, o mesmo percurso e roteiro aconteciam até terminar “em uma verdadeira batalha campal. Cenas de violência e destruição de patrimônio por mascarados foram reportadas em jornais e televisões, que pediram mão dura” (SINGER, 2019, p. 104) - uma virada de chave que desde as manifestações de Florianópolis em 2004, na origem do movimento, não acontecia.

O então governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, anunciou o recrudescimento da repressão para a próxima manifestação, prevista para o dia 13 de junho, “quando um número de pessoas que a Polícia Militar (PM) calculou em 5 mil, mas [que] segundo os organizadores era de 20 mil” (SINGER, 2019, p. 104). Neste dia, a polícia atacou manifestantes, transeuntes e jornalistas sem distinção. Uma jornalista do jornal Folha de São Paulo (FDSP) foi atingida no rosto, enquanto outro repórter perdeu o olho esquerdo.

A escolha de aumentar a repressão com o fim de desmotivar as manifestações se mostrou um tiro pela culatra. Ainda que convocada pelo MPL, a quarta manifestação, no dia 17 de junho, contou com mais de 75 mil pessoas apenas na cidade de São Paulo – um aumento em números, mas também no perfil dos protestantes. O uso desmedido das forças armadas para conter a manifestação anterior acabou por incentivar novas camadas da sociedade a participar dos protestos.

Na segunda etapa dos acontecimentos, com as manifestações de 17, 18, 19 e 20 de junho, quando os protestos alcançaram o auge, camadas da sociedade alheia ao MPL entraram em cena, transformando a quantidade e qualidade do movimento. De milhares, as contagens de gente na rua passaram a centenas de milhares. Na segunda-feira, 17, quando o MPL chama a quarta jornada, havia de repente 75 mil pessoas em passeata em São Paulo, e surgiram, do nada, manifestações em todas as maiores capitais, sem que se soubesse bem o porquê. (SINGER, 2019, p. 104)

A surpresa, além da quantidade de gente, foi a presença massiva de pessoas defendendo pautas quase tão variadas quanto o número de manifestantes. Além dos

que foram demonstrar insatisfação com a violência pela repressão autorizada por Alckmin, havia cartazes contra a Copa do Mundo, a ser realizada em 2014; críticas à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37, que vetava o Ministério Público de realizar investigações criminais; contra a corrupção no geral; o PT, Lula, Dilma e José Dirceu em específico. O tom geral desse segundo momento das manifestações lembra o lema “*que se vayan todos*”, proferido pela classe média argentina durante a crise econômica de 2001. É a partir desse momento que símbolos como a bandeira do Brasil e a camiseta da CBF começam a ser usadas durante as passeatas.

Judensnaider et al (2013, p. 24) aponta que a partir do fim de semana dos dias 15 e 16 de junho houve “uma ostensiva mudança de abordagem nos meios de comunicação (tanto nos meios de comunicação de massa como nas redes sociais)”. Para além de descrever e tentar dar uma explicação para os protestos, a mídia, especialmente a tradicional, começou a ver e apresentar os acontecimentos como uma indignação generalizada e legítima. Singer (2019, p. 105-106), a partir de uma reportagem publicada pela revista *Veja* que teve a edição fechada no dia seguinte à manifestação do dia 13 de junho, exemplifica:

[A capa continha] os seguintes dizeres como manchete: ‘A revolta dos jovens’. Embaixo do título neutro, havia o seguinte subtítulo: ‘Depois do preço das passagens, a vez da corrupção e criminalidade?’. Procurei por toda a edição a razão do intrigante subtítulo e nada encontrei. A reportagem correspondente trazia um perfil bastante crítico dos manifestantes originais, caracterizados como jovens de esquerda da classe média alta que nunca tinham andado de ônibus. Mas, certa altura, o texto mudava de tom para dizer que, apesar da contradição, era preciso ouvi-los para entender o fundo do protesto.

Tanto para Singer (2019) quanto para Fernandes (2019), o caminho tomado pelas manifestações, o volume dos protestos e as pautas levadas pelos manifestantes são indícios, na verdade, de uma crise de representatividade, mas especificamente como sintoma de um interregno – um vácuo de representação de governo legitimada pela população, expressão cunhada para designar o período entre a morte de um rei e a ascensão de um descendente. A análise do contexto político brasileiro se mostra mais clara ao observarmos o perfil dos manifestantes que compuseram os protestos de junho.

A partir do cruzamento dos dados levantados pelo Datafolha (São Paulo), pela Plus Marketing (Rio de Janeiro), pelo Ibope (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Brasília), e pelo Instituto

Innovare (Belo Horizonte), Singer identifica (2019) tanto a participação da classe média tradicional quanto de uma nova classe trabalhadora nas ruas em junho.

As pesquisas apontam para uma maioria de jovens até 25 anos, com a presença máxima de 55% em Belo Horizonte (22 de junho) e uma mínima de 41% no Rio de Janeiro (20 de junho). A parcela não-jovem, de 25 a 35 anos também não foi pequena, tendo a menor taxa de adesão em 29% em Belo Horizonte (22 de junho) e máxima de 39% no Rio de Janeiro (20 de junho). Em São Paulo, tanto o número de jovens até 25 anos diminuiu entre as duas datas, saindo de 53% (17 de junho) para 51% (20 de junho), enquanto o de não-jovens diminuiu de 35% (17 de junho) para 31% (20 de junho). O crescimento na capital paulista aconteceu na faixa acima de 36 anos, com um aumento de 12% (17 de junho) para 19% (20 de junho) da soma total de manifestantes. Nessa mesma faixa-etária, os percentuais ficaram entre 17%, em Belo Horizonte, e 20%, no Rio de Janeiro.

As Jornadas de Junho, portanto, foram manifestações compostas majoritariamente por jovens e jovens adultos que, somados, chegam a cerca de 80% dos manifestantes, com um aumento da proporção da faixa mais velha ao longo dos dias em São Paulo. Essas mesmas pesquisas apontam que a maior parte dos manifestantes possuíam diploma universitário, em um contexto em que apenas 7,9% dos brasileiros possuíam formação superior (CENSO, 2017).

Em São Paulo, 77% e 78% das pessoas que compareceram aos protestos nos dias 17 e 20, respectivamente, possuíam ou estavam em vias de possuir um diploma. Em Belo Horizonte, eram 66%. No Rio de Janeiro, 34% tinham o ensino superior completo, enquanto a pesquisa do Ibope abrangendo 8 capitais apontava para 43%.

As estatísticas mostram que, apesar da ampliação dos programas de acesso ao ensino superior como o Programa Universidade Para Todos (Prouni), cujo aumento gradativo dos formados ainda não era grande em 2013, as manifestações contaram com uma presença elevada de graduados. Esses dados apontam, portanto, para uma forte presença da parte superior da pirâmide social brasileira, “com fortes tintas da classe média tradicional, dando sustentação à ideia de que as manifestações teriam sido expressão desse segmento” (SINGER, 2019, p. 113). Essa hipótese é reforçada quando observamos que o percentual de pessoas com o ensino básico completo/incompleto foi de no máximo 2% em São Paulo, 4% em Belo Horizonte, 8% em média nas oito capitais e 14% na capital fluminense, o que aponta para um caráter mais popular das manifestações cariocas em comparação às outras cidades

estudadas. O mesmo segue na faixa da população com o ensino médio em andamento ou completo: a carioca foi a única cidade a ter mais de 50% dos manifestantes com essa escolaridade presentes nas manifestações.

Diferente do quadro apresentado pelo nível de escolaridade dos manifestantes, a faixa social de acordo com a renda familiar mensal correspondente à base da pirâmide, até dois salários-mínimos, correspondeu a 15% dos manifestantes na pesquisa nas oito capitais, 20% em Belo Horizonte e 34% no Rio de Janeiro. Ou seja, apesar de minoritária, como indicam os índices de escolaridade, a participação da população mais pobres nos protestos não foi nula.

Quanto à parcela da população que ganhou de dois a cinco salários-mínimos naquele ano, as pesquisas apontaram uma presença de 30% em média nas oito capitais, 36% em Belo Horizonte e 54% no Rio de Janeiro.

A faixa de seis a 10 salários-mínimos representou 26% nas oito capitais, 24% na capital mineira e apenas 1% no Rio. A parcela no topo da pirâmide de renda, acima de 11 salários-mínimos, representou 23% dos manifestantes das oito capitais, 21% em Belo Horizonte e 10% no Rio de Janeiro.

Considerando os números, a maior parte das pessoas presentes nos protestos correspondiam à metade inferior da distribuição de renda em geral. A hipótese para esse contraste em relação à escolaridade (parte superior da pirâmide) e a renda dos manifestantes (parte inferior) é a de que, por mais de que os programas de ingresso ao ensino superior ainda não tivessem surtido uma mudança significativa a nível nacional, eles foram relevantes e eficazes para a mudança do público dentro das universidades.

Levando em consideração que as manifestações haviam sido originalmente convocadas por uma entidade estudantil, entende-se o porquê de o nível de escolaridade ter sido maior que o da renda. Os estudantes presentes nas Jornadas de Junho eram justamente os estudantes beneficiados pelas políticas de inserção das camadas mais pobres da população no ensino superior. Para Singer (2019, p. 114), esse é “um elemento sociológico importante, envolvendo frustração estrutural”. Ao ter a chance de buscar uma melhor qualidade de vida através dos estudos, mas não conseguindo ver o avanço refletido na renda, esse contingente da população foi às ruas exigindo uma resposta ao não-cumprimento da promessa de ascensão de classe que o lulismo havia prometido. Para Singer:

Enquanto por escolaridade havia uma acentuada presença do topo social, remetendo à classe média, do ângulo da renda, e da ocupação que se pode deduzir a partir da remuneração, as pesquisas apontam uma *incidência da metade inferior da pirâmide nas manifestações*. Seria a confirmação de que a nova classe trabalhadora (...) foi para as ruas. (SINGER, 2019, p. 115)

Assim, a hipótese de que a nova classe trabalhadora condizia com pelo menos metade dos manifestantes se torna plausível quando levamos em conta de que, sendo a maioria jovens, haviam entrado há pouco no mercado de trabalho. A pesquisa das oito capitais apontou que 76% dos presentes já estavam no mercado de trabalho, sendo 71% em Belo Horizonte e 70% no Rio de Janeiro.

O cruzamento dos levantamentos realizados nos dias 17 e 20 de junho indicam que as Jornadas foram compostas, portanto, por “dois blocos relativamente equivalentes de jovens e jovens adultos de classe média tradicional e outro da mesma faixa etária, mas pertencentes à metade inferior da estrutura social” (SINGER, 2019, p. 116).

No campo das ideologias, as manifestações se mostraram ainda mais diversas – abrangendo todo espectro do reformismo, do liberalismo, indo do ecossocialismo a pulsões fascistas. A primeira fase dos protestos, convocadas pelo MPL, possuía um viés de esquerda e anticapitalista que, para Singer (2019, p. 117), poderia até mesmo prenunciar um ciclo de lutas dos trabalhadores”. Com um vácuo de liderança à esquerda provocado pelo distanciamento do governo federal, que se mostrou alheio aos acontecimentos até o fim, e com a exceção do PSOL e de coletivos sem inserção institucional relevante, a postura radicalmente horizontal do movimento que liderava os protestos acabou por abrir uma brecha preenchida pelo centro e pela direita. Há, como Haddad (2019) defende, uma captura do movimento por uma direita que até então conseguia se expressar apenas em pautas específicas. Há uma tomada de posse das ruas, tradicionalmente palco de reivindicações da esquerda, por camadas superiores da pirâmide social.

Para Singer (2019, p. 119):

Começa ali o crescimento de grupos e iam desaguar na pré-candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2015. As manifestações adquirem um viés *oposicionista geral* que não tinha antes, tanto ao governo federal, como os estaduais e aos municipais.

As críticas ao PT, à frente da principal prefeitura com protestos, junto às críticas ao governo Alckmin pela exacerbada violência policial, logo tomaram um caráter de oposição à toda classe política. Exaltando as cores da bandeira brasileira e cantando

o hino nacional, a direita “buscou suscitar nas manifestações o combate à corrupção, a arma favorita do partido da classe média contra o partido popular” (SINGER, 2019, p.119). Um último levantamento de dados colhidos durante as manifestações em São Paulo, pelo Datafolha, ajuda a compreender o porquê dessas duas frentes antagônicas não terem, em vias gerais, se posicionado contra si, mas sim contra o Estado: a localização dos manifestantes no espectro ideológico.

No dia 20 de junho, 13% dos manifestantes afirmaram não saber onde se posicionavam no espectro ideológico. Dos restantes, 22% disseram ser de esquerda; 14%, de centro-esquerda; 31%, de centro; 11%, de centro-direita; e 10%, de direita. Se considerarmos as posições “centro-esquerda” e “centro-direita” como um centro ampliado, observamos que mais de 50% dos manifestantes não compactuavam com ideias consideradas radicais.

Na prática, como aponta Singer (2019, p. 122), essa massa de centro atuou como uma frente moderadora das pontas do espectro: “não transformando a reivindicação de hospitais e escolas padrão Fifa em um combate ao capitalismo, como queria a esquerda, nem a perseguição aos corruptos em uma alternativa autoritária, como insinuava a direita”. O centro retirava das pautas sua potencialidade de combate entre classes, fazendo-as parecer uma investida de uma sociedade moderna contra um Estado atrasado. Com mais de 50% dos manifestantes se identificando ideologicamente entre a centro-esquerda e a centro-direita, compreende-se a força de moderação das pautas por esse setor dos manifestantes.

Essa transição do caráter radical (tanto à esquerda quanto à direita) ao moderado ao longo dos dias pode ser explicado quando se observa que a relação entre os fatores que contribuem para o bem-estar e a renda só se apresentam diretamente positivas até certo nível da base da pirâmide, quando atende às necessidades básicas da vida. Para Resende (in SINGER, 2019, p.123),

(...) a partir daí, o aumento do bem-estar está associado ao que se pode chamar de qualidade de vida, cujos elementos fundamentais são o tempo com a família e os amigos, sentimento de comunidade e confiança nos concidadãos, a saúde e a ausência de estresse emocional.

De qualquer maneira, no meio do campo de disputas de propostas e narrativas, nada garantiria que os jovens que ascenderam socialmente no âmbito educacional, mas que ainda assim foram incapazes de reverter o empreendimento dos estudos em um aumento real na renda, aderissem às propostas da esquerda.

Como grupo em transição, tanto poderia aderir ao campo popular, de onde vem, como desviar-se dele, optando pela direção da classe média, em sua versão mais à direita o ao centro. É possível que, embora objetivamente distantes, o universo da classe média e suas propostas liberalizantes sejam o objeto de desejo de jovens que começaram a se mover por meio da elevação educacional (mais do que da renda). Quando não existem fortes subculturas de classe, os indivíduos podem desenvolver identificações com o lugar social para o qual querem ir, e não com o terreno de onde provêm. (SINGER, 2019, p. 124-125)

A frustração da nova classe trabalhadora esteve ao lado da indignação da classe média tradicional em relação ao PT, especialmente depois de ter acompanhado a cobertura completa do processo do mensalão nos seis meses anteriores, selando o sentimento de traição em relação ao Partido dos Trabalhadores – e especialmente em relação a Lula.

O sentimento de traição da classe média, a insatisfação com o aumento dos preços pela inflação, a frustração acumulada de uma nova classe trabalhadora que, mesmo com ensino superior, não consegue acessar cargos e trabalhos com maior remuneração, é o que levou ao que Gramsci (apud FERNANDES, 2019), em sua análise sobre interregno, denomina “perda de consentimento”. As expressões massivas que tomaram as ruas do país foram resultado de dois grupos sociais insatisfeitos com a realidade que viviam. Duas ideologias diferentes que convergiam nas mesmas avenidas em um fluxo multiforme de demandas.

Os autores concordam que as Jornadas de junho não foram, no entanto, o começo deste interregno, mas sim o momento em que ele veio à tona expondo uma crise de representatividade, demonstrando a morte de uma velha utopia de bem-estar social sem que qualquer outro horizonte tenha tomado o lugar: “não somente o novo ainda não estava para o para ‘nascer’ como a instabilidade gerada abria campo para tentativas de golpes internos e externos, guerras insurreições e rebeliões” (FERNANDES, 2019, p.101). A polarização social alavancada pela presença dessas duas classes nas ruas e as mudanças na cobertura da mídia hegemônica foram parte da herança deixada pelas manifestações de 2013. As eleições presidenciais de 2014 deram conta de mostrar a que nível a divisão ideológica na população brasileira tinha chegado: no segundo turno, Rousseff foi eleita apenas 3,2% dos votos de vantagem no quadro geral. Ao observar a maioria dos votos dentre as faixas de renda, o PT apenas conseguiu a maioria dos votos entre a população de baixíssima renda.

Quanto à cobertura da mídia, Feres Júnior et al (2016a) demonstram que o segundo governo Dilma já estava sofrendo ataques mesmo antes de começar, pois a

“grande imprensa assumiu uma postura ainda mais contrária à presidente do que havia tido durante a eleição” (2016a, p. 182). Segundo o levantamento feito a partir dos jornais Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo:

(...) a cobertura salta de 96 contrárias nas capas dos três jornais no mês de outubro, último do período eleitoral, para 229 contrárias em janeiro, primeiro mês do segundo governo, para logo em março subir para 322. Isto é, em relação a outubro, o número de contrárias triplicou (FERES JÚNIOR et al, 2016a, p. 182).

Da mesma maneira que, em 2013, a polaridade das ruas e o antagonismo da mídia cresceram com o decorrer dos dias, o segundo governo de Rousseff parecia levá-la para um caminho sem volta. Comprometida com uma investida republicana (SINGER, 2019), a presidente não interferia nas investigações da Operação Lava-Jato, que oferecia à classe média tradicional uma cobertura semanal de perseguição à corrupção. Essa mesma classe média, abastecida semanalmente com os novos desdobramentos da operação, viam no Partido dos Trabalhadores a origem de todo o mal que assolava o País.

A Operação, que teve início em 17 de março 2014, inicialmente como braço da operação Miquéias, que investigava organizações criminosas de lavagem de dinheiro ligadas a doleiros com atuação em Brasília. A operação Lava Jato começa a atuar após a ligação feita entre um posto de gasolina da capital federal cujo dono era um ex-diretor de abastecimento da Petrobras onde havia, além dos tanques de abastecimento, uma casa de câmbio usada para evasão de divisas do país e um serviço de lava jato.

Não apenas tendo sido deflagrada em ano de eleições nacionais, mas também por se tratar do maior caso de corrupção política investigado até o momento no Brasil” (BAPTISTA, 2018, p. 17), a operação teve desde o começo uma relação muito próxima com os meios de comunicação. Para Feres Júnior, Barbabela e Bachini (2018, p. 199), “a palavra mais adequada para descrever a relação entre esses dois objetos seria o mutualismo”, conceito técnico emprestado da biologia que “descreve a associação entre seres de diferentes espécies em que ambos se beneficiam”. Naquele primeiro ano, segundo os autores, a média de ocorrência de matérias sobre a Lava Jato foi de 50 ao mês. Durante a campanha eleitoral, essa média subiu para 72, chegando a 115 ocorrências em outubro e ultrapassando a marca de 320 nos meses de novembro de dezembro de 2014 (FERES JÚNIOR; BARBABELA; BACHINI, 2018). Na análise dos autores, depois de uma leve diminuição nas ocorrências no começo

da campanha eleitora, especialmente por outros acontecimentos tomarem prioridade, quando Dilma começa a se definir como favorita nas pesquisas, “o escândalo volta a ser ativado em escala geométrica. Até aqui temos a utilização de escândalos de maneira desequilibrada para prejudicar candidatos do PT”, um movimento que já haviam observado em outras campanhas.

Como veremos na análise, havia uma coordenação entre denúncias e deflagrações de ações da Polícia Federal pela operação Lava Jato, vazamento de áudios ou delações e suas publicações na imprensa tradicional brasileira. O que se destaca, no entanto, é o volume das associações que a imprensa fez da Lava Jato com a Dilma. Segundo levantamento feito por Feres Júnior, Barbabela e Bachini (2018, p. 222-223), no período entre janeiro de 2014 e fevereiro de 2018, 1.036 manchetes eram sobre a Lava Jato. Retirando as palavras “Petrobras” e “Lava Jato”, o nome mais citado é o de “Dilma Rousseff, que aparece 111 vezes nas manchetes” mesmo tendo sido afastada do governo há mais de um ano e meio “e que todas as referências são do tempo em que era presidente”.

Lula, que chegou a ser preso pela operação, aparece em segundo lugar com 96 manchetes, seguido de Temer, com 87. Ou seja, “ela sofreu uma massacrante associação à Lava Jato durante o período em que moviam campanha para removê-la da presidência” ainda que não tenham conseguido produzir nenhum indício ou prova de que houvesse cometido algum crime.

Assim, em 2015, os manifestantes pró-impedimento eram alimentados pela Lava-Jato e, em manifestações que cresciam a cada domingo, pautavam a mídia, agendando-a (CIOCCARI, 2016). Como uma bola de neve que aumenta a cada ciclo,

(...) ao enquadrar somente os problemas do governo Dilma Rousseff, sem nem mencionar qualquer outro avanço, melhora ou previsão otimista, a mídia responsável por construir a realidade diante dos olhos da sociedade, endossa uma percepção que passa a ser a única possível, uma vez que o indivíduo não toma consciência de outra realidade (CAMPOS et al, 2020, p. 16).

Essa investida republicana de defesa da independência das instituições, que indiretamente acabava por alimentar a pressão contra o governo nas ruas, também dificultava o diálogo com o Poder Legislativo, que via na Operação Lava Jato um perigo eminente. Mesmo adotando políticas neoliberais e concedendo cargos-chave em ministérios (CARVALHO, 2018) a investida da classe média e da mídia ficava mais forte devido à crise econômica. Nas páginas da Folha de São Paulo, a associação entre o revés econômico e o governo era apresentado como uma relação direta: “a

crise econômica foi o tema que destacou no jornal do dia 2 de dezembro, e o processo de abertura de impeachment predominou nas notícias do dia 3 de dezembro.” (CIOCCARI, 2016, p. 16). Mal havia começado, o segundo governo Dilma já se encontrava em um cerco que se fechava cada vez mais.

Morigi et al (2015) demonstra, ao analisar a cobertura da mídia dos protestos contra o governo Dilma, a capacidade da mídia hegemônica em atuar como um agente de produção simbólica ao perpetuar representações sociais. Segundo os autores, na cobertura da Folha de São Paulo:

(...) há um grupo que denuncia a tentativa de golpe à democracia e chama atenção para os problemas que um regime conservador/autoritário impõe a sociedade. E outro grupo que transforma o sistema democrático em operador ideológico, em que a democracia passa a ser vista como uma ameaça. Ao mesmo tempo em que evoca, com uma justificativa moralizante de “acabar com a corrupção”, soluções extremas de conservadorismo, como pedidos de intervenção militar (por parte de alguns grupos mais radicais) invertem as principais características de um Estado Democrático.” (MORIGI et al, 2015, p. 52 – 53)

Das eleições presidenciais ao afastamento definitivo de Dilma Rousseff do Poder pelo Senado Federal, observamos a participação e o embate na construção e defesa de narrativas em cada episódio político e social no país não apenas entre as parcelas da população que em 2013 foram às ruas exigindo alguma resposta para as suas frustrações e insatisfações e que, durante as eleições 2014, polarizaram-se em projetos diferentes do país, mas também da participação da mídia hegemônica brasileira (MARQUES et al, 2018) como um agente político mobilizador. A mudança na abordagem da imprensa brasileira apontada por Judensnaider et al (2013) nas manifestações de junho deram o tom das coberturas realizadas nos anos seguintes, tanto nas ruas quanto dentro das instituições políticas, favorecendo discursos em desfavor do governo.

As pesquisas de Santana (2018), Campos e Cardoso (2017) e Becker et al (2016) apresentam, a partir da teoria do enquadramento, quais foram as produções simbólicas promovidas pela FDSP no decorrer da abertura do processo de impedimento. Santana (2018) mostra que a cobertura por imagens do processo pelo diário paulista se utilizou de um enquadramento de jogos, tendo a predominância de imagens em plano aberto, “o que indica uma opção ao contexto à custa de outros caminhos interpretativos (SANTANA, 2018, p.13). A utilização do enquadramento de jogos, adverte o autor, pode “levar ao cinismo e a descrença em partidos a atores

políticos ao usarem de ângulos de interpretação limitados a embates e intrigas políticas, sem levar em conta o cerne das questões políticas” (SANTANA, 2018, p.14) - segundo a análise, no que se refere às imagens da cobertura da tramitação do processo de impedimento de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, “o processo se resumiu a um embate entre partidos políticos”.

Quanto aos personagens apresentados pelo jornal, apenas Eduardo Cunha obteve um número significativo de *close-ups*, plano que indica uma responsabilização, pelo jornal, do deputado. Dilma, Lula e Temer foram apresentados em imagens de plano médio e aberto, “indicativo de relação pessoal, foco no personagem enquanto figura aglutinadora de interesse” (SANTANA, 2018, p. 14).

Ao encontro dos resultados obtidos a partir da análise das imagens utilizadas pelo periódico paulista, Campos e Cardoso (2017) utilizaram quatro categorias para analisar o enquadramento noticioso das matérias sobre o processo de impedimento: a imagem da presidente e do seu governo no jornal, a imagem da oposição e do presidente Michel Temer; o impeachment sob a ótica da legalidade e as temáticas relacionadas, e o caráter teatral e espetacular da cobertura.

Tendo como objeto matérias das edições dos dias 2 de dezembro de 2015, dia seguinte à criação da Comissão Especial da Câmara do Deputados; 18 de abril de 2016, dia seguinte à admissão do relatório aprovado pela Comissão; 12 de maio de 2016, dia seguinte à aprovação do relatório da Câmara dos Deputados pelo Senado Federal, e do dia 31 de agosto, quando o Senado destituiu Dilma Rousseff da presidência, as autoras observaram que, em relação à imagem da presidente e do seu governo, “o jornal utiliza-se do verbo ‘emocionar’ para se referir à fala de Dilma, demonstrando a estrutura psicológica abalada da presidente durante o processo de cassação” (CAMPOS; CARDOSO, 2017, p. 10). Insinuando que o despreparo se estende também ao governo e até mesmo ao próprio partido do governo, a FDSP apresenta um embate entre opiniões dentro da base petista sobre como proceder diante do prosseguimento do processo no Congresso.

Além de representar Dilma como uma pessoa emocionalmente inapta, o periódico também a desqualifica ao indicar que a presidente aceitou o golpe quando não aceitou “barganhar” com Eduardo Cunha. Corroborando com essa imagem, ao apresentar os discursos de Dilma, a FDSP “enquadrou na cobertura dos pronunciamentos o momento de crise econômica do governo Dilma e a preocupação da base governista com o crescimento da crise diante do *impeachment*, reforçando

uma imagem negativa diante da situação econômica” (CAMPOS; CARDOSO, 2017, p. 11). Nas páginas do jornal, o despreparo da presidente era estendido a toda sua equipe de governo, não apenas apontando-a como a culpada, mas oferecendo, a partir da associação com a crise política, a solução através do impedimento.

Em relação de Dilma com a oposição ao governo, o jornal “utiliza-se verbo “atacar” ou “provocar” toda vez que se refere à fala da presidente direcionada aos opositores (CAMPOS; CARDOSO, 2017, p. 11), apresentando um enquadramento negativo e violento da presidente em relação à oposição. O mesmo acontece entre a imagem de Dilma e Temer. Por mais que a FDSP apresente o então vice-presidente também de modo negativo (2017, pp. 11-12), “há um enquadramento positivo em comparação à imagem de Dilma.” Por mais que a imagens criadas sobre Temer nas páginas do jornal não fossem positivas, não residia nele os problemas – em comparação ao vice-presidente, era na cabeça da chapa que residiam os problemas.

A posição editorial do jornal fica claro ao defender o caráter legal do processo de impedimento. A associação do discurso de denúncia do caráter golpista do acontecimento aparece associado ao discurso de Dilma como uma inapta ao cargo. Além de utilizar “termos como 'condenação' e 'ré' ao tratar do impeachment” (2017, p. 13), “A Folha trouxe diversos temas relacionados ao impeachment em suas matérias, enquadrando principalmente a crise econômica que o país enfrenta, a Operação Lava Jato, com enfoque nas investigações que envolvem o PT” (2017, pp. 13-14). Ao utilizar jargões jurídicos e publicar matérias explicativas do processo burocrático do processo de impedimento, o jornal apresenta, em contraposição às alegações de inconstitucionalidade e golpe, uma visão legitimadora do impedimento.

A análise de Campos e Cardoso (2017) identifica ainda um viés de espetacularização na cobertura do processo de impedimento pela FDSP quando o diário busca “dramatizar o *impeachment* enquadrando falas de Dilma referentes ao momento em que teve que lutar durante a ditadura militar e ao mesmo tempo, dramatizou as acusações feitas por Dilma a Temer”, mas também ao descrever o abatimento físico dos políticos petistas (2017, p. 13) durante as sessões do plenário da Câmara dos Deputados e do Senado. A descrição do cansaço e fadiga dos integrantes do governo ainda corroboram com a imagens de vitória iminente e certa da oposição defensora do afastamento da presidente.

O mesmo viés de espetacularização foi encontrado por Pozobom e Prates (2017) ao analisar as edições do jornal Folha de São Paulo e O Globo nos dias 3 de

dezembro de 2015 e 18 de abril de 2016, especialmente em relação à antecipação, pelos jornais, do resultado do processo, que não apenas apresentavam a destituição de Dilma como altamente provável, para não dizer certa, mas que também deixavam de mostrar as possibilidades que poderiam acontecer ao longo do processo de impedimento. Na narrativa criada ao longo da cobertura dos jornais não havia outras possibilidades no andamento do processo que não fosse o afastamento. A presidente tecnicamente inapta, incapaz de criar alianças e que tentava manter uma gestão pública com mão de ferro, agora já desgastada e que ainda tentava levar o país inteiro consigo não poderia ter outro destino se não o do impedimento. O processo jurídico era apresentado não como um processo de debate e busca por justiça, mas como um processo burocrático com um único fim possível.

Para as autoras, a narrativa de antecipação é uma narrativa de espetáculo “pois busca despertar a atenção do leitor, dramatizando e inferindo algo antes de acontecer, o que se desvia dos princípios jornalísticos da objetividade, de narrar a verdade dos fatos sem interferência no andamento dos acontecimentos” (POZOBOM; PRATES, 2017, p. 196). A espetacularização também aparece na cobertura das manifestações ao longo do processo na edição do dia 18 de abril. Um dia após a seguimento dado pela Câmara dos Deputados ao processo de afastamento de Dilma, a FDSP publica reportagens “em que reforçam a oposição entre os manifestantes pró-*impeachment* e pró-Dilma, cujas representações colocam os primeiros como vitoriosos e os segundos como derrotados” (POZOBOM; PRATES, 2017, p. 198), como em uma final da Libertadores ou da Copa do Mundo em que, a julgar pelos que usam a camisa da seleção brasileira masculina de futebol, o Brasil havia conquistado o tão sonhado título de hexacampeão. Também é identificado um forte personalismo de Dilma e de Temer nas páginas dedicadas à cobertura do processo, depositando nesses personagens tanto a culpa de todos os problemas (economia, corrupção, crise política etc., no caso da Dilma) quanto as soluções (ou a única solução apresentada: a ascensão de Temer ao cargo de chefe do Estado).

A partir das análises consultadas, vê-se que a cobertura do golpe pela imprensa hegemônica brasileira, especialmente, neste caso, pelo diário Folha de São Paulo, trata o embate político de maneira reducionista em relação às implicações do afastamento de um presidente democraticamente eleito, sem promover uma reflexão mais aprofundada, ampla e crítica, optando por adotar uma narrativa simplista como a do personalismo. Becker et al (2016) mostram que a análise das capas dos jornais

FDSP, O Globo e O Estado de São Paulo ao longo da tramitação do impedimento no Poder Legislativo “permite mostrar uma cobertura que desqualifica a política, minimiza questões de interesse público vinculadas ao impeachment, naturaliza o conflito e superficializa as informações” (2016, p. 17). A redução dos atores políticos em personagens totalizados em relações de bem/mal, certo/errado etc. elimina a possibilidade de uma compreensão complexa de um acontecimento político, ainda mais do andamento do processo de impedimento, mas também do entendimento das construções biográficas e históricas que levaram tanto esses indivíduos quanto o país àquele momento.

Ainda chama a atenção, ao longo da análise das capas, que “as controvérsias em torno de políticos implicados nas denúncias de corrupção e os argumentos contrários ao impeachment não possuem espaço no jornal”, tendo sido preteridas pelas “muitas referências a um futuro governo, à saída imediata da presidenta, sendo Michel Temer a alternativa competente para o País” (BECKER et al, 2016, p. 17). A mesma narrativa de antecipação identificada por Pozobom e Prates (2017, p. 196) no corpo das matérias é potencializada nas capas do jornal, demonstrando uma escolha editorial em priorizar a narrativa pró-impedimento, como única possibilidade e certeza, em detrimento de um debate justamente sobre crimes políticos e do próprio andamento do processo.

A busca pela hegemonia da narrativa do golpe foi uma disputa travada pelos veículos tradicionais de comunicação brasileiros de modo paralelo e em comunhão com a disputa política em Brasília, ambos buscando respaldo e legitimação nas disputas que também ocorriam no capó social, especificamente por parte da população que se manifestava nas ruas do país. Como visto nas análises acima, a Folha de São Paulo, como parte da mídia hegemônica brasileira, tomou parte na busca pela hegemonia da narrativa desse acontecimento político social e midiático.

Não sozinha, toda a grande imprensa nacional estava mais ou menos alinhada (PINHEIRO; VIEIRA, 2018) com esta narrativa. Por mais que houvesse divergências sobre quem deveria ou não compor o próximo governo - “OESP [O Estado de São Paulo] defende o *impeachment* como saída mais adequada, enquanto FSP [Folha de São Paulo] prefere a renúncia de Dilma e Temer, seguida de novas eleições” (MARQUES et al, 2018, p. 224) - o discurso em comum da imprensa brasileira durante a cobertura das manifestações a favor do impedimento, da situação econômica do país, e em defesa mais ou menos explícita do próprio processo ao longo de sua

tramitação no Poder Legislativo, demonstrou a capacidade de coerência na criação de um discurso entre os diversos veículos jornalísticos, ainda que interessado e conservador.

3 IMAGEM E IMAGINÁRIO

Vimos no capítulo anterior os diversos processos - econômicos, políticos, sociais e midiáticos - que culminaram no golpe à ex-presidente Dilma Rousseff, retirando-a de seu cargo. Desde as construções de uma base econômica e política dos governos petistas ao início das crises que levaram ao fim do lulismo e a tentativa de construção de narrativas e discursos legitimadores sobre estas crises e do processo de afastamento por parte da mídia hegemônica brasileira.

Para poder compreender quais foram as imagens simbólicas sobre Dilma Rousseff e sobre o processo em si promovidas, apresentadas e sobrepostas por essa parcela da mídia brasileira, foi necessário quais foram os discursos e quais foram as narrativas escolhidas. As pesquisas orientadas às análises de enquadramento, tanto de imagens quanto de discursos, nos auxiliam a identificar quais foram as imagens, sejam elas técnicas ou discursivas, escolhidas para compor a narrativa mais alinhadas à posição editorial do veículo. Elas se limitam, no entanto, às margens do quadro em que essas imagens estão inseridas – seja pelo recorte da foto ou pelo limite de caracteres da página em que o texto foi impresso.

Buscar a essência dos discursos e da narrativa criada sobre esse acontecimento dentro desse limite seria ceder à imposição de sentidos oferecidos pelo comunicador. Os sentidos dos discursos não se limitam aos seus signos e seus sentidos diretos. O discurso é uma acumulação de sentidos sobrepostos que interagem entre si, distorcendo e transfigurando um ao outro ao longo do tempo. A essência de um discurso está no (des)encobrimento (SILVA, 2019) desses sentidos acumulados que constantemente escapam das margens. Como veremos mais adiante, toda essência é imaginária.

Isso não quer dizer que as análises de discurso e enquadramento não sejam capazes de revelar, apontar, esclarecer e demonstrar de maneira mais profunda o que está sendo comunicado. É uma questão de objetivo de pesquisa. No pior dos casos, essas análises ainda são capazes de fornecer informações e reflexões que nos aproximam da essência do discurso, aproximar da superfície discursiva pontos que emergem (SILVA, 2003) da essência que indicam camadas de sentidos que a cobre.

O uso dos verbos “atacar” e “provocar”, identificadas nas pesquisas de Campos e Cardoso (2017, p. 11), por exemplo, usadas na descrição de ações de Dilma Rousseff, são pontos emergentes que correspondem a um *schème* de violência

predatória, enquanto a pesquisa de Pozobom e Prates (2017) demonstra que, pela espetacularização, especialmente quanto à antecipação do resultado do processo de impedimento, a imprensa reforçava tanto as imagens de Dilma como uma mulher fraca, inapta e incapaz quanto a do próprio processo de impedimento como a única opção possível para o destino político do país e, ao mesmo tempo, a sua legitimidade. É preciso identificar todos os sentidos que cobrem o acontecimento e compreender como eles agem na transfiguração um do outro e do objeto sob eles para chegarmos ao imaginário.

Nesse capítulo utilizaremos Durand (1968) para compreender a relação entre as imagens e os imaginários, desde seu primeiro posicionamento sobre a centralidade do processo de significação com os estudos psicanalíticos, apresentando as reflexões do autor sobre o simbólico, à metáfora de produção e gênese dos imaginários. É a partir deste momento que nos apropriaremos das contribuições de Silva (2017) no campo do imaginário para complexificar o caminho que parte do devaneio individual ao imaginário consagrado, considerando-o como processo de acúmulo e excesso de significações.

No subcapítulo seguinte apresentaremos reflexões sobre as técnicas de (tentativa) de produção de imaginários, ou tecnologias do imaginário (SILVA, 2003), trazendo pontos determinantes ao debate contemporâneo: a produção de imaginários na era digital saturada por imagens.

3.1 IMAGINÁRIO

As relações entre o imaginário e o real revelam a complexidade da condição humana. Das lembranças da infância aos desejos da idade adulta, das angústias reprimidas às projeções do futuro, tudo isso sublinha que as condições fisiológicas e materiais – a partir das quais a vida se estende – permanecem insuficientes para compreender as formas de experiência vivida. (LEGROS et al, 2014, p.17)

Como um tecido translúcido que cobre o real, o imaginário é uma camada de sentidos e significados que dá volume à vida, mostrando o relevo dos caminhos do cotidiano a partir da luz refletida em seus pontos emergentes e das sombras projetadas por eles. É “nessa ambivalência que permite alternar o masculino e o feminino, o diurno e o noturno, a afirmação e a negação” (SILVA, 2017, p.14), como nas contradições inerentes a cada indivíduo, em que está seu fundamento. Essa

camada de sentido é imaginária. Ou melhor, é justamente o imaginário que dá sentido às coisas.

O real literal, concreto, material, regido pelas leis da física, o que resta quando não há observador, limitado pela denotação, pela dureza do sentido bruto, é incapaz de explicar a irracionalidade dos afetos, desejos, medos, vínculos, gostos, paixões e dramas que sempre compuseram a vida humana. O “fascínio positivista” (MAFFESOLI, 2007) foi responsável por inscrever todo o pensamento ocidental “numa perspectiva de conjunto que pretendia submeter à razão todos os elementos da natureza e da sociedade” (2007, p. 57). Ao privilegiar a busca pelo conhecimento através dos aspectos quantitativos do mundo, deixou-se de lado por séculos fenômenos, dados e acontecimentos com grande potencial indicativo de práticas, valores, realidades, visões e compreensões de mundo que uma comunidade tinha em determinado momento e local.

É compreensível a imersão do pensamento ocidental na racionalidade quando vemos, a partir de Durand (1968, p. 37-38), que *“el racionalismo, aristotélico o cartesiano, posee la inmensa ventaja de pretendese universal por la distribución individual del “buen sentido” o “sentido común”*”. A planificação do mundo em quadrados cartesianos não era menos que um sintoma dos valores faustianos de progresso através do controle e dominação do mundo que guiaram o ocidente por três séculos. O mito do dr. Fausto, naturalista alemão que vende a alma a um demônio em troca de conhecimento do mundo e pela capacidade de moldá-lo, é o mito fundador da ideologia que sustentou e atravessou a experiência humana ao longo da era moderna.

Para Durand (1968, p.26), a iconoclastia inaugurada por Descartes, para quem não há outro símbolo além da consciência à imagem e semelhança de Deus, *“asegura el triunfo del “signo” sobre el símbolo”*. A produção do saber, assim, reduzia toda forma de conhecimento a um método de análise e medição matemática, a qual Durand (1968, p.28) denomina de concepção semiológica do mundo, resultando em *“fenomenologías carentes de transcendencia, según las cuales el conjunto de los fenómenos ya no se orienta hacia un polo metafísico, ya no invoca lo ontológico, no logra sino una “verdad a la distancia, una verdad reducida”*. Esta planificação de mundo esférico (noturno) em linhas retas, paralelas e que se cruzam em 90 graus (diurno) busca em relações de causa e efeito constantes que apontem para essências universais, totais e replicáveis. Ao desconsiderar as diferenças nas repetições e as

repetições nas diferenças (SILVA, 2017) e ao ignorar o acúmulo de sentidos que acontece cada vez que um rito é executado, que um mito fundador é proferido, ou quando qualquer prática tradicional se repete, é justamente a essência deste fenômeno ou grupo que se perde e se evapora. A essência de todas as coisas é imaginária.

A submissão do conhecimento às grandes verdades universais e conceitos fechados acabaram por se mostrar insuficientes na tentativa de explicar os fenômenos e acontecimentos da vida. Maffesoli (2007) mostra que o século XX apresenta uma saturação desta prática teórica. O pensamento cartesiano, a lógica matemática, o racionalismo puro, fundadores do movimento iluminista e pais da modernidade, alcançaram seus limites enquanto linhas teóricas capazes de explicar o mundo. Depois de séculos de dominação do mundo material, a promessa do progresso não se cumpriu. Verdades que até então eram inquestionáveis começam a entrar em debate – desde as questões de gênero, sexualidade, como também o próprio controle do indivíduo sobre si mesmo com as investigações sobre a psique humana pela psicanálise.

Os estudos que começam a esboçar a centralidade do caráter simbólico das imagens e da imaginação começam a aparecer com as investigações acerca da psique humana, especialmente com Freud e, posteriormente, com Jung. A primeira abordagem, alinhada aos trabalhos etnológicos Dumézil, são consideradas por Durand (1968) correspondentes ao campo redutivo da hermenêutica. Na psicanálise, segundo o autor, a imagem, o sonho, ou “o fantasma” *“es símbolo de una causa conflictual que opuso, en un pasado biográfico muy remoto – por lo general durante los primeros cinco años de vida -, la libido de las contrapulsiones de la censura”* (1968, p. 50). Desta maneira, a imagem é apenas uma manifestação do inconsciente em um momento de regressão afetiva, um signo que simboliza um trauma individual vivido em um “passado biográfico muito distante”, bloqueado por uma censura, um trauma.

Os trabalhos de Freud apresentam uma natureza determinista na produção das imagens simbólicas - a associação de um efeito psíquico (como as imagens de um sonho) à causa final de uma patologia. Em outras palavras, todo caráter simbólico das imagens criadas por um indivíduo corresponde a uma sexualidade castrada, imatura e/ou insatisfeita, uma contra pulsão consumada e internalizada ao inconsciente.

Quanto aos trabalhos de Dumézil, a crítica de Durand (1968, p. 50) se dá sobre a compreensão daquele de que um mito, um ritual ou qualquer prática simbólica seria

“directamente inteligible desde el momento em que se conoce su etimología. Para Dumézil, o simbolismo seria apenas uma parte da semântica linguística - uma herança dos sentidos acumulados pelas palavras e signos ao longo do tempo e de sua evolução. Uma passagem do sentido denotativo ao conotativo e, depois, ao simbólico. Não há, portanto, um caráter associativo a ser descoberto, há apenas uma investigação linguística.

Às proposições de Dumézil, Durand (1968, p. 60) questiona: *“¿para qué serviría la complicación del “sentido figurado”, del “símbolo” en relación con el sentido propio? - sino em las complicaciones de inconsciente”*. É justamente a partir do uso de figuras de linguagem que identificamos a potencialidade de um símbolo e sua natureza simbólica e sua capacidade em expressar a complexidade da associação de diversos sentidos. Cada metáfora, pleonasma, hipérbole etc. são aproximações que tangenciam a essência de um discurso, aproximando sua essência da superfície discursiva. São tentativas de definição da parte que tentam indicar, sugerir e demonstrar o todo; camadas discursivas que cobrem o objeto imaginário do discurso, seu sentido. É sempre necessário que um símbolo seja decifrado exatamente por seu sentido não ser claro, óbvio ou literal.

Durand parte da noção kantiana de que um conceito não é apenas um signo indicativo de algo externo, um objeto ou ideia, mas sim uma organização instauradora de uma realidade através da constituição e juízo de valores - o que leva ao que Cassirer denomina por pregnância simbólica: uma *“impotencia constitutiva que condena el pensamiento a no poder jamás intuir objetivamente una cosa sin integrarla de modo inmediato en un sentido”*. Cassirer mostra que todo signo possui uma carga simbólica, não sendo possível, portanto, ler, assistir, ver uma imagem ou criá-la mentalmente a partir de sons, cheiros ou toque sem realizar uma associação de sentidos, valores, pesos etc. Todo discurso, por mais racional que se proponha, apresenta um convite ao devaneio. É a partir dessa relação automática e instantânea entre um signo, seu simbolismo e as associações consequentes realizadas a partir dele que a realidade é criada e organizada.

Para Durand, é justamente esta impossibilidade de pensar objetivamente um signo sem a associação com seu caráter simbólico que determina a maneira dos sujeitos sociais de experienciar o mundo: a presença inevitável do sentido nas imagens faz com que, para consciência humana, nada seja apresentado, mas sim representado.

Por lo tanto, el hombre pensante y la salud mental se definen en términos culturales; el homo sapiens, em definitiva, no es más que un animal symbolicum. Las cosas solo existen por medio de las figuras que les da el pensamiento objetivamente; son eminentemente “símbolos”, ya que solo conservan la coherencia de la percepción, de la conceptualización, del juicio o del razonamiento mediante el sentido que las impregna. (DURAND, 1968, p.70)

É a partir deste pansimbolismo que Durand (1968) chega às compreensões do simbólico apresentadas por Jung, destacando a crítica deste em relação à psicanálise freudiana quanto as relações entre signo-sintoma e, principalmente, quanto a relação símbolo-arquétipo. Para Jung, o símbolo remete a *algo* que não pode ser reduzido a uma única coisa. O conteúdo imaginário pode tanto ter uma redução *semiótica*, sendo uma representação direta de uma pulsão, quanto ser uma representação *simbólica*, “*como sentido espiritual del instinto natural*” (1968, p. 72), denominada pelo psicanalista como arquétipo - uma infraestrutura simbólica, dinâmica e ambígua que “*organiza las imágenes, pero que siempre sobrepasa las concreciones individuales, biográficas, regionales y sociales, de la formación de imágenes.*” Desta maneira, Jung inverte a redução da imagem simbólica à um sintoma de pulsões patológica para uma exaltação do arquétipo, uma construção coletiva entre o indivíduo-micro e o social-macro em que ele está inserido, proporcionando uma ampliação total dos sentidos das imagens simbólicas.

No lugar de um determinismo da pulsão biológica, encontra-se uma energia psíquica em que há uma função simbólica e a mediadora na relação arquétipo-símbolo, um processo que *sintetiza*, durante a produção do simbólico, “*la consciencia clara, que es em parte colectiva, formada por las costumbres, hábitos, métodos, idiomas inculcados por medio de la educación*” (DURAND, 1968, p. 73) e o inconsciente coletivo, a própria libido e seus arquétipos. Há uma relação que, em uma pessoa saudável, sempre busca o equilíbrio entre as pulsões libidinosas e a consciência clara, não necessariamente racional, mas sim formada pela carga cultural do sujeito, tanto dos conhecimentos e ensinamentos dados pelas figuras paternas, quanto pelos herdados pela cultura e tradição em que está inserido

As patologias e doenças mentais para Jung, portanto, seriam uma deficiência do equilíbrio da função simbólica, uma incapacidade de produzir o simbólico, criando um desbalanço entre as pulsões e os símbolos-arquétipos ao negar o processo de individuação do sujeito, processo que pode acontecer de duas formas: a primeira,

quando o desequilíbrio pende às pulsões que não conseguem se externalizar em símbolos, o indivíduo se afasta do mundo real em uma atitude a-social (autismo), impulsiva e compulsiva; quando, ao contrário, o desequilíbrio pende à consciência clara, há uma liquidação do pensamento simbólico, transformando o indivíduo em um ser robótico animado apenas pelas razões da consciência social em vigência. A dissociação a-simbólica do segundo caso constitui de fato uma doença mental ao reduzir a significância do símbolo a um sintoma. *“La materia prima-imagen, contenido del inconsciente, carece del poder que tiene lo consciente de crear formas, engendrar estructuras”* (CASSIRER apud DURAND, 1986, p. 76). O sujeito, incapaz de acessar a carga simbólica de suas pulsões e desejos, se torna um burocrata das regras sociais e morais de seu tempo e lugar, incapaz de acessar os afetos da vida e a poética do cotidiano.

As imagens simbólicas são, portanto, as mediadoras entre a libido inconsciente, manifestadas por meio dos sentidos que lhe são associados, e a energia psíquica que, por fim, transporta a imagem à consciência. A compreensão das imagens simbólicas de Jung, neste sistema, tem uma função *sintetizadora* dentro do processo de individuação. Todos os delírios e devaneios apresentam características de símbolo, ao contrário das imagens que são pontos estereotipados por apenas um arquétipo. É a isso que Durand denomina de hermenêutica instaurativa.

Enquanto Freud reduzia as cargas simbólicas das imagens à uma causalidade sexual, a compreensão de Durand (1968, p. 77) entende *“que Jung tiene una concepción demasiado amplia de la imaginación simbólica”*, depositando a carga simbólica unicamente como um processo de síntese, sem levar em conta a “morbidez” dos símbolos, especialmente enquanto produto e produtor das “estruturas antropológicas” de cada indivíduo.

No campo do imaginário, os processos formadores das imagens simbólicas se encontram justamente na convergência destas duas hermenêuticas (DURAND, 1968): a assimilação do psiquismo pelo imaginário e o pensamento em sua totalidade integrados à função simbólica, tendo na linguagem poética a externalização das funções *realmente* humanizantes do sujeito, atuando de forma plena para além de uma objetividade rasa ou apenas um processo instaurador externo.

Enquanto a psicanálise e a sociologia

(...) se orientaban a una reducción al inconsciente, ya sea mediante síntomas oníricos o mediante secuencias metodológicas, Bachelard orienta su

investigación a la vez hacia el subconsciente poético - que se expresa por medio de palabras y metáforas- y hacia ese sistema de expresión, más impreciso, menos retórico. (DURAND, 1968, p. 80),

Desta maneira, a abordagem fenomenológica do imaginário se apresenta como uma “escola de ingenuidade” (1968, p. 82) ao destacar o caráter originário das imagens pela produção psíquica própria da imaginação. Com Bachelard (apud DURAND, 1968), encontramos as imagens no centro do mecanismo de construção do símbolo que, em oposição à alegoria – forma de representação direta dos pensamentos -, conduz a instauração transcendental de sentido manifesto pela imagem, permitindo “*captar el símbolo em carne y hueso, pues “no se lee poesía pensando en otra cosa”.*” Desta maneira, pode-se assimilar todo psiquismo ao imaginário, desde a sensação imediata até a função simbólica integrada à totalidade do pensamento sem que haja uma separação entre um pensamento racional e um imaginário. O racionalismo, portanto, não é mais do que uma “formalização extrema” (DURAND, 1968) de uma retórica submergida na constelação de imagens geral do imaginário, uma maneira de externalizar as construções do devaneio e de organizar as infinitas imagens próprias do imaginário. O pensamento racional não é oposto, antagônico, inverso e nem a contradição do imaginário, mas seu complemento. Desconsiderar o caráter irracional do processo de racionalização do mundo é, em si, irracional.

Do ponto de vista antropológico, o imaginário se apresenta em um dinamismo equilibrante de imagens organizadas em duas forças de coesão, dois regimes (DURAND, 2012), que contêm cada em cada um, um universo antagônico e que se relacionam entre si em forma de narrativa ao longo do tempo, em um sistema de opostos, e não em uma síntese, como defende Jung.

Estes dois regimes são compostos por duas intenções amplamente diversas que formam as bases das representações de imagens: o regime diurno, que divide o universo em opostos como bem/mal, certo/errado, eu/outro; e o regime noturno, identificado por imagens unificadoras, conciliatórias, cíclicas. Esta dualidade está presente em todos os processos de simbolização de imagens. O imaginário se forma a partir de constelações de imagens que, acumuladas ao longo do trajeto antropológico de sociedades, grupos sociais, núcleos ou indivíduos, constroem seus sentidos a partir destes regimes.

A organização das imagens dentro dos regimes acontece em etapas não-lineares: o *schème*, o arquétipo, o símbolo e o mito. O *schème* faz a associação de gestos inconscientes e as suas representações. “Anterior à imagem, corresponde a uma tendência geral dos gestos, leva em conta as emoções e afeições” (PITTA, 2017, p. 22). O arquétipo é a representação dos *schèmes*, a primeira imagem de caráter coletivo, onde o imaginário encontra o racional: “o *schème* da subida vai ser representado pelos arquétipos do chefe, do alto; o *schème* do aconchego, pelo da mãe, do colo, do alimento” (PITTA, 2017, p. 23). O símbolo evoca o ausente, uma representação que indica um sentido escondido, enquanto o mito é um sistema dinâmico de símbolos, arquétipos e *schèmes* que compõem um relato, sob forma de narrativa.

Como um rio que nasce, cresce, é represado, e se move sempre mudando ao mesmo tempo que se mantém o mesmo rio, Durand apresenta em seis fases o percurso dos imaginários ao longo de sua bacia semântica (DURAND, 2012), ou o conjunto de imaginários. Por vezes em um meio social, uma tribo, um grupo, surge uma corrente. Pode tanto ser o resquício de um antigo rio ou a origem de uma nova nascente. Caso seu volume cresça, acontecem *escoamentos* (1) para novos caminhos. Os escoamentos que ocorrem começam a se unir em “partidos, em escolas” (SILVA, 2017), tornando mais definidas as *divisões das águas* (2), aprofundando suas trajetórias e aumentando a sua capacidade de levar outrem consigo. Seja por necessidade de reconhecimento, interdisciplinaridade, apoio de pessoas influentes etc., alguns dos rios podem *confluir* (3), unindo suas correntes de forma parcial ou integral. Com seus caminhos, quedas e curvas mais definidas, “o mito ou uma história reforçada pela lenda esboça um personagem real ou fictício que denomina, tipifica e encarna a bacia semântica como um todo” (SILVA, 2017, p. 81), dando *nome ao rio* (4). Como mencionado acima, o mito de fausto sintetiza em metáfora o imaginário de progresso de dominação da natureza pelo homem; o lobisomem, na cultura germânica, era um eufemismo dos perigos que uma pessoa corria ao andar por uma floresta à noite; o curupira, personagem que atravessa as culturas amazônicas, personificava a capacidade da floresta em se proteger e proteger aqueles que nela habitam. Para Durand, é na *organização dos rios* (5) que acontece uma consolidação consciente, racional, do imaginário. Quando são identificados os “segundos fundadores”, os teóricos do campo. Por fim, seja por um esvaziamento das correntes, escapamento e absorção de suas águas por outros

complexos de imaginários ou, ao longo do tempo, uma mudança na compreensão ou no nome do rio, ocorre o *esgotamento dos deltas* (6), deixando seus rastros como vestígios de uma época e um local.

Esta metáfora apresenta uma compreensão ampla do universo de imaginários que compõe um determinado grupo social, compreendendo-o na sua forma transcendental e inundante do cotidiano, mostrando seu caráter fantástico no dia a dia no que Durand chama de “bacia semântica”.

A relação desta cosmologia de imagens simbólicas com o real se dá pelo recobrimento deste por uma camada de sentido imaginária. Como é algo que sobrepõe ao real, uma ampliação pela soma, não pode prescindir-lo. Como extensão, o imaginário não se apresenta como a negação do real, nem seu antônimo, mas justamente o que lhe atribui sentido. É assim que muitas vezes “o imaginário pode ser mais útil, como liga estrutural e estruturante, e sobrepor-se a esse real despojado e desnudado. Assim como o mito pode ser mais relevante do que a verdade, o imaginário (...) tende, por ser mais encantador, a triunfar” (SILVA, 2017, p. 29).

Silva (2017) desenvolve a hipótese do imaginário como um excedente de significação, como “algo que se acrescenta ao real” (SILVA, 2017, p. 24), sua extensão. Diferentemente de Durand (2012), Silva (2017) compreende a produção e disseminação de imaginário como “fluxos e relações universais”, e não como um resultado de um discurso de um determinado grupo ou a legitimação por alguma liderança. Aproveitando-se da metáfora do delta de um rio, Silva (2017) apresenta este processo em nove etapas.

Um acontecimento ou causalidade qualquer produz uma associação inesperada, um pensamento, um sentimento, remete a uma lembrança ou desejo sem nenhum motivo aparente. Esse “filete de sentido” altera o discurso dominante, um pequeno excedente que “não cabe no fato ou na sua narrativa” (SILVA, 2017, p. 82). Esse *vazamento* (1) é um sentido diferente, novo, que se acumula. Esse filete de sentido encontra uma brecha e começa a se fazer presente. A associação começa a ocupar o novo espaço. Diferente de Durand, que identifica logo no começo uma divisão de águas, com Silva este filete ainda inicial, podendo até mesmo ser imperceptível e inconsciente em um primeiro momento, mas que já começa a se tornar uma *infiltração* (2), gerando um crescimento e uma *acumulação* de sentidos. Para Silva (2017, p. 83) “a *acumulação* (3) derivada da infiltração começa como uma heresia e termina como um novo mito”. Uma associação errática, fruto de um devaneio

aleatório que acaba por agregar uma quantidade de sentidos que produz sua própria narrativa. Há uma lógica, um argumento, um sequenciamento de ideias que lhe justificam.

Se num primeiro momento as gotas de sentido tingem a realidade apenas quando há uma ativação afetiva, muitas vezes inconsciente, ao tornar-se um corpo massivo se sentidos, começa a ser buscada, estimulada, *evocada* (4); há uma realimentação com novas imagens e associações que fortalecem a corrente tanto em volume quanto em profundidade. O grande volume acaba por provocar um *transbordamento* (5); as evocações, os sentidos sobrepostos e as imagens criadas acabam por superar o acontecimento em si. O pequeno vazamento local, tribal, cobre agora um vale inteiro, invadindo novos espaços, produzindo novas acumulações em áreas até então não tocadas. Uma nova região é afetada e se encontra submersa em novos sentidos que, mesmo se adaptando à geologia do campo, acaba por *deformá-lo* (6). As regiões mais novas já são abaladas na primeira onda; as rochas mais duras, antigas e tradicionais vão, com o tempo, amolecendo com a pressão da água e a força das correntes. Em algumas partes, toda a costa é remodelada pelo novo corpo de sentidos; em outras, mesmo que pareçam iguais, já não são mais as mesmas.

Como todo rio, lago ou lagoa, sua natureza é a constante mudança. Podendo ser mais ou menos rápido, eventualmente toda água que ali estava já não vai mais estar, mesmo nas regiões que pareciam mais protegidas de qualquer vento, corrente ou maré. O excesso de sentido se sobrepõe, tornando-se o novo sentido. Há um processo de *transfiguração* (7) dos sentidos, uma repetição na diferença e diferença na repetição (os novos sentidos moldam a realidade, que acaba por criar novos sentidos). Quando este processo recebe um nome, uma identidade; quando o imaginário se solidifica como *metáfora* (8), o acontecimento original já está soterrado em camadas de significado que o deixam irreconhecível. Só poderá ser encontrado caso haja *derretimento e evaporação* (9) de todo o imaginário que o cobre ou, como é o caso desta pesquisa, a execução de uma escavação, uma busca, um empreendimento arqueológico que retire camada por camada os sentidos sobrepostos ao longo do tempo, possivelmente criando, ao fim, novas alterações nos sentidos que cobrem o acontecimento; depositando novas camadas imaginárias e remoldando a realidade.

O imaginário, assim, são os sentidos agregados a um acontecimento, um objeto ou fenômeno qualquer, sempre presentes e em processo de atualização. De hábitos,

costumes, tradições, ritos e até mesmo as coisas mais banais, mundanas e cotidianas. As roupas, os penteados, as palavras. Tudo possui, como vimos, uma pregnância simbólica, e a relação desses simbolismos, destas imagens, os movimentos que fazem entre si e seu objeto constituem as camadas que preenchem o espaço entre nossas ferramentas orgânicas de perceber do mundo e o mundo em si.

É desta maneira que, para Maffesoli (2008, p. 76), o imaginário atua como um “laço social”, unindo os indivíduos em grupos, tribos, comunidades, etnias etc. a partir de valores, crenças e identidades. Age como um “cimento social” em contraposição à crença moderna que identifica na pós-modernidade o ápice do individualismo social, uma sociedade de indivíduos-átomos:

Pode-se falar em “meu” ou “teu” imaginário, mas, quando se examina a situação de quem fala assim, vê-se que o “seu” imaginário corresponde ao imaginário de um grupo no qual se encontra inserido. O imaginário é o estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado nação, de uma comunidade etc. (MAFFESOLI, 2008, p. 76).

O imaginário está presente até mesmo onde não há sentido racional. Ele “mobiliza, produz interações, gera crenças e estabelece relações entre pessoas e entre essas pessoas e o universo” (SILVA, 2017, p. 42), fazendo-se real porque assim o é sentido. A presença do imaginário é maior na medida em que o indivíduo, o grupo, a tribo, a comunidade ou a nação está mais imerso em suas imagens. Enquanto “o real funciona por acumulações de bens quantitativos; o imaginário, [funciona] por saturação de imagens significativas” (SILVA, 2017, p. 30) que se sobrepõem e atualizam constantemente, agregando, transformando e transfigurando o real.

3.2 TECNOLOGIAS DO IMAGINÁRIO

Silva (2017, p. 24) adverte que “não há garantias de que vá funcionar e não se pode planejar a operação em todas suas etapas, mas se pode produzir situações com alto potencial de geração de excessos capazes de formar imaginários”. A revolução tecnológica observada a partir da década de 1980 multiplicou os meios pelos quais essas situações com alto potencial de geração de excessos acontecem no cotidiano. Até então, a mais eficaz tecnologia do imaginário (SILVA, 2003) era o cinema, com reproduções de imagens técnicas gigantes em ambientes que proporcionam a máxima imersão do espectador possível na época. Na era digital, com o advento de novas tecnologias de imersão (PASE; ROCHA 2020) - mas também ocupando todos

os espaços da vida cotidiana, e não retirando o espectador da sua rotina para acessar as imagens, mas introduzindo-as no próprio cotidiano -, como *gadgets* inteligentes (*smartwatch, smartphone, Google Lens* etc.) e *softwares* que expandem a experiência de viver (metaverso, realidade aumentada), o triunfo do imaginário se dá para a grande imersão saturadora de imagens na vida cotidiana.

Para Silva (2003, p. 20), as tecnologias do imaginário

(...) são dispositivos de intervenção, formatação, interferência e construção das “bacias semânticas” que determinarão a complexidade dos “trajetos antropológicos” de indivíduos ou grupos. Assim, as tecnologias do imaginário estabelecem “laço social” e impõem-se como o principal mecanismo de produção simbólica da “sociedade do espetáculo”.

Em outras palavras, as tecnologias do imaginário são a evocação da dinâmica entre símbolos, arquétipos, *schèmes* e mitos para a produção de visões de mundo e estilo de vida. Sem qualquer *imposição*, as tecnologias do imaginário “trabalham pela povoação do universo mental como um território de sensações fundamentais” (SILVA, 2003, p. 22). A sua presença constante faz a produção de situações potencialmente produtoras de imaginários parecer natural como o ar que se respira, a água que sai da torneira e o acender da lâmpada no apertar de um botão.

Na era digital, a descentralização da produção, publicação, distribuição e consumo de imagens potencializou o processo de acúmulo de sentidos, de excessos de significação, multiplicando as diferenças nas repetições e as repetições nas diferenças (SILVA, 2017), transfigurando o objeto já transfigurado por sentidos antes de qualquer solidificação na cosmologia de imagens sociais. Uma disputa de inundação de imagens que buscam a transposição para o real consolidado em todos os momentos da experiência cotidiana. Assim, dentre tantas fontes discursiva geradoras em potencial de imaginários disputando consolidação, o que faz alguns imaginários se consolidarem de maneira mais eficaz que outros? Para Silva (2017), essa passagem “ao real” seria uma questão de legitimidade.

As duas principais fontes discursivas de uma sociedade de informação e comunicação são justamente os campos da ciência e do jornalismo (SILVA, 2017). De acordo com De Castro (2015, p. 184), para a sociedade, a mídia tem o papel de porta da lógica sensível, uma “porta aberta para o universo real imaginário, algo indomável, do qual o homem tem por desafio se aproximar, começando por aceitar a infinitude do conhecimento e a necessária articulação dos saberes”. Os meios de comunicação

detêm tanto a técnica de produção de imagens empacotadas, cobertas e enfeitadas por imaginários quanto a legitimidade de entregá-las à sociedade.

A mídia no sentido amplo, mas especialmente o jornalismo, construiu em torno de si imaginários repleto de mitos. Os da imparcialidade e objetividade são os mais prosaicos. Mesmo em tempos em que jornais de todo o mundo são taxados como veiculadores de “*fakenews*”, são de suas páginas e programas que são lidas e referenciadas as informações consideradas um reflexo fiel, ou mais próximo que se pode chegar, da realidade. Uma questão de imaginário consolidado, uma transfiguração do real legitimada e legitimadora de novos discursos e imagens simbólicas.

Ainda assim, as agências de conteúdo, de publicidade, os veículos de jornalismo e qualquer empresa de comunicação funcionam em um movimento duplo em relação ao imaginário. Ao mesmo tempo em que cria acúmulos de sentido, só é capaz de fazê-lo a partir de imaginários pré-existentes. “O criador, mesmo na publicidade, só é criador na medida em que consegue sentir ou captar o que circula na sociedade. Ele precisa corresponder a uma atmosfera” (DE CASTRO, 2015, p. 187). Tanto os discursos quanto as imagens criadas têm as suas existências determinadas por imaginários.

Exercendo sua força em *como* um discurso é feito, ainda resta ao publicitário, jornalista, *influencer* ou comunicador o poder de escolha do *que* dizer. A mídia, ao mesmo tempo que é tecnologia do imaginário, funcionando como filtro e produtora de imaginários, é uma empresa inserida dentro do sistema capitalista, onde a divulgação e criação acontecimentos discursivos com alta geração e impregnação de imaginários nas camadas sociais possuem alto valor mercadológico como produto em si mesmo, mas que também escapam a ele, conferindo legitimidade e relevância para o próprio veículo e para os outros produtos-notícia. Os veículos de notícias e produtores de conteúdo, inseridos na lógica de produção e acúmulo de capital, acompanham um processo que Orellana (2015, p. 417) identifica como a passagem do processo de abstração do capital pelo capitalismo financeiro para o “aumento da participação da produção de bens simbólicos”, que o denomina como capitalismo cognitivo.

Segundo o autor, o sujeito social se tornou um produtor dentro de uma rede de produção simbólica. A imaginação não se constitui apenas como força, mas “como modelo a ser internalizado pelos demais campos sociais (mídia) (ORELLANA, 2015, p. 417) deste processo. Neste estágio de avanço tecnológico, a própria

produção simbólica se torna uma mercadoria, estendendo seu valor de informação-produto para o simbolismo desta informação, em que a imaginação constitutiva da ação poética (BACHELARD apud ORELLANA, 2015), antes suprimida no processo de produção de capital, agora é utilizada na “reorientação da inteligência humana direcionada para produção de bens simbólicos em escala industrial” (ORELLANA, 2015, p. 416). As produções de afeto, de identidade individual e tribal, e toda cosmologia de imagens se tornou a mercadoria final na produção de capital. Os processos cognitivos e imaginativos passaram a ser engrenagem desta produção.

A pós-modernidade, caracterizada pela multiplicidade de identidades, de formas de ser e estar, “forja tecnologias do afeto e domina sujeitos pela adesão, pelo consentimento, numa espécie de contrato, revogável a qualquer momento, de assimilação consentida de valores e práticas sociais efêmeras” (SILVA, 2013, p. 25). As tecnologias do imaginário auxiliam no processo de consolidação destes novos grupos solidificando suas identidades através das diferenças apresentadas por um mundo complexo ao mesmo tempo que os sobrepõem, aproximando grupos de diferentes lugares e trajetórias arrastar de dedos em telas, inundando de novos sentidos e imagens as bacias semânticas.

3.3 AMBIENTE DE LEGITIMAÇÃO DO GOLPE

Vimos que a produção, criação, ou gênese de um imaginário se dá atrelado à comoção afetiva, um desvio que se torna presente até se tornar constante a ponto de transfigurar o acontecimento original até o próprio resultado da transfiguração se tornar o acontecimento em si, o fato. Em Durand (2012), o primeiro escoamento de sentido que, caso conflua com outros rios, se divida, receba nome etc., acaba por se tornar parte significativa de uma bacia semântica, presumindo um grau de compartilhamento deste imaginário, ainda que inicialmente em um pequeno grupo de indivíduos. Silva (2019), no entanto, apresenta a possibilidade deste primeiro desvio associativo, deste primeiro filete de sentido, acontecer a nível individual. Ainda assim, os dois autores concordam que a consolidação e cristalização de um imaginário é sempre coletiva.

Maffesoli (2008, p. 76) demonstra que até “pode-se falar em “meu” ou “teu” imaginário, mas que quando se examina a situação de quem parte desta premissa, identifica-se que esse “seu” imaginário corresponde ao imaginário de um grupo no

qual o indivíduo se encontra inserido, reproduzindo valores, hábitos, indumentária etc. que correspondem a esse grupo. Portanto, qualquer discussão entre “meu” e “teu” imaginário acaba por ser uma discussão entre indivíduos representantes de grupos com cosmovisões mais ou menos distintas. Diferentes bacias semânticas que apresentam pontos divergentes, mas nunca de maneira total quando se presume alguma capacidade de comunicação entre as duas partes, ainda que de diferentes cosmologias de imagens simbólicas, códigos, visões, realidades; diferentes imaginários.

Os imaginários consolidados são correntes de sentido largas e profundas que levam e trazem imagens simbólicas que abastecem outros imaginários de comunidades inteiras. Como fenômeno natural, uma vez identificado, pode sofrer tentativas de alteração intencional, proposital. Da pequena valeta que leva água à uma comunidade isolada às grandes barragens que inundam terras ou mesmo de proporções continentais, como uma transposição do rio São Francisco, não sendo possível ter certeza absoluta de qual será a totalidade dos efeitos produzidos. Como vimos, é possível criar situações com alta probabilidade de criação de novos escoamentos, correntes e acúmulos de sentidos. As tecnologias do imaginário, na contemporaneidade submersa e saturada por imagens, identificadas principalmente nos veículos de comunicação, nas agências de publicidade, nos periódicos científicos e nas redes sociais as grandes empreiteiras ganhadoras da licitação pública legitimadora dessas obras de sentidos e significados.

Quando diversas empresas convergem em interesses, a força de trabalho empregado para a consolidação destes desvios de correntes significativa eleva as chances de sucesso a níveis excepcionais, geralmente criando marcadores históricos identificados em mudanças estruturais na dinâmica de sociedades, regiões, e até mesmo nações inteiras, deixando vestígios que se fazem presentes ao longo de décadas ou séculos adiante. Portanto, passíveis de serem analisados.

Algumas dessas grandes obras de intervenção no fluxo de sentidos que atravessam um local e uma época acontecem de maneira similar. No Brasil, a participação da imprensa nacional nos processos que culminaram nos golpes de 1964 e 2016 foram imprescindíveis para suas consolidações. As pesquisas apresentadas no capítulo anterior mostram o empenho da imprensa hegemônica brasileira em publicar um enquadramento específico dos governos Dilma e do próprio andamento do golpe no Poder Legislativo. A aliança entre os interesses empresariais e os meios

de comunicação na tentativa de criar uma narrativa legitimadora do golpe, mas que também pintassem um cenário político e social de necessidade e urgência na tomada de iniciativas antidemocráticas para salvar o país da “maior corrupção de todos os tempos”, “de um(a) chefe de Estado incapaz” e “do comunismo” não foi novidade na história brasileira, mas sim uma estratégia já usada eficaz.

O mesmo empenho por parte da imprensa nacional em publicar discursos e fomentar narrativas legitimadoras já havia aparecido antes na história do Brasil. A relevância e impacto do papel da imprensa nacional em 1964 é apresentada tanto por Lorangeira (2014) quanto por Silva (2017), que defende a adesão de “midiático” ao referenciar-se ao golpe civil-militar de 1964 no Brasil, dando o devido destaque à importância deste setor na consolidação do golpe. Corroborando com as reflexões de Haddad (2019) e Singer (2019) no capítulo anterior sobre a participação da imprensa na consumação do impedimento 2016, Silva (2017, p. 152) denuncia que “com os militares fora do jogo, os mesmos extratos sociais, com a legitimação da mesma mídia, decidiram articular o impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff”.

O que se apresenta é tentativa de criar de uma cosmologia de imagens simbólicas que legitimem uma ruptura institucional. Enquanto Kieling e Roperio (2022, p. 205), após analisar as ações da mídia hegemônica brasileira antes de durante o golpe midiático-civil-militar de 1964 denominam de “placenta do golpe” o “conjunto de atividades de deslegitimação da política e das instituições democráticas e a antecipação e naturalização da solução autoritária”, Miguel (2019, p. 124) afirma que

(...) os meios de comunicação produzem o ambiente público de discussão política na medida em que funcionam como um sistema, no qual os temas colocados para debate (a ‘agenda’), os atores dignos de atenção e os elementos que balizam a compreensão de cada problema (o ‘enquadramento’) são reforçados pela cobertura singular de cada veículo.

Os autores identificam ao longo das coberturas dos golpes realizadas por jornais tradicionais brasileiros uma intencionalidade nas narrativas produzidas ao longo das edições. Para Dias (2018, p. 33-34):

A despeito dos avanços sociais ocorridos entre os anos 2003 e 2014, é importante salientar que a imprensa trabalhou na construção de um discurso alarmista, a fim de convencer a população de que esse foi o ‘pior momento’ da história do Brasil. Essa postura negativista guarda semelhanças com o que a imprensa propalava em meados da década de 1960, quando esmerou-se na construção de uma contranarrativa aos programas do governo Jango: ‘pior crise do país’, ‘governo mais corrupto da história’, ‘iminência comunista’.

Em última instância, para além da concretização dos movimentos golpistas, a disputa se deu pela criação de uma narrativa que o consolidasse, não apenas como um mal necessário, mas como legítimo. Schwarcz (2019, p. 21) afirma que “a narrativa histórica produz sempre batalha pelo monopólio da verdade”, mas que ela se torna ainda mais fértil em períodos de mudanças de regimes ou governos. Tanto o golpe de 1964 quanto o de 2016 foram resultado da vitória de narrativas que apresentavam um contexto binário, conservador e reacionário.

Como a produção de sentidos excede a intenção daqueles que produzem situação com grande potencial de criação de imaginários, as imagens simbólicas transformadas em narrativas pela imprensa hegemônica brasileira - como o perigo do comunismo, a defesa da família tradicional, a corrupção a níveis sem precedentes, incapacidade de governo do presidente naquele momento etc. -, nos momentos de ruptura levaram a efeitos e consequências mais profundas que a interrupção de um determinado governo ou redirecionamento político do Estado.

A perspectiva binária entre “bem” e “mal” produz uma sugestão de sentido de contraposição total que, na análise de Schwarcz (2019, p. 213), gera uma “desconfiança diante de tudo que não faça parte da própria comunidade moral: a imprensa, os intelectuais, a universidade, a ciência, as organizações não governamentais, as minorias e os agentes públicos”, gerando um “desapego à realidade” que promove e sustenta a divisão entre “nós” e “eles”, apagando “emocionalmente falsas certezas”.

Desta maneira, se cria um movimento social com motivações e forças que vão além da mera defesa de um projeto político determinado ou mesmo a defesa de um golpe, mas, como se viu nas manifestações que antecederam o golpe de 2016, uma investida contra os próprios meios de comunicação ou qualquer instituição que promova uma visão de mundo diferente daquela fabricada.

Em relação às narrativas sobre o golpe de 1964, encontramos em Silva (2017) um exercício de (des)encobrimento da relação entre os jornalistas e a tentativa de ressignificar, ou melhor, cobrir com novos sentidos a relação da imprensa com o golpe militar (SILVA, 2017), enquanto as pesquisas realizadas por Lorangeira (2014) apresentam justamente a atuação desta mesma mídia associada a setores civis e militares na defesa, preparação e legitimação do golpe de 1964.

Segundo o autor (LARANJEIRA, 2014) essa articulação da camada civil aconteceu especialmente através do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD),

mantido “por no mínimo 70 empresas e associações comerciais e rurais” (p. 47), e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado ainda em 1962 para “dar consistência orgânica ao pensamento dos grupos econômicos desincompatibilizados com políticas popular e reformista e afinados à interlocução com o capitalismo multinacional” (p. 48).

Uma das principais funções do segundo, por exemplo, era angariar fundos para instituições como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) e União Cívica Feminina (UCF), responsáveis pela coordenação da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que ocorreu no dia 19 de março de 1964, um marco do movimento civil na desestabilização do governo Goulart. Dentro do orçamento do IPES ainda havia o Grupo de Publicações/Editorial que “se responsabilizaria pela formulação dos impressos e livros anticomunista, antipopulista e antitrabalhista” (2014, p. 79). Segundo o autor (2014, p. 79), “quatro frentes foram abertas para defenestrar João Goulart”: no campo parlamentar, associada à IBAD, havia a Ação Democrática Popular (ADEP); no militar, a Escola Superior de Guerra e as instituições educacionais subordinadas ao Estado-Maior do Exército; sendo o setor de publicações do IPES um dos principais publicadores de peças publicitárias com mensagens na defesa de valores morais e cristãos na defesa da família.

Assim, observamos a articulação de uma ampla rede de atores da camada civil e midiática dedicados não apenas à promoção de discursos de culpabilização e deslegitimação do governo de origem democrática, mas também um ataque ao próprio sistema democrático e suas instituições ao defender e apresentar como única solução viável a intervenção militar na defesa de valores morais contra o comunismo.

De maneira similar, há uma coligação da imprensa com outros setores da sociedade – sejam do Estado ou civis – de impor uma narrativa específica sobre os acontecimentos, como vimos no capítulo anterior na relação de mutualismo (FERES JÚNIOR; BARBABELA; BACHINI, 2018) em relação à operação Lava Jato. Para Miguel (2018, p. 172), ainda que a justificativa que embasou o golpe tenha sido apoiada em operações de crédito junto aos bancos estatais, a operação “foi instrumental para criar o clima de opinião que sustentou a derrubada do governo.” Outros personagens também participam da trama, como a classe empresarial (a mesma de 1964) representada pela Fiesp e seu pato inflável, ou nominalmente por empresários como Luciano Hang, proprietário das lojas Havan.

Por fim, quando Fonseca (2018, p. 59) aponta o caráter artificial da crise política que derrubou Dilma, o autor afirma que ela foi “criada com o fim específico de corroer de maneira vigorosa a governabilidade de seu governo, com a criação de um ambiente - político/ideológico/institucional e social – de caos político e econômico”, um ambiente de legitimação do golpe.

4 METODOLOGIA

A construção deste ambiente favorável a uma ruptura, de legitimação do golpe, não acontece somente a partir do conjunto de discursos e narrativas apresentados pela imprensa hegemônica de um País. As estratégias discursivas empregadas por um veículo jornalístico são ferramentas que utilizadas nas tentativas, que podem tanto se frustrar ou concretizar de forma total ou parcial, de tornar hegemônica a visão dos fatos e acontecimentos do comunicador na parcela social que as consome.

Como trouxemos acima, não há garantias de que vá funcionar (SILVA, 2003). Os discursos são externalizações, concretizações e materializações de imaginários em processo de consolidação. Uma expansão da corrente de sentidos que tenta alterar e transfigurar um rio que flui. Uma nova afluente em uma bacia semântica consolidada.

Vimos que, na leitura de Durand (1968), essa nascente precisa ser validada para tomar força e profundidade antes de ser capaz de moldar o campo à sua maneira. Ao empregar o exercício de análise de discursos midiáticos, já estamos observando a expressão de correntes de sentido mais ou menos consolidados – pelo menos o suficiente para serem captados, percebidos e apresentados pelo jornal. É a emergência das visões e valores de um grupo que se apropria de camadas de sentidos para tomar forma.

É apenas quando esses imaginários tomam força o suficiente para depositar as suas camadas de significação sobre os acontecimentos a ponto de se tornarem hegemônicos que é possível identificar as mudanças provocadas por eles. Uma placenta do golpe é formada quando os imaginários tornados hegemônicos produzem a legitimação de ações e movimentos antidemocráticos, favoráveis à execução de um golpe e à consumação de uma agenda desestabilizadora das instituições democráticas de um governo, país ou Estado.

Por ser composta por imaginários, este ambiente de legitimação responde a uma cosmologia de imagens simbólicas que interagem entre si formando os discursos e narrativas pelos quais se materializa em signos. Esses signos podem tanto ser imagens (técnicas ou não) quanto textos, que demandam um grau ainda superior de abstração, ou seja, uma maior sugestão dos sentidos e significados organizados em narrativa.

Esta pesquisa tem como objetivo principal identificar quais foram as imagens simbólicas sugeridas nos títulos publicados nas capas do jornal diário Folha de São Paulo ao longo da tramitação do processo de impedimento de Dilma Rousseff no Poder Legislativo brasileiro entre os dias 1 de dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados, deputado Eduardo Cunha, acatou a pedido de impedimento, até o dia 1 de setembro de 2016, dia seguinte à condenação de Dilma Rousseff pelo Senado nacional.

No total, foram 276 capas publicadas. Destas, 73 trazem na manchete o processo de impedimento ou a própria Dilma Rousseff como acontecimento ou personagem principal, enquanto 116 capas apresentam acontecimentos ou personagens – como Lula, Eduardo Cunha, crise política etc. – em destaque. Quanto às fotos impressas nas capas, 52 edições apresentaram Rousseff como personagem em destaque, enquanto 60 enquadraram situações tangenciais relacionadas ao processo de impedimento. Os textos auxiliares da capa tiveram como destaque o processo de impedimento ou Dilma Rousseff um total de 104 vezes, enquanto acontecimento associados a eles tiveram espaço na capa em 114 edições.

Para Bazerman (2005) os destaques dados às manchetes indicam que eles trazem as principais informações daquela edição, enquanto o Novo Manual da Folha de São Paulo (1996, p. 168) afirma que “a maioria dos leitores lê apenas o título da maior parte dos textos editados. Por isso, ele é de alta importância. Ou o título é tudo que o leitor vai ler sobre o assunto ou é o fator que vai motivá-lo ou não a enfrentar o texto”. A capacidade de um jornal impresso em criar novos sentidos sobre um acontecimento, gerar novas imagens e narrativas acaba por ser sintetizada na sua capa, mas especialmente na manchete. Travassos ainda expande essa potencialidade ao afirmar que

O jornalismo é uma espécie de produtor de imagens que visa provocar os sentimentos dos leitores que não se conhecem, mas que reagem da mesma forma. Os jornais, de uma maneira geral, não só falam do mundo como também participam efetivamente da produção da imagem que todos nós temos da realidade, do cotidiano, das personalidades. (TRAVASSOS, 2010, p. 29)

Mais do que uma porta de entrada para o mundo, a produção simbólica de sentidos na capa do jornal sugere associações por proximidade no tempo e espaço - seja pela relação da manchete com uma chamada na capa na mesma edição ou por manchetes sobre o mesmo assunto em edições diferentes.

Por isso, ao apontar que processo de impedimento e seus desdobramentos estiveram presentes em quase 80% (78,98%) das capas publicadas pelo diário paulista, não é o valor quantitativo que dá relevância ao assunto, mas sim a potencialidade de sugestão de sentidos e imagens simbólicas na forma de narrativa.

Como afirmamos acima, o objetivo desta investigação diz respeito ao caráter simbólico dos títulos publicados nas capas do diário. Quais as imagens simbólicas foram sugeridas, evocadas ou indicadas nas manchetes, nos destaques e nos títulos secundários que, ao longo do tempo, e por tanto ao longo de uma sobreposição de imagens e sentidos simbólicos, acabam por criar narrativas ou corroborar com narrativas já existentes. Para isso, utilizamos a Análise Discursiva de Imaginários (ADI) proposta por Silva (2019).

A ADI se apresenta como uma metodologia compreensiva e complexa que recorre ao pensamento hologramático de Morin, que, nas palavras de Silva (2019, p. 104), afirma que “o exame da parte deve ser capaz de indicar ou sugerir o desvelamento do todo”. Isso é, a árvore está para a floresta como a floresta está para a árvore. Ao analisarmos as capas do jornal Folha de São Paulo, estamos analisando o próprio diário, sua constituição, da mesma maneira que, ao analisarmos um veículo que é parte deste grupo maior que é a imprensa hegemônica brasileira, estamos identificando, apontando, analisando e destacando o seu comportamento, valores, práticas e discursos. Uma pesquisa que se proponha a fazer uma análise geral da imprensa brasileira, portanto, também estará realizando uma análise da Folha de São Paulo.

O processo metodológico da análise ocorre em três etapas: estranhamento, entranhamento e desentranhamento (SILVA, 2019). A primeira diz respeito à curiosidade do pesquisador e tem início com a busca e a leitura de tudo que é possível encontrar sobre o objeto. Esse passo, no entanto, vai além da procura do estado da arte existente sobre o assunto e suas implicações, ele exige uma leitura crítica, com desconfiança (VASCONCELLOS, 2021), é o momento de realização de uma pesquisa bibliográfica extensa no sentido amplo; além do relato dos acontecimentos brutos, a identificação das discussões que o cercaram, dos debates que os compuseram e das decisões tomadas a partir deles.

É a partir desse momento que podemos identificar o contexto em que o objeto estava inserido, permitindo, então, uma aproximação mais detalhada. É quando a pesquisa começa de fato, pois “o ponto de partida são os Tópicos Emergentes (TE),

essas pontas de icebergs que emergem do discurso como pistas dos imaginários encobertos” (SILVA, 2019, p. 100). Como mencionamos no final do segundo capítulo, os TE são partes do discurso que submergem das camadas de sentido; repetições de enquadramentos, estratégias discursivas, usos de linguagem etc. que podem expor à superfície da narrativa as sobreposições de imaginários que cobrem o acontecimento.

No entranhamento, segundo passo da ADI, é feito “um processo arqueológico de remoção de camadas que recobrem o objeto e o seu discurso. A pesquisa toma o objeto e o desmonta para ver de que partes ele é composto” (SILVA, 2019, p. 95). O entranhamento é um processo de desvelamento das camadas discursivas em busca da essência do objeto, que é imaginária. Por mais que seja possível que o analista não chegue à essência do objeto analisado, cada “raspagem” mostra como e com o que o objeto foi recoberto (SILVA, 2019). No caso de êxito, chega-se ao descoberto.

Ao seguir esse percurso, chegamos ao desentranhamento (terceiro passo). Aqui, as camadas discursivas que cobrem o imaginário, agora retiradas, costumam “se revelar como ideologia, subjetividade sufocada, emoções arquivadas, significados superfaturados” (SILVA, 2019, p. 105). Esse procedimento, enfim, revela o pano de fundo por trás dos discursos; suas brechas. Apenas quando separados, identificados e analisados é possível compreender os imaginários sobrepostos sobre o acontecimento; compreender suas deformações, os sentidos represados, as intencionalidades por trás de cada (de)formação do acontecimento transformado em narrativa.

Por mais que seja uma possibilidade oportunizada pela ADI, a análise que realizaremos não buscará a essência do discurso, mas sim narrativas formadas pelas imagens simbólicas que cobrem essa essência, identificando se elas sugerem ou não sentidos que legitimem o golpe de 2016.

Assim, o processo metodológico de análise partirá do levantamento pré-analítico já feito transcrevendo em um documento aparte todos os títulos publicados nas capas da FDSP que façam menção direta ou indireta à Dilma e ao processo que a destituiu e condenou ao longo de sua tramitação no Congresso Nacional.

Este levantamento detalhado e minucioso é o primeiro voo sobre a floresta, quando a leitura atenta já nos permitirá identificar as diferenças nas repetições e as repetições nas diferenças ao longo da(s) narrativa(s) – o primeiro passo na identificação dos TE. Uma vez transcritos das capas para um arquivo único, os títulos organizados em ordem cronológica formarão uma grande narrativa onde a sugestão

simbólica de cada título se apresentará em relação contextuais com os publicados antes e depois. Desta maneira poderemos identificar os sentidos e significações que atravessam a narrativa em várias edições, criando imagens simbólicas dos acontecimentos e personagens que, no fim, compõe essas narrativas.

Reconhecendo o caráter plural e heterogêneo dos acontecimentos sociais, não se pode esperar que a grande narrativa nas capas da FDSP tenha sido contada de maneira simples. Ao contrário, a voo sobre a floresta permite a observação e a relação de várias narrativas coexistindo e se retroalimentando, presentes de maneira concomitante e alternada ao longo das edições.

Assim, no próximo capítulo, analisaremos essas narrativas de maneira individual, indicando e compreendendo cada uma das imagens simbólicas sugeridas pelos títulos e sua participação na construção daquela narrativa além das significações sugeridas a partir da sobreposição e relação de uma narrativa com a outra.

Por fim, após a descrição de cada sugestão de imagem simbólica, as narrativas que elas compõem e as relações entre essas narrativas, poderemos das respostas às questões levantadas por esta pesquisa: quais foram as imagens simbólicas sugeridas sobre Dilma Rousseff e o processo que a destituiu no Congresso Nacional? Houve um processo de legitimação do golpe a partir das narrativas criadas por essas imagens?

5 ANÁLISE

Após aplicar o processo metodológico proposto pela ADI, encontramos oito narrativas que apresentam uma construção e sugestão de imaginário sobre a presidente Dilma Rousseff e o golpe sofrido por ela do último mês de 2015 ao mês de setembro de 2016. Essas oito narrativas foram compostas por imagens simbólicas evocadas pelos títulos publicados nas capas da FDSP ao longo o processo que levou à sua deposição, entre os dias 1 de dezembro de 2015 e 1 de setembro de 2016.

Como parte do imaginário sobre esses acontecimentos ocorridos entre essas datas, a análise abaixo não é representante do *todo*, mas sim de parte dele. Especialmente quanto as contribuições da imprensa hegemônica brasileira, que tendem a se comportar de maneira quase homogenia em momentos de crise. Ainda assim, está análise apresenta um panorama detalhado das imagens simbólicas sugeridas pelos títulos das capas e das narrativas que, em comunhão de sentidos ao longo do tempo, formaram.

As oito narrativas são: A política como um jogo sujo; A crise econômica; A Crise social; Dilma; Ampliação da narrativa sobre Dilma; A legitimidade do golpe; A classe política e a justiça; e Temer nem tão consolidado assim. Cada uma delas apresenta um grupo de imagens simbólicas que, por mais que tenham vieses de sentidos diferentes, corroboram com a mesma construção de narrativa. Há também títulos que apresentam sugestões de imagens simbólicas de mais de uma narrativa, que são apresentados e analisados no fim de cada subcapítulo.

O/a leitor/a notará uma quantidade decrescente dos títulos que apresentam duas ou mais narrativas ao longo dos subcapítulos. Isso se dá porque, enquanto no primeiro subcapítulo analisaremos todos os títulos que apresentam uma sobreposição de narrativas em que ele aparece, quando fizermos o mesmo no subcapítulo seguinte, os títulos que sobrepõe sua narrativa com a do anterior já terão sido analisados. Não as repetimos para não gerar um excesso de páginas desnecessário.

5.1 A POLÍTICA COMO UM JOGO SUJO

As relações entres os Poderes de um Estado são naturalmente relações de disputas pela hegemonia, controle e, enfim, poder. O caso brasileiro não escapa à regra nesse sentido. Como visto no segundo capítulo, a cobertura realizada pelo diário paulista FDSP da política nacional noticia ditas disputas em caráter de

espetacularização, como mostraram as pesquisas de Campos e Cardoso (2017) e Pozobom e Prates (2017). Durante a tramitação do processo de afastamento da presidente no Legislativo brasileiro, a narrativa espetacular das disputas políticas promoveu, principalmente, a imagem da política brasileira como um jogo sujo de traições, rasteiras, negociações paralelas e acordos feitos por trás dos panos. A manchete da edição publicada no primeiro dia de dezembro de 2015, data que dá início dos objetos desta análise, carrega o simbolismo dessa imagem: “Cunha ameaça PT, que repensa apoio à cassação / Deputado fala em deflagrar processo de impeachment de Dilma” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.).

Esta manchete também apresenta uma construção de sentido específico dentro do jogo político: uma queda de braço do Poder Legislativo contra o Partido dos Trabalhadores (PT), mais do que o próprio Poder Executivo. Como vimos acima, o então deputado federal e presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, nas palavras da FDSP, não estava atacando a presidente ou o governo, mas sim o PT. Das 79 edições que trazem na capa títulos sugerindo a imagem da política como um jogo sujo, 23 delas apresentam a dualidade do jogo sendo protagonizada pelo Legislativo e pelo PT, sendo que quase a totalidade destas edições foram publicadas até o dia 17/04/16, quando foi publicada a admissão pela Câmara dos Deputados o relatório da Comissão Especial da Casa que apontava crime de responsabilidade cometido por Dilma Rousseff – no total de 22 das 41 publicações anteriores à data.

Além da manchete publicada no dia 1 de dezembro, os títulos que sugerem essa disputa são:

- 03/12/15 “Cunha retalia PT e acata pedido de impeachment contra Dilma / Presidente se disse indignada e ataca peemedebista: ‘não paira contra mim suspeita de desvio’” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 04/12/15 “‘Espero que o país saia pacificado’, diz Temer / Planalto quer apressar votação de impeachment no Congresso”; “Lula afirma que Cunha agiu com ‘loucura’ e ‘insanidade’” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 05/12/15 “Impeachment é a lógica do ‘quanto pior, melhor’, diz Dilma” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 06/12/15 “STF deve decidir cronograma do impeachment / Planalto e oposição travarão disputa para definir se Congresso entra ou não em recesso este mês”

- (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 08/12/15 “Em carta, Temer acusa Dilma de mentir e sabotar o PMDB / Em tom de desabafo, vice aponta ‘menosprezo’ do Planalto em relação a ele” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
 - 11/12/15 “Ex-relator do caso Cunha fala em oferta de propina / Planalto era a favor da continuidade do processo cassação” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
 - 12/12/15 “Rito de impeachment opções Renan a Cunha / Para senador, afastamento de Dilma não cabe só à Câmara” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
 - 18/12/15 “Planalto reage contra Temer, Picciani volta a liderar o PMDB” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
 - 05/01/16 “Crítica de ministro acentua mal-estar entre PT e Planalto” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
 - 08/01/16 “Governo usa ‘Plano Temer’ para entrar em paz com PMDB” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
 - 17/01/16 “Cunha diz que Procuradoria age com Dilma para acusá-lo” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
 - 18/02/16 “Dilma derrota Cunha em eleição de líder do PMDB” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
 - 13/03/16 “Violência em protestos seria desserviço ao país, diz Dilma / PMDB veta que filiados assumam cargos federais enquanto decide se deixa governo” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
 - 15/03/16 “Juiz envia ação para Moro e Lula deve virar ministro / Petista pode virar articulador do governo e ganhar foro privilegiado”; “Cunha faz acordo para acelerar na Câmara trâmite de impeachment” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
 - 16/03/16 “Dilma usou Mercadante para tentar sabotar a Lava Jato, acusa Delcídio / Procuradoria avalia se investigará a presidente e o ministro; ambos negam as acusações do ex-líder do governo no Senado” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
 - 25/03/16 “Dilma retalia Temer e ala do PMDB dá sinal de debandada / Presidente exonera aliado de vice; peemedebistas do Rio indicam saída” (Folha

- de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 29/03/16 “Se Dilma cair, Temer será o próximo, diz senador do PT” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
 - 30/03/16 “PMDB sai do governo, que lança ofensiva anti-Temer / Para líderes do PT, vice articula golpe e não possui ‘legitimidade do voto’” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
 - 17/04/16 “Com maioria contra Dilma, Câmara vota hoje impeachment / *À beira da decisão, os dois lados afirmam ter apoio para vencer *Manifestantes realizam atos pró e contra a deposição *Temer rebate presidente sobre cortes sociais: ‘é mentira rasteira’” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.) e, o único título que corresponde a esta imagem simbólica publicado após a aprovação na Câmara dos Deputados,
 - 29/05/16 “Temer terá de se ajoelhar para Cunha”, afirma Dilma / Em entrevista à Folha, presidente afastada afirma que o deputado ‘não só manda, ele é o governo’” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);

Apesar de estar presente em mais de um quarto das edições que apresentam a política como um jogo sujo, a disputa “PT vs. Legislativo” não é o destaque nesta imagem simbólica dos acontecimentos presente na cobertura da FDSP, mas sim a noção de que todos os movimentos políticos fazem parte de uma politicagem em que um quer sair por cima do outro ou, pelo menos, se safar da justiça de uma maneira ou outra. É a imagem que ilustra a dita popular de que os políticos são “tudo farinha do mesmo saco”.

Esse recorte, no entanto, não se limita a personagens, setores, ou Poderes do Estado específicos como a anterior; a sua potência está justamente em apresentar todos os personagens do alto escalão da política nacional como atores com segundos interesses obscuros que agem em prol de suas próprias agendas.

A noção deste ponto de vista chega até mesmo a passar do caráter sugestivo/simbólico para o literal, como no dia 14 de agosto de 2016, duas semanas antes da conclusão do rito legislativo que consumiria o golpe, quando a FDSP publica a manchete “Para chefe do BC, interesses particulares travam ajuste / À Folha Ilan Goldfajn diz que taxa de juros só cairá se inflação ceder” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.). A manchete é impressa no contexto de que o governo até então interino tentava manter unida a base parlamentar que havia aprovado o

prosseguimento do afastamento de Dilma Rousseff, desistindo das promessas de extinguir ministérios para poder trocá-los por apoio no Congresso, além de ter perdido três ministros por investigações de corrupção com mais ou menos um mês de governo. Assim, a publicação deixa claro como acontece o fazer político no Brasil – o benefício individual impedindo a promoção de uma medida que teria, no seu fim, o benefício coletivo. Há ainda, na legenda que segue à manchete, parte de uma outra narrativa também presente na cobertura realizada pela FDSP: a de que se está vivendo o pior momento econômico do país. Analisaremos mais a diante este viés. O que se pode apontar é que é possível identificar uma terceira imagem a partir da conjunção destas duas – a de que a crise, na legenda representada pela menção da inflação, é resultado direto ou indireto dos interesses particulares que travam os ajustes necessários para fazer a economia melhorar.

A politicagem, a sobreposição dos interesses particulares sobre o público são apresentadas como aspectos inerentes ao sistema político brasileiro. A construção desta imagem sobre os representantes brasileiros foi sugerida em forma de narrativa durante todo o processo do golpe. Ainda em dezembro de 2015 observamos a publicação do dia 09, que diz: ““STF suspende comissão com tendência pró-impeachment / Fachin determina que a Câmara só prossiga após tribuna analisar o caso, no dia 16” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.) apresentando uma interferência dos ministros do Supremo Tribunal Federal ao não dar prosseguimento a uma comissão que favorável ao afastamento de Dilma. Na capa do dia seguinte, 10 de dezembro de 2015, é publicada a manchete “Cunha manobra, tira relator e atrasa processo de cassação / Líder do conselho de ética diz que ‘vai até o Papa’ para afastar o presidente da câmara” Cunha manobra, tira relator e atrasa processo de cassação. (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.) quando aparece pela primeira vez o verbo “manobrar”, de conotação negativa”, indicando uma movimentação “esperta” ou “malandra” para conseguir o que se quer. Há ainda a citação do líder do conselho de ética que, ao dizer que iria até o Papa para afastar o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, deixa explícito que fazer o que for preciso para alcançar seus objetivos é algo que, naquele contexto, o da política nacional, é algo que se faz. Há ainda um sentido irônico, quase sarcástico, em citar justamente essa frase e optar por publicar o cargo - líder do conselho de ética - e não o nome do parlamentar na capa, corroborando mais uma vez com a imagem dos políticos como falsos e sem integridade.

O verbo ‘manobrar’ no sentido dado acima volta a aparecer nas capas ao longo da cobertura, sempre associado à Cunha e seus aliados. No dia 03 de fevereiro de 2016 é publicado “Aliado de Cunha manobra, e ação contra deputado regride de novo” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.); no dia 28 de março, “Cunha volta manobrar para tentar impedir a sua cassação” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.); no 1º de junho, “Aliado volta a manobrar para tentar salvar Cunha / Interino da Câmara acionou CCJ, que pode mudar regra e impedir cassação” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.); e, no dia 07 de julho, “Cunha renuncia à presidência da Câmara; 5 são cotados à sucessão / Visto como manobra para evitar cassação do mandato, gesto contrariou seguidas negativas do deputado” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.). Este não é, no entanto, o único termo de conotação pejorativa a ser utilizado para caracterizar os acontecimentos políticos. Seguindo a lógica de disputas entre os Poderes, no dia 13 de dezembro foi publicado o título “STF pode impor medidas contra as bestialidades que vigoram na Câmara” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.), não apenas sugerindo, mas confirmando a noção de que a prática política observada no Brasil é de caráter animalesco, irracional, e até mesmo absurdo. A contraposição oferece ainda outra leitura: a de que a resposta à dita “bestialidade” seria a Justiça, mais do que o Poder Judiciário em si, como aprofundaremos em próximo subcapítulo, que corresponde a outra narrativa simbólica presente na cobertura.

Em ordem cronológica, os demais títulos que apresentam a construção da imagem da política como um jogo sujo publicadas pela FDSP:

- 26/12/15 “Cunha quer vice no comando caso seja afastado” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 30/12/15 “Procuradoria da República blinda Renan, insinua Cunha” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 01/02/16 “Congresso volta ao trabalho nesta terça-feira sob clima de tensão” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 02/02/16 “Câmara volta do recesso com foco no impeachment” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 03/02/16 “Aliado de Cunha manobra, e ação contra deputado regride de novo” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 17/02/16 “Cunha retalia e é agressivo, afirma Janot no Supremo” (Folha de São

- Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 10/03/16 “Procurador é vetado pelo STF para assumir ministério da Justiça” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
 - 11/03/16 “Ex-diretor preso foi indicado por Temer, afirma Delcídio” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
 - 15/03/16 “Subprocurador da República é escolhido para pasta de Justiça” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
 - 16/03/16 “‘Ele é o amigo da onça’, diz delator sobre o ministro” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
 - 23/03/16 “Renan manterá dubiedade sobre o impeachment” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
 - 24/03/16 “Itamaraty pune diplomata que enviou alertas sobre ‘golpe’” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
 - 28/03/16 “Câmara votará impeachment com fragmentação partidária recorde / Casa dividida entre 25 partidos dificulta formação de maiorias e compromete governabilidade” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
 - 05/04/16 “Pedido de impeachment é ‘golpe’ e ‘nulo’, diz Cardoso / Na Câmara, advogado-geral da União nega que Dilma teria cometido crime grave” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 06/04/16 “Ministro Marco Aurélio decide começar impeachment de Temer” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 20/04/16 “Câmara restringe apuração de deputados contra Cunha / Vice-presidente da Casa vê erros no processo; conselho de ética fala em intervenção” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.); “Senado inicia rito de impeachment; comissão vai ser eleita na segunda” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 24/04/16 “Meirelles impõe condições para assumir a Fazenda” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 26/04/16 “Senador tucano deve ser o relator do impeachment” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 27/04/16 “Vice quer adotar ‘cortes radicais’ e prefere Meirelles à frente da Fazenda” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 05/05/16 “STF decide e afasta Eduardo Cunha do comando da Câmara / Rede

defende que o presidente da Casa, por ser réu na corte, não pode estar na linha sucessória da presidência da República” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);

- 06/05/16 “Teori antecipou voto porque se viu ‘atropelado” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.); “Partidos já fazem articulação por eleição na Casa” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 07/05/16 “Meirelles quer desvincular e limitar o gasto público” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 10/05/16 “Após desgastes, Temer recua e decide em cortar 10 ministérios” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 14/05/16 “Meirelles admite recriar CPMF e quer idade mínima para o INSS / Reforma afetaria trabalhadores na ativa; aliado de Temer, Paulinho da Força diz que ideia é ‘estapafúrdia” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.); “Chefe da PF será mantido, diz novo ministro da Justiça” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 15/05/16 “Meirelles assume papel de fiador do governo” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 17/05/16 “Nova equipe quer propor a legalização de bingos” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 20/05/16 “Cunha nega contas fora e diz que voltará à Câmara na 2ª” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 21/05/16 “Para evitar afronta ao supremo, Cunha desiste de volta à gabinete da Câmara” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 04/06/16 “Para novo ministro, partidos são ‘um balcão de negócios” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
- 08/06/16 “Risco de revés faz comissão adiar votação sobre Cunha” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
- 21/06/16 “Estados aceitam propostas e só pagarão dívidas em 2017” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
- 03/07/16 “Comissão deve barrar tentativa de Cunha de evitar cassação” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 06/07/16 “General que defende golpe de 64 é indicado à Funai / General da reserva aceitou pedido do PSC e aguarda confirmação do Planalto” (Folha de

- São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 07/07/16 “Relator da CCJ quer invalidar votação contrária à Cunha” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 11/07/16 “Câmara marca eleição nesta quarta e complica Cunha” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 13/07/16 “Nome do PMDB acirra disputa pela Câmara / Marcelo Castro tem Rogério Rosso, favorito de Cunha e Temer, como maior rival” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.); “Hoje, sou eu; vocês, amanhã’, afirma Cunha” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 14/07/16 “Rodrigo Maia bate aliado de Cunha e chefiará a Câmara / Com vitória sobre Rogério Rosso (PSD-DF), o deputado do DEM-RJ vai presidir a casa por 6 meses” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 15/07/16 “Cunha perde mais uma e afirma que recorrerá ao STF” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 09/08/16 “Supremo deve votar hoje ação que pode barrar Russomano” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
 - 11/08/16 “Rodrigo Maia marca votação para pedido de cassação de Cunha” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.); “Ministra do TSE mandar investigar campanha de Aécio” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
 - 12/08/16 “Aliados de Cunha preveem votação só em novembro” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
 - 31/08/16 “Prefeitos temem efeito do processo de impeachment” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);

Ainda há uma outra construção de sentido que é atravessada por esta noção da política como jogo sujo: as imagens formadas por sentidos sobrepostos. Como vimos acima, alguns títulos apresentam mais de uma sugestão de imagem ao mesmo tempo. No caso da manchete publicada no dia 14 de agosto de 2016 sobre o chefe do BC, a sobreposição dos sentidos de que o *modus operandi* da política brasileira é a politicagem e de que estamos vivendo a pior crise econômica de todos os tempos acabou por criar a sugestão de uma terceira imagem, como vimos, de que o segundo é consequência do primeiro. No dia 1º de fevereiro outra manchete apresenta uma imagem neste mesmo sentido: “Ministro afirma que vai reavaliar programas sociais /

Vladimir Simão, do Planejamento, diz que governo pretende descontinuar programas que não fazem sentido e valorizar os eficazes” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.). Se naquela manchete a economia é apresentada como refém da politicagem, nesta o então ministro do Planejamento afirma que irá em frente e reavaliará os programas em prol da economia – o sentido sugerido, portanto, é a de que o controle fiscal e a economia prevalecem, em uma hierarquia, sobre o mantimentos dos programas sociais. No dia 14 daquele mesmo mês, outro título volta a associar a politicagem com a economia; na capa da FDSP foi publicado “Congresso retorna com projetos que custam R\$ 500 mi” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.). Em tom negativo, a imagem que se tem sobre o retorno dos trabalhos no Congresso Nacional é de pesar – a prática política inerente à Casa é onerosa para o país, mas ainda mais para a economia.

A crise que assola o país não é apenas de caráter econômico. Com a polarização política, manifestações presentes em todo o país desde 2013 e aumento da desigualdade, há uma também uma crise social que se faz constantemente presente nas ruas. E, naturalmente, nas capas do jornal.

No dia 04 de dezembro de 2015, um dia depois de Cunha acatar o pedido de afastamento de Dilma, a FDSP destaca na manchete a frase do vice: “‘Espero que o país saia pacificado’, diz Temer / Planalto quer apressar votação de impeachment no Congresso” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.). A legenda se apresenta como a portadora da solução - para um país pacificado, *impeachment*. Cinco meses depois, o desejo de Temer não apenas não se concretiza como o próprio começa a ser visto com desconfiança. Com Dilma já afastada pela Câmara dos Deputados, a manchete publicada no dia 15 de maio de 2015 diz que “Otimismo com Temer tem prazo, afirma empresariado / Para setor privado, Meirelles deve encaminhar ajuste fiscal e reformas em 3 meses” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.). A capacidade de Temer em formar um governo capaz de domar as politicagens é posta em jogo pela classe patronal. A crise social está ali e, como sugere a manchete, talvez seja mais profunda do que o próprio presidente interino supunha.

A quadro de instabilidade social também é apresentado na edição anterior à votação no Congresso. No dia 17 de abril de 2016, a FDSP publicou a manchete “Com maioria contra Dilma, Câmara vota hoje impeachment / *À beira da decisão, os dois lados afirmam ter apoio para vencer *Manifestantes realizam atos pró e contra a

deposição *Temer rebate presidente sobre cortes sociais: ‘é mentira rasteira’” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.). A menção às manifestações seguindo a afirmação de que “os dois lados” dizem ter apoio para vencer reforça a imagem de polarização e embate tanto na esfera social quanto na política. Além disso, o fato de os dois lados afirmarem a mesma coisa amplifica a sensação de segurança, organização e sobriedade no processo. Ainda assim, ao destacar que há uma maioria no Congresso contra Dilma e, no fim, trazer a citação de Temer chamando Dilma de mentirosa, podemos identificar a sugestão de outra imagem simbólica presente na cobertura do jornal do processo deposição de Rousseff: a presidente como pessoa fraca, isolada politicamente e simplesmente incapaz. Em próximo subcapítulo aprofundaremos mais sobre esse viés.

O sentido criado a partir da conjunção destas três imagens é a de um quadro geral caótico em que a presidente não só está duplamente errada – por mais que o seu lado também afirme que tem maioria, a FDSP confirma que a maioria é contra -, e ao ser apontada por Temer como alguém que denuncia inverdades, mas que também não tem chances de vitória.

A imagem simbólica que apresenta Dilma como fraca é outra que está presente desde o começo de nossa análise, mas que perde força após a aprovação do parecer a favor do seu afastamento pelo Congresso Nacional. Em ordem cronológica, as manchetes que trazem uma composição entre a imagem da política como um jogo sujo e de Dilma como uma pessoa fraca identificadas nesta pesquisa são as seguintes:

- 07/12/15 “Dilma nunca confiou em mim’, diz Temer” / No sábado, presidente disse esperar ‘total confiança’ do vice” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 13/03/16 “Violência em protestos seria desserviço ao país, diz Dilma / PMDB veta que filiados assumam cargos federais enquanto decide se deixa governo” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 16/03/16 “Dilma usou Mercadante para tentar sabotar a Lava Jato, acusa Delcídio / Procuradoria avalia se investigará a presidente e o ministro; ambos negam as acusações do ex-líder do governo no Senado” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 29/05/16 “Temer terá de se ajoelhar para Cunha”, afirma Dilma / Em entrevista

à Folha, presidente afastada afirma que o deputado ‘não só manda, ele é o governo’” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);

Fica claro ao analisar que, ao dar destaque aos fatos que retratam Dilma como uma pessoa incapaz de exercer o cargo de presidente, existe uma narrativa de legitimação do golpe nas imagens simbólicas sugeridas nos títulos. Ao ser representada como ingênua, quando afirma esperar confiança de Temer enquanto esse afirma que ela nunca confiou nele, como mostra a manchete publicada no dia 07 de dezembro de 2015; o como uma política distante das ruas, como mostra a manchete publicada em 13 de março de 2016; ou ainda com intenções de obstrução à justiça, como mostra a manchete de 16 de março de 2016, o sentido afirmativo que se concretiza em imagem simbólica é a de que ela deve sair, ou ser retirada, do cargo.

Enquanto a imagem de Dilma como alguém inapta indica uma legitimação do golpe através da negativa (se ela é incapaz de governar, ela precisa deixar de ser governo), outras manchetes sugerem um caráter legítimo do golpe por meio de um conjunto de imagens simbólicas afirmativas, seja por apresentar o rito no Congresso de forma legítima, legal e correta; ou por apontar fragilidade do governo; ou até mesmo apresentar o governo interino de Michel Temer como capaz, ativo e legítimo.

Três dias após a publicação de que Cunha havia acatado ao pedido de afastamento de Dilma Rousseff, a FDSP destaca na capa do dia 06 de dezembro de 2015 a manchete “STF deve decidir cronograma do impeachment / Planalto e oposição travarão disputa para definir se Congresso entra ou não em recesso este mês” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.). Ao apresentar a organização e planejamento do rito no Poder Legislativo pelo STF, o processo golpista toma um caráter legítimo. Além disso, ao contrapor a manchete à legenda, que corresponde à imagem de que a política é um jogo sujo de interesses privados, soma-se o sentido da ordem, do justo e correto, legitimando duplamente o acontecimento.

Dois dias depois, no dia 08 de dezembro de 2015, a manchete “Em carta, Temer acusa Dilma de mentir e sabotar o PMDB / Em tom de desabafo, vice aponta ‘menosprezo’ do Planalto em relação a ele” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.) apresenta o viés de ruptura dentro do governo, outra vez associado à incapacidade de Dilma e as disputas obscuras dentro da política.

Em abril de 2016, no dia 30, a imagem de Temer como governante aparece na manchete “Sob pressão, Temer reduz meta de cortar ministérios / Vice tenta acolher

aliados após acordos por impeachment e futura base” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.), contrapondo o caráter ativo do presidente interino às disputas do Poder Legislativo, buscando acordos e base política. Ao longo do processo no Congresso, esta é a imagem que prevalece. Abaixo, as outras manchetes que apresentam a sobreposição da imagem do golpe como um processo legítimo e a política como jogo sujo:

- 18/05/2016 “Aliado de Cunha será líder no governo Temer / André Moura (PSC-SE) integra grupo que tenta barrar a cassação do peemedebista” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 03/06/16 “Em pauta-bomba, Câmara cria 14 mil cargos federais / Governo Temer aprova reajuste a servidores que custará R\$ 53 bi até 2018” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
- 19/06/16 “Ajuda federal ao RJ complica acordos com outros estados / Calamidade faz Temer pôr em dúvida negociação de dívidas; auxílio é 1/3 de isenções fiscais neste ano” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
- 22/06/16 “Controle estrangeiro de empresas aéreas avança na Câmara / Apoiada pelo Planalto, medida permita que 100% do capital seja externo; texto agora segue para o Senado” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);

Na cobertura realizada pela FDSP ao longo da tramitação no Congresso do processo que afastou Rousseff da presidência ainda há mais três construções de narrativas a partir das imagens simbólicas sugeridas pelos títulos publicados nas capas que aparecem associados às imagens da política como um jogo sujo. A primeira delas destaca a relação dos políticos com a justiça. Mais do que a relação deles com o Poder Judiciário, essa narrativa é composta por imagens de denúncia de investigações federais por corrupção, lavagem, caixa dois etc. Que corroboram, à sua maneira, com a construção da imagem analisada neste subcapítulo. Um exemplo é o título publicado no dia 17 de dezembro de 2016, “Janot pede saída de Cunha; deputado é acusado de receber 52 milhões / Procuradoria alega no STF obstrução na Justiça; para presidente da Câmara, ação visa desviar foco do impeachment” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.). Ao serem sobrepostas, o sentido criado é o de que a própria justiça, através das investigações e denúncias, acaba sendo utilizada como ferramenta do jogo sujo e das disputas de interesses. As duas

manchetes que trazem esta mesma sobreposição de imagens foram publicadas nos dias 03 de maio de 2016 e 06 de maio de 2016, e trazem “Janot pede inquerido contra Aécio e já prepara ação contra Dilma / Procurador deve ainda incluir Lula em apuração com base na delação de senador; todos negam as acusações”; (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.) e “Em decisão inédita e unânime, STF afasta Eduardo Cunha da Câmara / *Deputado do PMDB usou cargo para obstruir investigações, diz corte *Medida busca retirá-lo da linha de substituição da presidência *Cunha nega decisões e recorrerá” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.), respectivamente.

Em duas manchetes a sugestão da política como jogo sujo é acompanhada por trechos que correspondem à narrativa criada por imagens que deslocam a centralidade dos acontecimentos de Dilma Rousseff para o Partido dos Trabalhadores ou mesmo para o próprio ex-presidente Lula. Ambas publicadas em março de 2016, a primeira, do dia 15, traz “Juiz envia ação para Moro e Lula deve virar ministro / Petista pode virar articulador do governo e ganhar foro privilegiado” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.), enquanto a segunda, do dia 30, destaca “PMDB sai do governo, que lança ofensiva anti-Temer / Para líderes do PT, vice articula golpe e não possui ‘legitimidade do voto’” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.). Como veremos mais a diante, o deslocamento da narrativa de Dilma para o partido ou para Lula não faz com que a imagem simbólica sugerida deixe de ser sobre ela. Pelo contrário, o PT e Lula são apresentados ao longo da narrativa como uma extensão política da presidente, personagens associados de tal maneira que não podem ser separados, para o bem ou para o mal. A sobreposição deste sentido ao da política como jogo sujo indica a promoção da imagem de Dilma, no seu sentido mais amplo, ligada com as disputas de interesses e articulações obscuras.

Por fim, a última sobreposição associada à analisada neste subcapítulo corresponde à imagem do presidente interino e seu governo falhando em entregar as respostas à crise ou mesmo uma capacidade de governabilidade necessária para avançar medidas importantes. No dia 19 de agosto de 2016, a FDSP publica a manchete “Temer cede ao PSDB espaço em decisões econômicas / Criticado por concessões no ajuste fiscal, presidente volta a pregar corte de gastos” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.). Aparecendo após a consolidação do golpe ser dada como certa, o próprio governo que ainda patinava é representado como um mais do mesmo no cenário nacional – incapaz e débil.

5.2 A CRISE ECONÔMICA

Neste subcapítulo analisaremos uma das imagens simbólicas mais constantes nos títulos publicados nas capas da FDSP ao longo do seguimento do processo de afastamento de Dilma Rousseff no Congresso Nacional: a da crise econômica. Resguardando as manchetes que apresentam alguma outra sugestão de imagem simbólica além da que retrata a crise econômica para o fim deste subcapítulo, começaremos esta etapa da análise os quatro vieses utilizados para construir esta narrativa.

O primeiro sugere, antes de tudo, um ponto de vista sobre os acontecimentos noticiados – o ponto de vista do mercado financeiro. Publicado no dia 22 de dezembro de 2015, quando foi noticiado o incêndio no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, a FDSP traz à capa o título “Barbosa assume em meio a reação negativa dos mercados” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.). A sugestão trazida pelo título é a de que o caráter noticioso do fato não é a escolha ou a tomada de posse de Nelson Barbosa como novo ministro da Fazenda, mas sim a reação do mercado financeiro sobre isso. Além disso, a reação negativa do mercado ainda sugere que, segundo esse ponto de vista que não responde a nomes, entidades ou instituições específicas, mas que possui posição privilegiada e de respeito, a escolha de Barbosa como ministro é uma decisão errada, ruim; promovendo a imagem de um mal governo.

Presente ao longo da cobertura, apenas uma outra vez este viés aparece sozinho em um título publicado no dia 1º de junho de 2016: “Polícia indica presidente do Bradesco; ações do banco caem” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.). Nos demais títulos em que é sugerido, o viés de mercado aparece complementando outros vieses ou até mesmo outras narrativas simbólicas, como é no caso da manchete publicada no dia 05 de março de 2016: “Lava Jato atinge Lula e o obriga a depor; ex-presidente vê perseguição / *Justiça quebra sigilo de petista *Dilma se diz inconformada *Condução coercitiva divide especialistas *Manifestantes entram em confronto *Bolsa sobe e dólar cai” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.). Nesta compilação de imagens simbólicas sobrepostas em forma de manchete e legenda, a sugestão de agravamento da crise econômica aparece na menção de que o mercado financeiro reagiu de forma negativa ao fato de que a Operação Lava Jato tenha chegado ao ex-presidente Lula. Enquanto o destaque da manchete traz o enfoque da relação de Lula, a extensão política mais forte de Dilma,

e a Lava Jato, a legenda apresenta a presidente como inconformada em relação ao fato – em contraposição à parte que fala sobre Lula, que denuncia a ação da Lava Jato como uma perseguição, Dilma é apresentada de forma passiva, quase imatura, incapaz de agir sobre, apenas sentir. A legenda ainda sugere um cenário de crise social ao apresentar a divisão entre especialistas e população.

Em abril, cerca de uma semana antes da aprovação na Câmara dos Deputados, a FDSP publica os seguintes títulos: o primeiro, no dia 06 de abril de 2016, dizia “Mercado reavalia chance do Congresso afastar presidente” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.), enquanto o segundo trazia no dia 09 do mesmo mês “Índice da Bolsa sobe com aposta no impeachment” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.). Nos dois casos o sujeito das frases é o mercado financeiro – este é o ator principal, o ponto de vista e o agente ativo da narrativa. É ele quem, no primeiro momento, especula sobre as possibilidades de rumos do golpe e que, em um segundo momento, anuncia sua aposta a favor do seguimento do processo. Os dois títulos ainda sugerem a imagem de legalidade no processo – legitimando duas vezes o processo. Primeiro como um caminho benéfico e, segundo, como legal, dentro das normas, leis e ritos institucionais.

Além da associação com outras narrativas de imagens simbólicas, o viés de mercado também aparece sobreposto a outros dois vieses que compõe a narrativa de crise econômica: o que apresenta um agravamento da crise em comparação ao passado, e a que apresenta um quadro da crise naquele momento presente. Essa sobreposição de sentidos é observada na manchete publicada no dia 22 de janeiro de 2016: “Estimativa para inflação aumenta com Selic estável / Mudança súbita na política do BC influencia mercado; dólar fecha em R\$ 4,166, maior nominal desde o Plano Real”, (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.) onde a constatação da crise econômica é reafirmada pela estimativa de aumento da inflação e depois aprofundando seu sentido de ‘fundo de poço’ ao afirmar que o dólar fechou o dia em seu maior valor nominal desde o Plano Real.

Enquanto o viés de mercado tenha aparecido na construção da narrativa simbólica e crise econômica em associação a outros elementos de sugestão simbólica, o viés que apresenta e reafirma o estado de crise no momento presente não apenas é a mais abundante ao longo de período analisado, como é a que mais aparece sozinha, constantemente reforçando a imagem e presença da crise.

Desde a primeira edição desta análise, no dia 1º de dezembro de 2015, quando

é publicado o título “Governo corta R\$ 11.2 bi do orçamento, dólar dispara” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.) há nas capas da FDSF uma sugestão da imagem simbólica de “apertar os cintos”, “época de vacas magras”, enfim, mais do que apenas apresentar dados sobre a crise, reafirma constantemente em forma narrativa a presença cotidiana dessa crise. Em ordem cronológica, os títulos que promovem este viés simbólico:

- 10/12/15 “Moody’s ameaça rebaixa nota de crédito do Brasil” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 29/12/15 “Déficit atinge R\$ 120 bilhões com quitação das pedadas / em 2015, o saldo negativo acumulado nas contas públicas é de R\$ 54,3 bi” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 31/12/15 “Governo gasta R\$ 72,4 bi para quitar pedadas” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 02/01/16 “Brasil perde importância em balance de multinacionais” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2015. Capa.);
- 04/01/16 “3 em cada 4 metrópoles tem queda na receita / Crise derruba 38 das 50 cidades mais populosas do país” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2015. Capa.);
- 18/01/16 “Ações da Petrobras derretem e viram aposta de risco” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2015. Capa.);
- 19/01/16 “Petróleo sofre nova queda e derrete ações da Petrobras” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2015. Capa.);
- 22/01/16 “País perde mais de 1,5 milhão de vagas formais em 2015” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2015. Capa.);
- 08/02/16 “Cortes de luz disparam com alta da tarifa e inadimplência / Empresas de luz não dão conta de desligar luz de devedores dentro do período legal” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 09/02/16 “Dívidas de 20 estados chegam ao limite da lei / Queda de R\$ 30 bi deve provocar mais atrasos em pagamentos” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 11/02/16 “Corte nos gastos do governo devem chegar a R\$ 30 bi” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 14/02/16 “Renda do brasileiro recua entre os emergentes” (Folha de São Paulo.

- São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 21/02/16 “Juro de banco público já se iguala ao de privado / BC mostra de diferença de crédito eram irrelevantes no final de 2015” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
 - 22/02/16 “Crise encolhe dinheiro em circulação e faz faltar troco” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
 - 25/02/16 “Brasil perde último selo de bom pagador, e Dilma cobre CPMF / Moody’s é a terceira das principais agências de risco a rebaixar o país; Planalto pressiona Congresso por ajustes” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
 - 07/03/16 “Segundo economistas, dólar está inflado pela crise e não reflete realidade” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
 - 22/03/16 “Queda no preço do petróleo gera prejuízo recorde para Petrobras” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
 - 27/03/16 “Temendo calote, bancos reservam R\$ 148 bilhões” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
 - 29/03/16 “Petrobras já demitiu 170 mil funcionários pós Lava Jato” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
 - 31/03/16 “Déficit no setor público alcança patamar recorde” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
 - 02/04/16 “Petrobras aprova plano de demissão voluntária para 12 mil funcionários” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 03/04/16 “Governo absorve 73% do crédito do país em 2015 / Com taxa de juro maior, setor público suga verba que poderia irrigar empresas” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 04/04/16 “Comidas frescas sobem, mas incluem na dieta” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 05/04/16 “Rumor sobre combustíveis derruba ações da Petrobras” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 09/04/16 “Queda no preço da energia e crise fazem inflação recuar / Índice, de 0,90% em fevereiro, recua para 0,43% em março; alimentos sobem” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 10/04/16 “Bancos evitam quebra, diz presidente do Santander” (Folha de

- São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 19/04/16 “Sem euforia após a votação, Bolsa brasileira recua e dólar valoriza” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 21/04/16 “Demissões batem recorde e desemprego chega a 10% /Reflexo da recessão do país, taxa chega pela primeira vez nos dois dígitos” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 25/04/16 “Crise aumenta desigualdade em 12 estados do país” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 30/04/16 “Real se valoriza e resulta em saldo financeiro” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 01/05/16 “Gasto público ineficiente freia Brasil, diz estudo” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 06/05/16 “Agência Fitch volta a rebaixar nota do Brasil e mantém seu viés negativo” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 14/05/16 “Economia com cortes de vagas ainda é simbólica” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 21/05/16 “Planos de saúde perdem 1,5 milhão de clientes em um ano” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 27/05/16 “Crise deixa quase 3 milhões sem ter seguro-desemprego / Direito é válido por até 5 meses; com menos vagas, há mais dificuldade de se recolocar antes do fim do benefício” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 28/05/16 “Queda na arrecadação afeta mais os Estados / Nove governos Federais e DF preveem fechar 2017 com déficit” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 31/05/16 “Superávit do governo cai com rombo no INSS” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.); “Medidas são para país deixar de levar gols, diz Meirelles” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 01/06/16 “Dólar cai e atinge a menor cotação em quase 11 meses” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 12/06/16 “Auditoria vê descontrole em benefícios para empresas” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 07/08/16 “Alta nas dívidas de empresas ameaça limitar retomada” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);

- 08/08/16 “Isenção fiscal para templos atinge R\$ 110 milhões em SP / Valor do IPTU em um ano daria para construir um hospital ou 22 creches” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
- 18/08/16 “Indústria mantém demissões, apesar de sinal de retomada” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
- 20/08/16 “Arrecadação cai, mas supera previsão oficial” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
- 23/08/16 “3 em 10 planos de saúde não reembolsam o SUS” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
- 31/08/16 “Déficit aumenta e juro menor pode ficar para 2017” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.).

Ao longo da narrativa sugerida pelas imagens que evocam a crise econômica, o viés de da crise presente sofre duas alterações de sentido que chamam a atenção: a primeira acontece entre os dias 30 de junho de 2016 e 1 de agosto de 2016, quando cinco dos sete títulos que contam com essa imagem simbólica apresentam dados econômicos positivos – um ensaio de recuperação e saída da crise. Esse breve desvio na narrativa começa com a publicação do título “Planalto anuncia reajuste de 12,5% no Bolsa Família”, (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.) podendo ser entendido como uma resposta do governo interino às diversas acusações dos participantes do governo de que a aprovação do afastamento acarretaria cortes profundos nos auxílios sociais. Ainda assim, outros dados fogem de uma possível iniciativa direta do governo Temer, como os títulos publicados nos dias 01, 02 e 09 de julho mostram, respectivamente: “Dólar cai 23,4% em primeiro semestre, e Banco Central voltará a atuar” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.); “Indústria dá sinais de retomada após 2 anos / Produção acumula 3 meses sem queda, segundo dados do IBGE” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.); “Demanda fraca faz inflação subir menos em junho” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.).

A próximas edições a apresentar o viés da crise presente são publicadas no fim do mês, nos dias 29 e 30 de julho, corroborando com a narrativa de imagens negativas: “Gastos do Governo Federal sobem, na esteira do INSS” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.) e “Petrobras venda área do pré-sal por R\$ 2,5 bi” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.). Dois dias depois, na edição de 1º

de agosto de 2016, novamente é publicado um título com viés positivo da economia: “Multinacionais já falam em melhora na economia” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.). As manchetes que apresentam um sentido de retomada econômica ou começo do fim da crise, no entanto, param de aparecer.

O outro desvio de sentido que aparece ao longo da análise dos títulos que promovem a imagem da crise presente corresponde àqueles que, por mais que sejam de essência econômica, apresentam um viés de impacto social – como uma imagem simbólica confluyente de duas sugestões narrativas identificadas por esta pesquisa: a da crise econômica, que analisamos neste subcapítulo; e a da crise social, que analisaremos no subcapítulo seguinte. Publicadas entre os dias 14 de dezembro de 2015 e 08 de janeiro de 2016, os títulos correspondentes a esse desvio são os seguintes:

- 14/12/15 “Brasil melhora seu IDH, mas cai no ranking mundial” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 01/01/16 “Brasil pode perder até 2,2 mi vagas formais neste ano / Em declínio desde 2015, o mercado de trabalho só deve começar a se recuperar em 2018, dizem especialistas” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
- 08/01/16 “Quase metade dos devedores do Fies está inadimplente” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.); “Desastre e greve afetam indústria além do previsto” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.).

O terceiro viés presente na narrativa de imagens simbólicas sobre a crise econômica sugere um sentido de atraso e retrocesso - as imagens sugeridas na busca de uma referência no passado que se assemelhe aos dados econômicos observados à data, como na matéria publicada no dia 10 de dezembro de 2015 “Inflação chega a dois dígitos pela 1ª vez desde 2003” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.) correspondem a um *schème* cíclico, pertencente ao regime noturno – ou seja irracional, desconhecido e obscuro. O caráter simbólico sugerido pelo título publicado no dia 27 de dezembro de 2015 ainda é capaz de ilustrar até mesmo a saturação do mito de progresso da modernidade: “Em 2011, Brasil seria potência, cão fazia ofurê e turista esbanjava” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.). A imagem evocada por este título publicado na capa do jornal no fim do ano é a do futuro que nunca chegou, do progresso casto, do Brasil potência que não decolou. Ela ainda dialoga com o dito popular brasileiro que ironiza a afirmação do escritor austríaco

Stefan Zweig: Brasil, o eterno país do futuro.

O destaque da manchete publicada ainda no dia 2 de dezembro de 2015 explicita o caráter simbólico que ajuda a compor a narrativa da crise econômica: “Economia afunda em crise histórica / Em meio a descontrole político e pessimismo de empresários e consumidores, PIB encolhe 1,7% no terceiro trimestre” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.). Ainda assim, menos presente em volume que o viés anterior, o viés que busca no passado a referência do presente diz respeito a momentos críticos da derrocada econômica, produzindo um sentido de clímax na narrativa de imagens simbólicas.

Outros títulos que correspondem a este viés na construção da narrativa de crise econômica nas imagens simbólicas, em ordem cronológica:

- 09/01/16 “Inflação de 2015, de 10,67%, é a maior desde 2002 / preços controlados e alimentos elevam índice; tendência de 2016 é novo estouro da meta” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
- 16/01/16 “Desemprego atinge 9%, pior taxa desde 2012; procura por trabalho aumenta” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
- 25/02/16 “PIB cai 3,9%, pior resultado desde 1990” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 13/08/16 “BNDS tem 1º prejuízo semestral desde 2003” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.).

O quarto viés presente na narrativa de crise econômica nas imagens simbólicas sugeridas nos títulos da FDSF corresponde à especulação sobre o futuro da economia. Em todos os títulos em que identificados a evocação do futuro, a imagem proposta é negativa. Há ainda uma diversidade de sujeitos apontando à mesma direção - a de que a recessão ainda iria continuar por muitos anos – que, ao analisar a narrativa evocada pela imagem simbólica de cada título, o que é criado é uma imagem de “poço sem fim”, um “não-futuro”:

- 08/12/15 “Mercado prevê retração de 3,5% do PIB deste ano” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 23/12/15 “Recessão custará R\$ 240 bilhões ao Brasil em 2015” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 30/12/15 “Dívida pública deve fechar em 67% do PIB, um recorde” (Folha de

- São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 13/01/16 “Petrobras decide vender sua fatia da Braskem / Estatal corta R\$ 32 bi do orçamento até 2019; ações despencam à R\$ 5,53” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.); “35 mil devem ficar sem emprego após obras de Rio-2016” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
 - 16/01/16 “Ao analisar crise, presidente do IPEA manifesta negação” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
 - 07/02/16 “País caminha para pior recessão de sua história / Dados negativos recentes levam a projeção mais grave sobre economia brasileira” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
 - 16/05/16 “Déficit nas contas públicas pode superar os R\$ 120 milhões” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 26/05/16 “Teto de gastos pode levar 8 anos para zerar déficit” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 28/05/16 “Economistas veem indícios de saída da crise mais aguda” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 08/07/16 “Governo prevê déficit de R\$ 137 bilhões em 2017” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 15/08/16 “Sem reforma na previdência vai haver sacrifícios” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
 - 17/08/16 “Retomada deve ser mais lenta, sugerem dados econômicos” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.).

Além das construções de imagens por vieses específicos da narrativa de crise econômica, há ainda os sentidos evocados pela sobreposição de mais de uma narrativa. O primeiro que se destaca aparece em duas manchetes publicadas nos dias 19 de dezembro de 2015 e 23 de janeiro de 2016. A primeira, “Barbosa substitui Levy na Fazenda; Bolsa despencou / Ministro que chefiava Planejamento diz que manterá ajuste, mas seu nome desagrada mercado” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.) evoca de maneira sutil e indireta a imagem de Dilma como incapaz de formar um governo sólido: mesmo trocando de ministro da Fazenda, é incapaz de agradar o mercado, fazendo com que a Bolsa “despencasse”.

A segunda manchete é mais direta: “Dilma critica delações sem provas na Lava Jato / Presidente nega intervenção do BC em taxas de juros de país” (Folha de São

Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.). Nesse caso, temos a presidente atacando e se defendendo ao mesmo tempo. Enquanto no destaque da manchete, Dilma é associada à operação Lava Jato, na legenda ela é acusada de intervir no Banco Central. A imagem que surge, portanto, é a de Rousseff no meio de um fogo cruzado de denúncia e defesa e isolada.

A narrativa formada a partir da repetição da imagem de Dilma como incapaz e fraca corrobora com a sobreposição de sentidos mais recorrente em associação com as imagens simbólicas de crise econômica: as que promovem a legitimação do golpe. Nesse caso específico, a afirmação do governo interino como o novo governo, a nova gestão; o relato noticioso de suas decisões; escolha de ministros e formação de base funcionam ao mesmo tempo como afirmação de sua legitimidade (ou seja, indiretamente, a legitimidade do golpe que o levou ali), é também de saída dessa crise que parece não ter fim. Diferente das imagens evocadas anteriormente, quando associadas à afirmação do governo interino, o aspecto econômico como “mal necessário” quando “Governo Temer prevê rombo de R\$ 170,5 bilhões em 2016 / Nova gestão projeta alta de R\$ 66 bi nos gastos e diz que medida garante o funcionamento de órgãos federais” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.), como na manchete publicada no dia 21 de maio de 2016; ou como proposta de novas medidas econômicas, como vemos na manchete do dia 25 do mesmo mês: “Temer propõe que despesas não subam além da inflação / Teto para gastos da União, que abrangeria área social, é pilar para plano contra derrocada fiscal” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.).

A relação entre a sugestão do governo interino como um governo legítimo e a atenção à crise é estendida ao máximo, fazendo-a passar como programa político legítimo, como se pode observar nos títulos publicadas nos dias 27 de maio de 2016 e 27 de julho do mesmo ano, respectivamente: “Novo ministro da Cultura diz que prioridade é organizar contas” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.) e “Fazenda cede, e repatriação deve se tornar mais flexível / Governo Temer que elevar arrecadação, que atingiu R\$ 8 bi dos R\$ 20 bi previstos” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.).

Os títulos que também evocam essas imagens simbólicas são os seguintes:

- 10/06/16 “Planalto aceita fixar prazo para teto de gastos / Ministros defendem limites de 3 a 5 anos; Fazenda, até controlar a dívida” (Folha de São Paulo.

São Paulo: jun. 2016. Capa.);

- 10/07/16 “Temer planeja privatizar aeroportos de ponte aérea / Transferência de Congonhas e Santos Dumont visa fazer caixa para diminuir rombo fiscal” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 25/07/16 “Sem teto de gasto, país terá alta de imposto, diz ministro / Brasil pagará caro se emenda que limita despesa pública não passar, afirma Henrique Meirelles” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 13/08/16 “Governo vê indício de melhora na arrecadação / Fazenda refaz projeções de crescimento do PIB e já fala em evitar aumento de imposto” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
- 16/08/16 “Governo quer coibir acúmulo de benefícios na previdência / um terço dos 7,4 milhões de pensionistas por morte também recebe aposentadoria” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.).

A narrativa construída a partir dessas imagens simbólicas tem seu ápice na manchete publicada no dia 1º de setembro de 2016, última edição da análise desta pesquisa: quando é publicada na capa da FDSP a destituição de Dilma Rousseff pelo Senado. A manchete traz “Senado destitui Dilma; Temer pede pacificação / *Cassada por 61 votos a 20, petista mantém seus direitos políticos *Impeachment põe fim a 13 anos de PT *Após assumir, peemedebista promete reformas econômicas” Senado destitui Dilma; Temer pede pacificação. (Folha de São Paulo. São Paulo: set. 2016. Capa.), a consolidação final do golpe vem intimamente atrelada às reformas econômicas. O que aparece de novo nessa sobreposição específica, mas não na narrativa simbólica do golpe é o “*Impeachment* põe fim a 13 anos de poder”: mais uma vez, o deslocamento da centralidade do fato de Dilma para o partido. Uma redução da presidente à um personagem secundário de um jogo maior.

A construção da narrativa que une esse deslocamento da centralidade e a crise econômica já haviam aparecido antes, no dia 13 de dezembro de 2015, ao ser publicada a manchete “Após 13 anos de PT, 68% não veem melhora na vida / no período, renda dos mais pobres subiu 129%; investimento ficou estagnado” (Folha de São Paulo. São Paulo: set. 2016. Capa.), onde mesmo apontando um aumento de mais de 100% na renda das camadas mais pobres, o destaque fica na questão mais subjetiva, especialmente quando observamos, ainda no segundo capítulo, que a relação de aumento da percepção de qualidade de vida só está diretamente atrelada

à renda familiar nas camadas mais pobres da sociedade. O caráter simbólico da imagem evocada, portanto, é a de que o PT, ou seja, o governo Dilma, já tinha chegado no seu ponto de saturação - não há mais o que se possa esperar.

A última sobreposição de imagens simbólicas transformadas em narrativa em conjunção de sentidos com a crise econômica é a da crise social. Aqui, vemos dois episódios de um mesmo acontecimento: as Olimpíadas do Rio. A primeira manchete a trazer a sobreposição das duas crises foi publicada no dia 20 de junho de 2016, afirmando que a “Olimpíada ajudou a quebrar o estado, diz especialista norte americano” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.). Por mais que o viés de econômico fique evidente enquanto a sugestão de crise social não apareça em um primeiro momento, ela fica evidente ao realocá-la dentro da narrativa. Aprofundaremos esse aspecto no próximo subcapítulo. Ainda assim, a manchete que noticia a festa de inauguração dos jogos auxilia a compreensão do sentido evocado. No dia 05 de agosto de 2016 a FDSP publica “Brasil dá início à maior Olimpíada mergulhado na maior recessão / *América do Sul sedia o evento pela 1ª vez *Mais de 11 mil atletas disputam mais de 2.488 medalhas * País é favorito em sete modalidades *Economia recua desde 2014 *Segurança preocupa” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.), onde o destaque na manchete já é suficiente para sugerir imagens de crise. No fim da legenda ainda temos uma sequência potente em carga simbólica: “Economia recua desde 2014 *Segurança preocupa”, ou seja, mesmo em uma das maiores celebrações, sob as lentes de todo o mundo, com milhares de atletas e medalhas, as crises econômica e social atravessam a construção da narrativa, tomando-a para si.

5.3 A CRISE SOCIAL

Como veremos a seguir, a narrativa que constrói o cenário de crise social se apresenta de várias maneiras ao longo da cobertura publicada nas capas da FDSP. Neste subcapítulo, apresentaremos as quatro principais imagens simbólicas evocadas pelos títulos que a compõe: encruzilhada histórica; polarização; violência e fragilização do Estado

Em consonância com a imagem simbólica de não-futuro observada no subcapítulo anterior, a sugestão de uma encruzilhada histórica acrescenta à narrativa de crise social sentidos de “pior que está não fica” e “a população é quem está pagando o pato”, como podemos ver na chamada de uma coluna de opinião publicada

no dia 03 de dezembro de 2015: “O Brasil está posto em uma encruzilhada, e o Brasil somos nós” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.). Esse sentido ainda é reforçado por títulos que apresentam dados sobre a saúde e mercado de trabalho – imagens que dão um caráter concreto e real à sensação de crise no cotidiano:

- 01/06/16 “IBGE indica recorde de 11,2% de desemprego” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
- 18/06/16 “SUS deixa de tratar no prazo 40% de pessoas com câncer” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
- 12/07/16 “Crise e cortes no Fies aumentam inadimplência em faculdades / Programa de crédito estudantil teve forte restrição em 2015” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 24/07/16 “MEC corta novas bolsas no exterior para universitário” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 15/08/16 “No Fies, mais de 2 em cada 10 vagas não são preenchidas / Maior rigor na seleção e juros mais elevados em razão do ajuste fiscal faz interesse dos estudantes diminuir” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.).

A relação comparativa entre o presente e o passado em uma sugestão cíclica também aparece no âmbito de crise social, ainda que em menor volume. No dia 20 de junho de 2016, a FDSP publica “Desigualdade no país volta a crescer com desemprego / Distância entre ricos e pobres cresceu 3% desde 2015, diz estudo” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.) e, no dia 30 de julho de 2016, “Desemprego sobe e renda tem maior queda desde 2012” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.).

Talvez o maior acontecimento de 2016 depois do golpe, os jogos olímpicos sediados no Rio de Janeiro naquele ano também aparecem como plano de fundo para a composição da imagem de crise social no país. Amplamente criticada, a falha na execução das obras necessárias, das metas ambientais e dos protocolos de segurança apresentam um cenário caótico onde dois níveis do estado falham: primeiro o Fluminense e, depois, o país. As manchetes publicadas sobre Rio-16 apresentem uma visão nacional sobre o acontecimento – ampliando a imagem específica do que acontece na antiga capital federal para todo o Brasil.

As matérias que tratam dos acontecimentos no Rio-16 evocando imagens

simbólicas de que se vive uma encruzilhada histórica são as seguintes:

- 03/07/16 “Rio-2016 não vai cumprir nenhuma meta ambiental / Despoluição da baía, recuperação de lagoas e plantio de árvores fracassam” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 19/07/16 “Metade dos Brasileiro é contra os jogos no Rio / Rejeição às Olimpíadas-2016 sobe em relação à 2013, diz pesquisa Datafolha” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 26/07/16 “Metade dos prédios da Vila Olímpica não está pronta / Comitê diz que acabamentos e limpeza estarão prontos até quinta” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 31/07/16 “Esporte teme que a crise agrave a fuga de patrocínios pós-jogos / Correios e Petrobras podem cortar repasses; 89% dos atletas da seleção brasileira são apoiados por estatais” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 01/08/16 “Crise dificulta visão positiva sobre jogos, diz Paes / Prefeito do Rio admite dificuldade de gestão e critica complexo de vira-lata” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.).

Ao longo da narrativa de crise social, as imagens que sugerem o sentido de encruzilhada história são sobrepostas em dois momentos por outra imagem desta narrativa: a da polarização. A edição do dia 20 de março de 2016 traz à capa o título “Marina lidera intenções de voto para presidência” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.), enquanto a de 20 de abril apresenta “Brasileiros não querem o vice na presidência” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.). Ambos os títulos apresentam uma imagem simbólica que sugere o sentido de “não está bom como estão as coisas”, indicando, em uma associação indireta no primeiro caso, o caminho de “3a via” das eleições de 2014, Marina Silva, que encabeçou a chapa do PSB após a morte de Eduardo Campos. No segundo, ao afirmar que a população não deseja que Temer se torne chefe do Estado, é apresentada uma possibilidade dúbia de sentido quando analisada fora da narrativa: o vice pode não se tornar presidente tanto com a permanência de Dilma no cargo ou com a impugnação de toda a chapa eleita em 2014. Ao analisarmos esta peça dentro da narrativa, vemos a segunda opção é a que está sendo levantada, uma vez que três dias antes a Câmara dos Deputados

havia admitido o relatório que apontava Dilma como culpada por crimes de responsabilidade fiscal.

As imagens de polarização da sociedade aparecem na narrativa ao noticiar os acontecimentos políticos e sociais dentro da lógica de divisão “pró” e “contra” o governo, o golpe ou algum personagem da trama. Como vimos no segundo capítulo, a polarização se potencializou durante as eleições de 2014. Nas capas das edições que compõe nossa análise, ela aparece pela primeira vez no dia 15 de dezembro de 2015, no título “Grupo anti-Dilma é pessimista em relação à Temer” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.), utilizando de “anti-Dilma” para determinar a parcela da população que apoiava sua destituição. Esses marcadores textuais, “anti-” e “a favor”, “pró” e “contra”, “coxinhas” ou “petistas”, também foram utilizados para noticiar acontecimento dentro da política institucional, como no dia 02 de fevereiro de 2016: “Advogado de Lula culpa ‘coxinhas’ por maledicência” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.), ampliando o sentido de polarização, apresentando-o como divisor universal e presente em todas as camadas políticas e sociais do país. A imagem simbólica da divisão política da sociedade é evocada em quase todos os meses seguintes analisados nesta pesquisa:

- 18/02/16 “Grupos contra e pró Lula brigam na frente do fórum” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 15/03/16 “Protestos contra a presidente não foram espontâneos, afirma Wagner” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 18/03/16 “Ato pró-governo está marcado para esta sexta, às 16h!” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 26/04/16 “Ciência explica o partidarismo no campo cerebral” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 27/04/16 “Temer se torna alvo central de grupo de ridiculariza políticos” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 02/05/16 “MBL faz alianças com ruralistas e bancada evangélica” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 01/08/16 “Manifestantes pró e contra Dilma voltam às ruas do país” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
- 04/08/16 “Rio-16 tenta criar estratégias para abafar vaias a Temer / Guga vai carregar tocha, indica ensaio de abertura; cena de Gisele foi alterada” (Folha

de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);

- 06/08/16 “Rio inaugura Olimpíada com festa grandiosa e vaias a Temer / Cerimônia de 4h abraça causas ambientais e de respeito à diversidade; ex-maratonista atacado em Atenas acende Pira” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);

Além da promoção de imagens simbólicas de encruzilhada histórica e de polarização, a narrativa de crise social também é atravessada pela imagem de violência. Ela é evocada nos títulos publicados nas capas da FDSP como no de 09 de janeiro de 2016: 09/01/16 “Ato contra aumento da tarifa termina em depredação em SP” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.), onde “depredação” acarreta a conotação de destruição, caos e violência. Outro termo utilizado para sugerir essa imagem é “vandalismo”, que aparece nos títulos publicados nos dias 15 e 25 de janeiro de 2016, respectivamente, repercutindo as manifestações daquele ano contra o aumento da passagem de ônibus: “Menos tenso, ato com MPL termina com metro vandalizado” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.) e “Inquérito sobre black-blocs' acaba por não acusar ninguém / Polícia Civil de São Paulo também não identificou elo entre tática de vandalismo e MPL” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.).

Ao longo da narrativa, os movimentos sociais, protestos e manifestações são apresentados como personagens pertencentes às imagens simbólicas de violência, como o exemplo clássico da discussão sobre Movimento Sem Terra (MST) sobre ocupação ou invasão de propriedades, publicada no dia 10 de maio de 2016: “MST invade fazenda em SP de amigo do vice-presidente” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.). A associação entre os movimentos organizados e violência é quase inerente. No dia 07 de março de 2016, a FDSP publica o título “MTST promete ações radicais contra Dilma” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.), evocando ainda uma imagem simbólica de divisão da esquerda brasileira ao apresentar o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto disposto a tomar “ações radicais” contra a presidente.

Os títulos que apresentam os protestos e manifestações ainda amplificam a potencialidade e agravamento das imagens simbólicas de violência ao noticiar a sua repercussão no governo federal, como mostram os títulos dos dias 18 e 20 de maio sobre as ocupações de prédios públicos após a governo extinguir o ministério da

Cultura: “Contra fim do MinC, ativistas ocupam prédios públicos” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.) e “Após protestos, Renan articula recriação da pasta da Cultura” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.).

A última menção de violência e movimentos sociais/protestos é, também, o último título de nossa análise, publicado no dia 1 de setembro de 2016: “Black-blocs voltam a depredar carros e prédios em atos no centro de SP” (Folha de São Paulo. São Paulo: set. 2016. Capa.), evocando a narrativa de crise social, mas, especificamente, que a imagem simbólica de violência na cobertura da FDSP é uma constante – ela não está presente nas páginas do periódico apenas ao longo da tramitação do golpe, que naquele dia também era noticiada sua conclusão, mas sim uma crise que começou antes de Cunha acatar ao pedido de deposição de Dilma e que continua(rá) depois.

A cobertura prévia e durante os jogos olímpicos do Rio de Janeiro também evocou imagens simbólicas de violência social – neste caso, o da falta de segurança pública. A manchete publicada no dia 05 de julho de 2016 já apontava que a “Segurança no Rio é horrível, diz Paes a um mês dos jogos / À rede CNN prefeito critica governo fluminense pela 2ª vez em três dias” (Folha de São Paulo. São Paulo: set. 2016. Capa.). Esse recorte dentro da narrativa de crise social desloca da capital Fluminense a visão sobre a violência para o contexto nacional, no sentido de que se a realidade brasileira continuar como está, o país inteiro vai virar o Rio, como é dito no título publicado no dia 11 de julho de 2016: “Sem reforma profunda, país pode virar um grande Rio” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.). Seguindo a mesma sugestão simbólica, os outros títulos publicados nas capas da FDSP ao longo de período analisado são os seguintes:

- 06/07/16 “Veículo da Força Nacional leva tiro em 1º dia no início dos jogos no Rio” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 14/07/16 “Agentes da Força Armada ameaçam abandonar Rio-16” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 16/07/16 “Rio-16 revisará segurança após atentado na França” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 20/07/16 “Crime, e não terror, preocupa mais na Rio-16, diz ministro / Para Alexandre de Moraes (Justiça), segurança requer cuidados maiores nos períodos pré e pós olimpíadas” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016.

Capa.);

- 11/08/16 “Policiais da Olimpíada são baleados por traficantes / Atingido na cabeça, agente da Força Nacional está em estado grave” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
- 12/08/16 “Morre policial da Olimpíada baleado em favela do Rio” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);

O deslocamento do viés de violência do Rio de Janeiro para o nível nacional ao longo da narrativa de crise social também acontece pela sugestão de sentidos presentes em imagens simbólicas do Estado brasileiro fragilizado, débil e sucateado pelo período petista. São três os títulos que explicitam essas imagens que, de uma maneira ou outra, estão presentes ao longo da narrativa de crise social:

- 05/12/15 “Não sei se o Brasil aguenta troca na presidência” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 07/12/15 “Ninguém crê que petista recupere país” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 13/03/16 “Atual recessão caminha para ser a pior já medida no Brasil” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.).

Menos presente ao longo da narrativa, é importante destacar uma imagem simbólica sugerida em dois títulos publicados no começo de 2016, nos dias 10 de janeiro e 29 de fevereiro: o reforço da moralidade católica. Primeiro de maneira óbvia com o título “A corrupção se tornou forma de vida, diz papa em livro”, (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.), associando o contexto de tramitação do processo de deposição de Dilma Rousseff a uma questão moral, cristã.

O segundo título foi publicado no dia 29 de fevereiro de 2016, em meio a epidemia do vírus Zika, que, quando infectado em mulheres grávidas, poderia causar má formação dos fetos. A FDSP levou à capa os dados de que a “Maioria é contra aborto até em casos de microcefalia / 51% rejeitam e 39% aprovam direito se houver má-formação, revela Datafolha” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.), apresentando uma questão pessoal e individual – a escolha de abortar com segurança ou não – como uma questão moral. Indiretamente, ainda há a sugestão de polarização entre progressistas e conservadores em um contexto de crise sanitária.

Além das imagens simbólicas evocadas exclusivamente dentro da narrativa de

crise social, outros títulos evocam sentidos em sobreposições de narrativas. Em adição aos analisados nos subcapítulos anteriores, a narrativa de crise social é associada à que apresenta Dilma Rousseff como uma pessoa fraca e incapaz em duas manchetes: no dia 07 de março de 2016, quando é publicado “De novo, Temer fala em reunificar o país contra a crise / Vice não cita Dilma em discurso; ação de improbidade pode impedir Lula de concorrer às próximas eleições” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.), reiterando a imagem de que o país está em crise e polarizado ao mesmo tempo em que, ao não citar a presidente em seu discurso, demonstra considerá-la, no mínimo, irrelevante.

A mesma sobreposição de narrativa volta a se repetir dez dias depois, em 17 de março de 2016, com a manchete “Presidente atuou para evitar a prisão de Lula, indica gravação / *Dilma diz que grampo ‘afronta direitos da presidência *Para juiz Sérgio Moro interesse público justifica publicação *Manifestantes e oposição pedem renúncia” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.), onde o pedido de renúncia por manifestantes e oposição ao governo indica tanto a polarização quanto um tumulto social e político pela saída de Dilma, que na narrativa é justificada pela sua politicagem em tentar evitar a prisão do ex-presidente Lula indicando-o ao cargo de ministro. Nesta manchete ainda há uma terceira narrativa que aparece, e que aprofundaremos mais a diante, que é a do embate entre políticos e a justiça - no caso, representado pelo juiz Sergio Moro.

A última manchete a sugerir a narrativa de crise social foi publicada no dia 18 de junho de 2016, quando “A 49 dias das Olimpíadas, Rio decreta calamidade pública / Medida permite que governo Temer, que avalizou a decisão, repasse R\$ 2,9 bi” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.), evocando um estado geral de crise ao mesmo tempo que legitima o governo interino a tomar medidas de Estado com auxílio financeiro e das forças armadas para a segurança.

5.4 DILMA INCOMPETENTE

A construção da narrativa que apresenta Dilma nas capas da FDSP ao longo da tramitação do golpe no Congresso se apresenta como uma das mais complexas sequencias de imagens simbólicas desta análise. Enquanto algumas delas são claras, como a imagem do seu governo em tentar fazer o máximo possível se salvar e falhando, outras exigem um recuo e distanciamento que permitam um olhar panorâmico sobre os acontecimentos relatados nos títulos, como a imagem simbólica

de Dilma como uma personagem ingênua, isolada, ou simplesmente agindo de maneira que, dentro na grande narrativa dos acontecimentos, faça-a parecer absurda, talvez louca, como no título publicado no dia 02 de janeiro de 2016 “Dilma oferece solitária muleta diplomática à tirania chavista” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.), que não apenas apresenta a presidente como política isolada (também no mundo), como associada à “tirania” do regime Venezuelano. Esta imagem é a primeira que analisaremos neste subcapítulo. As outras são: Dilma como culpada dos acontecimentos; Dilma incapaz; O governo Dilma; e, por último, os títulos com narrativas sobrepostas

Em meio às publicações correspondentes à narrativa simbólica da política como um jogo sujo, uma imagem de Dilma se destaca: a que não parece não saber o que está fazendo, acontecendo. Ou seja, ingênua. No dia que Cunha acata ao pedido de deposição de Dilma, o seguinte título é publicado na capa da FDSP: “Dilma socorre Cunha, e sessão no conselho de ética é adiada” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.). A sequência dos acontecimentos transformada em narrativa sugere que a presidente não estava à par de tudo que acontecia à sua volta. Essa imagem é reforçada na mesma semana. Dessa vez, em relação à Temer, com a sequência de títulos “‘Espero integral confiança de Temer’, diz Dilma” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.), seguido pelo já mencionado título em que Temer afirma que Dilma jamais confiou nele. A narrativa segue nos dias 9 e 10 de dezembro de 2015 após a publicação da carta do vice com o famigerado trecho em latim “*verba volant scripta manent*”: “Dilma decide não reagir à carta de Temer e pede encontro” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.) e, no dia seguinte, “Dilma propõem ‘convivência institucional’ ao vice Temer” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.). As imagens sugerem que no dançar da política, Dilma está sendo conduzida sem saber onde pisar ou botar as mãos, tateando no escuro.

Essa imagem também é sugerida em relação à narrativa de crise econômica na primeira edição da FDSP publicada em 2016. A mesma capa que anunciava na manchete que o Brasil havia perdido mais de 2 milhões de vagas formais de trabalho no ano anterior e que o mercado de trabalho só deveria começar a retomar em 2018 trouxe “O governo federal está fazendo a sua parte, e creio que 2016 será melhor” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.). Ao publicar estes dois títulos, fica explícita o caráter simbólico da imagem de incapacidade, desconhecimento e até mesmo deslocamento da realidade da presidente. E é justamente a imagem de

deslocamento da realidade que por vezes é reiterada. Em uma sequência de dias noticiando à capa dados de crise econômica e disputa política, uma trivialidade é destacada: a de que “Dilma sanciona lei e inclui o “padrinho” Brizola na lista de “heróis da pátria” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.), sugerindo, a partir da narrativa, uma dúvida sobre onde estariam as prioridades da presidente. O próprio título que sugere a indagação e estranhamento também sugere uma resposta ao indicar que Dilma utiliza de seu cargo e poder para transformar seu “padrinho” em “herói da pátria”. A mesma Dilma incapaz de participar do jogo político tem sua imagem simbólica representada em uma das maneiras mais negativas, o nepotismo. Ainda que com alguém já falecido.

Ainda assim, quando a presidente volta a mencionar algum político que influenciou sua formação e história política, este acontecimento – a menção – é apresentado em uma imagem de absurdo e talvez até mesmo delirante, como no dia 23 de março de 2016, quando “Em discurso no Planalto, Dilma evoca campanha a favor de Jango” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.). Ironicamente, há proximidades históricas entre os dois discursos: o último discurso de Jango, na sede do Automóvel Clube no Rio de Janeiro, aconteceu no dia 30 de março de 1964 e, no raiar de abril, se efetivava o golpe midiático-civil-militar. Se o então presidente teve um par de dias até ver o começo do golpe que o afastaria do poder, Dilma teve pouco mais de par de semanas, um pouco mais de 50 anos depois.

Outro viés a compor as imagens simbólicas da narrativa de Dilma ao longo do golpe é o de seu isolamento político, seja sozinha, como sugere o título publicado no dia 1 de fevereiro de 2016 “Dilma cogitou se licenciar do PT e propor governo suprapartidário” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.), ou com os personagens que compõe a narrativa que expande a personagem-Dilma nas suas mais negativas imagens simbólicas – o ex-presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores –, como indica a manchete publicada no dia 18 de fevereiro de 2016: “Reações em série ampliam isolamento de Lula e Dilma / Na posse de Lula, suspensa na justiça, presidente diz que métodos escusos podem levar a golpe” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.).

Em ordem cronológica, os títulos que também sugerem as imagens simbólicas descritas acima:

- 14/02/16 “Dilma afirma que Lula é vítima de ‘grande injustiça’ / No Rio,

- presidente fez defesa de antecessor, alvo de investigações, um dia depois de se encontrarem em SP” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 01/04/16 “Defesa do governo diz que não há ‘pedaladas’ fiscais” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 15/04/16 “Presidente libera ‘pílula do câncer’; cientistas criticam” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 19/04/16 “Dilma compara impeachment à tortura e diz que vai ao STF / Um dia após a Câmara autorizar o processo, presidente chama Michel Temer de traidor e conspirador” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 05/05/16 “Dilma afirma ser vítima de denúncia leviana e mentirosa” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 15/05/16 “Cunha diz que Dilma ofereceu ajuda em ação no Supremo” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 01/07/16 “Perícia mostra que Dilma é inocente, diz seu advogado” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 07/07/16 “Julgam uma mulher honesta, diz Dilma em carta de defesa” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 17/08/16 “Dilma faz em carta aberta último apelo aos Senadores / Em investida pré-julgamento, petista se diz inocente e pede novas eleições” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
 - 18/08/16 “Dilma decide ir ao Senado fazer defesa pessoalmente / Petista, que nega ter cometido fraude fiscal, respondera perguntas em 29/08” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
 - 26/08/16 “Dilma pretende adotar discurso emotivo em defesa no Senado” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
 - 29/08/16 “Antes de ir ao Senado, Dilma se diz ‘segura’ e ‘aliviada’” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
 - 30/08/16 “Dilma nega no Senado crime contra Orçamento e volta a denunciar ‘golpe’ / Na iminência de seu veredito, presidente afastada compara processo de impeachment a perseguição na ditadura” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.).

Simultaneamente às sugestões de imagens simbólicas de Dilma Rousseff como alguém descolada da realidade ou delirante, há também os títulos que sugerem,

em tom de denúncia, que ela é culpada de toda a crise política que o país atravessava. Priorizando títulos que convidavam o leitor às entrevistas dentro dos cadernos, este viés apresentava a imagem de que a “Presidente atirou contra o pacto da democracia” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.), segundo o título publicado no dia 14 de dezembro de 2015, e que, na verdade, “A presidente está sendo punida não pelo ajuste, mas pelas mentiras” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.), contextualizava o título na edição anterior, do dia 13. E ainda explica, no dia 20 do mesmo mês, que a “Pedalada é apenas umas entre três infrações de Dilma” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.). O golpe, portanto, seria legítimo.

E não obstante os malfeitos já feitos, segundo o título do dia 28 de fevereiro de 2016, o “Governo atrasa verba de plano para empregos, dizem empresas” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.). O problema sugerido nesta narrativa é que “Para ficar no cargo, presidente decide ir para o tudo ou nada” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.), como havia indicado em título publicado no dia 19 de dezembro de 2015. E para mostrar que a imagem simbólica sugerida é um tanto quanto concreta, a capa da edição da FDSP entregue aos assinantes no dia 24 de fevereiro de 2016 advertia: “Governo prepara nova pedalada ao mirar precatórios” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.), evocando mais uma vez que o peso que já residia nos ombros da cabeça do governo ainda não impedia seus braços de organizar, manipular e fraudar as contas públicas.

Os títulos que sugerem a imagem simbólica de culpa ao longo da narrativa sobre Dilma Rousseff seguem aparecendo nas capas da FDSP após a aprovação pela Câmara dos Deputados do relatório que apontava a presidente como culpada de cometer crimes de responsabilidade fiscal até o dia 03 de maio de 2016, data que a capa do diário paulista apresenta dois títulos que corroboram com este viés: “Planalto tenta desequilibrar o orçamento, afirma Jucá” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.) e “Com 2º escalão, petista monta no Alvorada ‘bunker de resistência’” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.). Depois, somente no dia 26 de julho de 2016, quando “Dilma diz que não vai à abertura da Olimpíada no Rio” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.), sem indicar, sugerir ou evocar se a decisão foi tomada por ressentimento ou culpa.

Os demais títulos que apresentam este viés são os seguintes:

- 21/04/16 “Dilma falar em golpe é um erro grave, diz Celso de Mello, do STF”

(Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.); “Petista reforçará nos EUA críticas contra impeachment”; (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);

- 23/04/16 “Dilma repreende ministros do STF críticos à tese do golpe / Nos EUA, presidente diz que brasileiro saberão impedir retrocesso do país” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 30/04/16 “Dilma tira R\$ 100 mi da Eletrobras para publicidade” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 02/05/16 “Dilma culpa oposição por crise econômica / Petista acusa adversários de barrar reformas; Bolsa Família e IR têm reajuste” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.).

Apesar das investidas da presidente sugeridas segundo narrativa apresentada acima, foram as imagens simbólicas que indicavam que Dilma, na verdade, era incapaz como presidente e como política em um sentido geral que apresentaram um maior volume no levantamento feito nesta pesquisa.

O relato das derrotas políticas transformadas em narrativa começa no dia 17 de dezembro de 2015, com os títulos “Relator do impeachment frustra governo” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.) e “Ministro rejeita pretensões mais exageradas da presidente” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.). A capacidade da presidente em liderar e promover seus projetos mesmo dentro do seu governo já estava posto em dúvida. Além disso, o segundo título ainda sugere imagem de que o desejo de Dilma era conduzir o país de mais radical, e que necessitava ser filtrada.

Mesmo quando algum fato ou acontecimento poderia indicar uma vitória ou benefício para a presidente, o “empacotamento” da mensagem sugeria o contrário, como no título publicado na edição de 18 de dezembro de 2015: “Presidente ganha tempo e chance no Senado, se é que isso a favorece” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.). Sem espaço na capa para uma narrativa que apresentasse uma possível vitória de Dilma nas disputas travadas no Congresso, a ineficácia do seu governo e sua incapacidade em cumprir suas promessas de campanha ganharam destaque na manchete do dia 27 de dezembro de 2015, quando foi às bancas a edição que trazia “Dilma atinge só 32% das metas definidas para 2015 / Em mensagem ao Congresso no começo do ano, presidente estabeleceu 34 objetivos principais” (Folha

de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.).

Os sentidos apresentados pelas imagens simbólicas da presidente apontavam para um desastre de magnitude tal que o próprio sistema político brasileiro chegou a ser posto em questão quando, no dia 09 de março de 2016, os “Senadores criam comissão para estudar alternativas ao presidencialismo” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.). Os títulos seguem alimentando a narrativa com imagens simbólicas de Dilma como incapaz política a um nível quase diário. No dia 11 de março de 2016 se afirmava que “Dilma já se resigna com o diagnóstico do fim de seu governo” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.), e ainda que no dia seguinte, 12 de março, tivesse sido publicado que “Dilma afirma que ‘não tem cara de que vá renunciar’” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.), o importante era que, três dias depois, 15 de março, “PSDB e PMDB já tratam o país sem Dilma, diz Aécio” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.).

Nos últimos dias de março as imagens simbólicas sugeridas pelos títulos começam a indicar um tom de desespero nas decisões de Dilma. Um título publicado no dia 29 de março dizia que o “Governo oferece até ministério da Saúde para atrair novos aliados” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.). A manchete do mesmo dia ainda adicionada outro sentido à narrativa, o isolamento político: “Maior sigla do Congresso, PMDB abandona governo / Partido de Michel Temer oficializa hoje fim de aliança com Dilma; ministro do Turismo pede demissão” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.).

A imagem de isolamento político não fica apenas dentro do campo político, sendo também evidenciado no campo social no dia 02 de abril de 2016: “Em atos pró e contra Dilma, ‘coxinhas’ são o grupo majoritário” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.); e até mesmo na base política, no dia 11 de abril de 2016: “Debandada pode tirar 26 dos 57 deputados do PT” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.). Por fim, no dia 13 de abril de 2016, a narrativa que indica um único fim possível para Dilma em relação ao seu cargo ganha um porta voz sem nome para anunciá-lo na capa do jornal, e assim o faz: “Dilma não acaba mandato, prevê consultor de risco” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.).

Os outros títulos que auxiliam na composição da narrativa sobre Dilma com a sugestão de imagens simbólicas similares são os seguintes:

- 09/03/16 “Supremo deverá vetar nomeação de ministro da Justiça” (Folha de

- São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 15/03/16 “Ao depor, ex-presidente se diz vítima” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.); “Governo oferece até ministério da Saúde para atrair novos aliados” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
 - 01/04/16 “Ala do PMDB sugere que Dilma dê pasta da educação para PP” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 11/04/16 “Governo prevê revés na comissão e tenta se salvar no plenário” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 12/04/16 “Governo e oposição travam diálogo de surdos em comissão” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.); “Derrota por pouco não é boa notícia para o Planalto” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.); “Antes decorativo, vice-presidente se mostra ansioso” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 14/04/16 “Com PSD, oposição afirma já ter votos para impeachment / partido do ministro Kassab orienta deputados a votar contra presidente no domingo (17)” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.); “Se perder votações, serei carta fora do baralho, diz Dilma” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 15/04/16 “Dilma perde no STF, e impeachment será votado pela Câmara no domingo / Governo argumenta que relatório de comissão, com fatos estranho à denúncia original, feria amplo direito de defesa” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 22/04/16 “Temer lança ofensiva no país contra tese do golpe / Entrevistas são publicadas no dia que Dilma viaja para atacar impeachment na ONU” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 04/06/16 “Temer limita uso de aviões e corta verba de Dilma” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);

Em consonância com os sentidos sugeridos nas imagens simbólicas descritos acima, a última composição de imagens que constituem a narrativa sobre a Dilma Rousseff nos títulos publicados pela FDSP ao longo do seu processo de destituição apresenta um movimento que aproxima esta narrativa da que analisaremos no próximo subcapítulo: o deslocamento da própria narrativa da Dilma-pessoa para personagens à sua volta. Ainda assim, este viés se justifica neste subcapítulo por

apresentar uma relação próxima o suficiente tanto em construção de sentido como em centralidade da narrativa. Assim, além das sugestões de imagens simbólicas que tratam diretamente sobre Dilma, sua narrativa também é corroborada por títulos que fazem referência ao seu governo, como podemos ver no levantamento abaixo:

- 27/12/15 “Governo faz manobras para fechar contas de 2015” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 12/02/16 “Governo adia para março anúncio de novo corte de gastos” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 20/02/16 “Governo admite travar reajuste do mínimo para conter gastos / Proposta a ser enviada ao Congresso visa recuperar a credibilidade fiscal da gestão Dilma (PT)” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 06/04/16 “Governo esperará voto do processo na Câmara para mudar ministérios”(Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 07/04/16 “PT decide seguir na base de apoio do governo Dilma” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 16/04/16 “A 48 hora da votação, governo lança última investida contra impeachment / No primeiro dia da sessão histórica da Câmara, Planalto diz ter revertido votos; Kassab, do PSD, deixa ministério” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.).

Por fim, como o item acima indica, existe uma aproximação na narrativa de imagens simbólicas de Dilma Rousseff que a aproxima da narrativa que que expande seu campo de atuação para outros personagens. Assim, a maior parte das manchetes que apresentam uma sobreposição de narrativas o fazem justamente sobre essas duas. São elas:

- 03/01/16 “O PT se labuzou, diz Jaques Wagner, chefe da Casa Civil / Para ministro, partido errou ao não fazer reforma política e governo vai enterrar impeachment de Dilma” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
- 12/02/16 “Suposto repasse da Odebrecht a publicitário do PT é investigado / Um dos focos da Lava Jato são pagamentos na Suíça em 2014, quando João Santana fez a campanha de Dilma” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 13/02/16 “Campanha de Dilma não teve caixa 2, diz Cardoso / Lava Jato

suspeita que empreiteira fez repasse no exterior a marqueteiro do PT” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);

- 27/03/16 “Governo Dilma teme ‘efeito manada’ entre partidos / Rui Falcão, presidente nacional do PT, diz que legenda quer ‘paz’, mas está pronta para ‘guerra’” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 04/05/16 “Janot denuncia Lula e afirma que ex-presidente viabilizou petrolão / Procurador-geral também pede ao STF para investigar Dilma; presidente e antecessor negam obstrução da Lava Jato” Governo Dilma teme ‘efeito manada’ entre partidos” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);

Além destes, ainda há sobreposição de narrativas com a que ilustra a relação de políticos e a justiça, reforçando não apenas a imagem da presidenta como culpada, mas justamente ampliando a sua culpa abrangendo a denúncia de outros personagens, como João Santana, o marqueteiro que admitiu ter recebido caixa 2 durante a campanha de 2014, ou ainda a delação de Odebrecht quando ele afirma ter sido pressionado pelo BNDS a doar para a campanha de Dilma, abaixo:

- 23/02/16 “Moro decreta prisão de marqueteiro de Dilma, e cassação tem novo fôlego / Lava Jato aponta repasses da Odebrecht a João Santana no Exterior; Governo nega elo entre pagamentos e campanha de 2014” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 27/04/16 “PF não deve mirar só corrupção, diz favorito de Temer à Justiça / Advogado Mariz de Oliveira reafirma críticas à delação premiada como tem sido usada pela Lava Jato” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 08/05/16 “Odebrecht relata pressão do BNDS para doar a Dilma / Coutinho e Mantega cobravam empresas com projetos fora do país, diz empreiteiro em pré-delação; ambos negam acusação” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.).

Por fim, a última sobreposição acontece com a narrativa em que os sentidos centrais sugeridos pelas imagens simbólicas são de legitimação do golpe. No dia 14 de março de 2016 foi publicada a manchete que dizia “Ato anti-Dilma é o maior da história / * 500 mil manifestantes foram à Paulista, calcula DataFolha * Juiz Sérgio Moro, da operação Lava Jato, é saudado como herói * Em nota lacônica, governo federal elogia caráter pacífico” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.).

Diferente dos títulos analisados na narrativa de crise social, esta manchete apresenta imagens simbólicas de vontade popular, legitimidade democrática e histórica em prol do golpe. Ainda assim, de maneira humilhante, o “governo federal elogia caráter pacífico”, especialmente ao servir de contraposição ao juiz Sérgio Moro, o que soma à sobreposição a narrativa indicada acima – da relação políticos e justiça.

A última manchete analisada se detém nas narrativas composta por imagens simbólicas de Dilma e na que evoca sentidos de legitimação do golpe. Publicada no dia 28 de junho de 2016, diz: “Perícia vê crime de Dilma em decretos, não em pedaladas / Laudo é parte do processo de impeachment no Senado, em que a presidente afastada é acusada de fraude fiscal” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.). Quase como uma dupla legitimação, a parte em destaque da manchete sugere a imagem de Dilma como criminosa mesmo se não for condenada pelos crimes que foi denunciada, enquanto a legenda reforça o caráter legalista do golpe, legitimando-o institucionalmente na narrativa.

5.5 A AMPLIAÇÃO DA PERSONAGEM DILMA/ANTIPETISMO

Enquanto a narrativa montada a partir de imagens simbólicas que sugerem sentidos especificamente sobre a presidente Dilma Rousseff o fazem promovendo imagens de culpa, incapacidade e delírio, neste subcapítulo analisaremos a narrativa formada por imagens simbólicas que não necessariamente acrescentam, adicionam, agregam ou incorporam novos sentidos, mas sim que confirmam e potencializam seus sentidos ampliando justamente o campo de atuação e influência destes sentidos sobre a personagem Dilma Rousseff. Isto é, de maneira semelhante ao que acontece nos títulos que apresentam narrativas sobrepostas, uma narrativa influencia o resultado da outra, pois aparecem de maneira concomitante ao longo das edições. O volume de títulos que sugerem imagens simbólicas de ampliação da narrativa sobre Dilma Rousseff acaba por criar uma nova narrativa que poderia até mesmo ser caracterizada, nomeada ou identificada como imagens simbólicas de evocam sentidos de “antipetismo”, de fato presente, como vimos no segundo capítulo, em discursos proferidos nas camadas sociais e até mesmo da mídia. Ainda assim, na narrativa promovida nas capas da FDSP ao longo da tramitação do golpe no Congresso nacional, a imagens simbólicas sugerem uma centralidade na personagem de Dilma Rousseff. Portanto, mais do que uma narrativa sobre o “antipetismo”, as imagens simbólicas analisadas a seguir sugerem uma ampliação da personagem e da narrativa

da presidente.

A primeira imagem simbólica identificada sugere a incapacidade e o enfraquecimento do petismo como movimento, exemplificado pelo título publicado no dia 25 de dezembro de 2015: “Presença jovem cais mais no PT que em outras siglas” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.). As imagens que sugerem o enfraquecimento do partido ficam ainda mais nítido após a votação na Câmara dos deputados, quando são publicadas nos dias 24 e 25 de abril as manchetes “Efeito impeachment amplia a debandada de prefeitos do PT / Com agravamento da crise política, 1 a cada 5 eleitos pela sigla mudou de filiação até o último mês” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.) e “PT deixará de ser líder da esquerda, afirma Haddad / Prefeito de São Paulo vê impeachment fundado em bases frágeis e critica a agenda do eventual governo de Michel Temer” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.). Além da base militante e das prefeituras, até mesmo movimentos organizados ligados à esquerda são apresentados em um movimento de afastamento de signos que possam sugerir qualquer associação com o PT, como indica o título do dia 15 de janeiro de 2016: “MST abre mão da cor vermelha ao ir a evento do PSDB” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.). A debandada generalizada também sugere o sentido de isolamento político e social petista, além de corroborar com o sentido de polarização, ainda que mais de forma discursiva do que ideológica de fato. Em dado momento, já no fim do rito de afastamento, a sugestão de isolamento e rompimento é tal que mesmo a associação PT-Dilma é flexionada, como indica o título do dia 24 de agosto de 2016: “PT vota contra proposta de Dilma de fazer plebiscito” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.) e, no desligar das luzes do dia 27 de agosto de 2016, “Renan rompe elo com PT em 2º dia de julgamento” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.), acabando com qualquer possibilidade de revés a favor dos petistas.

Os vieses de incapacidade e enfraquecimento ainda são sugeridos nos seguintes títulos:

- 04/01/16 “Haddad terminará gestão sem cumprir promessas” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
- 21/01/16 “‘Não tem alma que seja mais honesta que eu’, afirma Lula” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
- 22/01/16 “Após panelaços, PT retira Lula e Dilma de inserções na TV” (Folha

- de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
- 28/02/16 “Parte do PT pedia mudança em ação da PF, relata Cardozo” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
 - 08/03/16 “Lula aluga imóvel para não incomodar vizinho, diz aliado” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
 - 08/04/16 “Lula ficará pelo menos 11 dias sem assumir Casa Civil” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 20/04/16 “Lula diz ter saído 3 vezes para chorar durante votação” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 25/07/16 “Discurso de ‘Fora, Temer’ marca convenção do PT” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.).

Evocada em todos os meses que compõem esta análise, a imagem simbólica que apresenta Lula, o PT ou qualquer personagem ligado ao petismo sendo investigado, julgado ou condenado pela justiça de alguma maneira é a que mais reforça a ampliação da narrativa de Dilma, personagem central nas narrativas apresentadas nas capas da FDSP, como culpada. Os sentidos sugeridos por este viés podem ser sintetizados na chamada do artigo de opinião publicado na capa da edição do dia 1 de fevereiro de 2016: “Lula e José Dirceu trocaram ideais por conforto” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.), onde os sentidos de abandono de ideologia e ética política, benefício individual sobre o coletivo e corrupção, ainda que passiva, são algumas das sugestões implícitas.

Os títulos listados abaixo associam Lula, seu filho, o Instituto Lula, Fernando Haddad, o empresário José Bumlai (e mais 10), a família de Lula, o “marqueteiro de Dilma” João Santana, “mulher de Lula”, “Delcídio do Amaral, ex-PT”, “Petistas presos” e algum “ex-ministro de Lula e Dilma” à diversas imagens simbólicas de corrupção e de disputa contra o Poder Judiciário, a Operação Lava Jato, ou à justiça de alguma maneira, evocando uma narrativa de que o petismo e todos que circulam à sua volta são culpados e/ou cúmplices de crimes.

- 10/12/15 “Justiça manda quebrar sigilo de filho de Lula” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 15/12/15 “Amigo de Lula é denuncia por suspeita de corrupção / segundo a Lava Jato, José Carlos Bumlai e mais dez integravam esquema fraudulento”

- (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 16/12/15 “Bumlai vira réu depois de declarar ter repassado de 12 mil ao PT” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
 - 23/12/15 “Receita apura doações de empresas ao Instituto Lula / Ação fiscaliza sobretudo repasses de empreiteiras alvo da Lava Jato” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
 - 08/01/16 “Haddad recorreu a empreiteiro por projeto de dívida” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
 - 12/01/16 “Cerveró liga Lula a contrato investigado pela Lava Jato / Ex-executivo da Petrobras diz que ex-presidente o recompensou pelo cargo” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
 - 14/01/16 “Citado em declaração, Lula reforça defesa com criminalista” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
 - 23/01/16 “Promotor de SP afirma ter série de indícios para denunciar Lula” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.); “Ex-presidente diz à PF que filho não falou sobre repasse de lobista suspeito à PF” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
 - 25/01/16 “PT apostará em candidaturas próprias para prefeituras” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
 - 28/01/16 “Nova fase da Lava Jato mira em triplex ligado a Lula / Força-tarefa apura se empreiteira e beneficiou ilegalmente ex-presidente; ele nega” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.); “Planalto considera ‘precoce’ cerco de operações a petista” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
 - 30/01/16 “Nota fiscal de barco reforça elo de Lula com sítio em SP / Documento obtido pela Folha aponta que ex-primeira dama comprou embarcação entregue ao local” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.); “Ex-presidente é chamado para depor contra triplex” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.); “Para oposição, cerco à petista se fecha; tucanos querem CPI” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
 - 19/01/16 “Odebrecht bancou reforma de sítio usado por Lula, dizem fornecedores / Em entrevista à Folha, ex-dona de loja de materiais afirma que o engenheiro da empreiteira fazia pagamentos em dinheiro vivo” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);

- 31/01/16 “Cunha é acusado de receber em novas contas no exterior R\$ 3,9 mi” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.); “Avanços da era Lula não servem como indulto” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
- 01/02/16 “Lula admite visita a triplex e reitera que não é dono” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 02/02/16 “Não aceito minha prisão’, diz Dirceu à Lava Jato” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 04/02/16 “‘Consórcio’ atuou em sítio usado por Lula, dizem testemunhas” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.); “Gilberto Carvalho diz ser ‘normal’ empresa pagar obra em sítio” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 05/02/16 “Lula é investigado por suposta venda de MPs / PF apura se petista é vítima ou parte em eventual de esquema de medias provisórias” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 07/02/16 “Filho de Lula recebeu sem prestar serviço a time, diz cartola” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 17/02/16 “Antena perto de sítio foi um ‘presente’ da Oi para Lula / amigo do petista articulou a instalação próxima do imóvel, alvo da Lava Jato” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 21/02/16 “Família Lula fez exigências em obra, diz revista”; “Inquérito contra Lula é abusivo, afirma advogado” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 24/02/16 “Marqueteiro de Dilma vai admitir caixa 2 no exterior / João Santana, que atuou em 3 campanhas do PT, é preso com a mulher” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.); “Atuei no sítio a pedido da Odebrecht, diz engenheiro” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 25/02/16 “Odebrecht pagou caixa 2, diz mulher de João Santana” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.); “Lava Jato apura elo entre marqueteiro, lobista, campanha de 2014 e petrolão” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.); “Empreiteira admite ligação com obras de sítio de Atibaia” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 26/02/16 “Marqueteiro de Dilma diz não saber origem dos recursos recebidos” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);

- 27/02/16 “Lava Jato diz que Odebrecht pagou marqueteiro no país / Para Polícia Federal, João Santana recebeu R\$ 4 mi durante campanha de Dilma” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.); “Lula afirma que Bumlai ofertou obra em sítio; pecuarista nega” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 28/02/16 “Maioria avalia que Lula foi favorecido pro empreiteiras / Brasileiros veem ‘toma lá, dá cá’ em reformas de imóveis ligados ao ex-presidente, constata pesquisa da Datafolha” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.); “Ex-presidente se defende e diz que acabou ‘paz e amor’” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.); “Lula prioriza sua defesa e põe Dilma em segundo plano” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.); “Imóveis ligados a Lula sugerem lavagem, dizem procuradores” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.); “Só ditadura escolhe acusados, afirmam advogados de Lula” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 03/03/16 “Ex-presidente da OAS decide virar delator e citará Lula” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.); “Gestão Haddad atrasa entrega de material escolar” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 04/03/16 “Moro decreta prisão preventiva de João Santana” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 08/03/16 “Elo entre Odebrecht e marqueteiro do PT coopera na Lava Jato / Secretária pode esclarecer se pagamentos têm relação com campanha petista; empresa nega ter atuado no petrolão” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 10/03/16 “Procuradoria de SP denuncia Lula por triplex em Guarujá / Ex-presidente é acusado de falsidade ideológica e ocultar patrimônio; defesa vê parcialidade no caso” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 11/03/16 “Promotoria de SP pede prisão de Lula / Petista ameaça investigação sobre triplex, diz acusação; defesa critica parcialidade de especialistas veem fragilidade na ação” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.); “Ex-presidente diz ter sido convidado para pasta que quiser” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 12/03/16 “Odebrecht cedeu 16 funcionários para obra em sítio” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);

- 13/03/16 “76% dos leitores aprovam prisão coercitiva de Lula” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 16/03/16 “Janot chancelou a divulgação das gravações de Lula” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 20/03/16 “Rejeição de Lula atinge recorde; para 68%, ele aceitou cargo por foro” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 21/03/16 “Defesa de Lula tenta derrubar decisão de Gilmar Mendes” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 22/03/16 “PF acha na casa de Lula 130 recibos de reforma de sítio” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 28/03/16 “Dona da agência ligada ao PT fecha acordo de delação” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 29/03/16 “João Santana é denunciado pela procuradoria” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 01/04/16 “Mulher de Lula é ‘VIP’ em planilha de construtora sobre prédio do triplex” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 02/04/16 “Prisões da Lava Jato ligam o petrolão ao caso Celso Daniel / Força tarefa apura se PT usou esquema para encobrir morte do prefeito; sigla não comenta” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 03/04/16 “Empreiteira bancou regalias para presos na Lava Jato, diz testemunha” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 09/04/16 “Em depoimento, Lula nega ter atuado para obstruir Lava Jato” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 16/04/16 “Empreiteiro diz que PT cobrou propina após ajuda de Lula” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 11/05/16 “Delcídio do Amaral, ex-PT, é cassado por 74 votos a zero” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 12/05/16 “PT diz que votará contra todos os projetos de novo governo” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 21/05/16 “Empresário ligado à Lula é investigado em ação da PF” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 11/06/16 “Procurador defende que Lula seja julgado por Moro” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);

- 13/06/16 “Petistas presos sugerem acordo de leniência para o partido” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
- 24/06/16 “Ex-ministro de Lula e Dilma é preso pela PF” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
- 30/06/16 “STF considera prisão ilegal e solta ex-ministro do PT / Decisão preventiva pode representar punição antecipada, critica Dias Toffoli” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
- 01/07/16 “PF aponta desvios de R\$ 370 mi em obras viárias e da PAN-07 / Segundo investigação, construtora Delta fez repasses a empresas de fachada nas gestões Lula e Dilma” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 03/07/16 “OAS teve obra de R\$ 1 bi com ajuda de Lula, diz mensagem” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 15/07/16 “Marqueteiro João Santana vai fazer delação” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 27/07/16 “Haddad nega caixa 2 e diz não responder por atos de Vaccari, preso na Lava Jato” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 29/07/16 “Lula orientou empreiteira em reforma de sítio, diz PF / Segundo laudo, obra paga pela OAS custou R\$ 1,2 mi; ex-presidente não comenta” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 30/07/16 “Lula se torna réu sob acusação de tentar sabotar a Lava Jato / Ex-presidente nega ter atuado contra a operação e afirma que sua inocência será reconhecida” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 02/08/16 “Marqueteiro do PT é solto por Moro sob fiança de R\$ 31,5 mi / Valor corresponde ao total encontrado em contas de João Santana e sua mulher, também solta; casal negocia delação” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.); “Lula diz ter falado com Delcídio sobre Operação Lava Jato” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
- 27/08/16 “Lula e mulher são indiciados em caso de triplex” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
- 29/08/16 “Receita aponta desvio e retira isenção de Instituto Lula / Fisco decide aplicar multa milionária; entidade diz não ter sido notificada” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);

Os títulos que apresentam narrativas sobrepostas à descrita acima já foram analisados nos subcapítulos anteriores.

5.6 A LEGITIMIDADE DO PROCESSO EM SI/DO RITO NO CONGRESSO

Como observamos nos subcapítulos anteriores, todas as imagens e narrativas apresentadas são formadas por títulos que sugerem imagens simbólicas que de uma maneira ou outra corroboram com a legitimação do golpe que depôs Dilma Rousseff da presidência da República.

A diferença deste subcapítulo em comparação aos anteriores e aos próximos é que as imagens simbólicas analisadas aqui formam uma narrativa onde a centralidade é a *legitimação* do golpe. Isso não quer dizer que os títulos apresentados nas páginas seguintes não sejam capazes de indicar, sugerir ou evocar imagens simbólicas que corroborem com outras narrativas. Quase, se não todos, o fazem, como é o caso do título publicado no dia 13 de dezembro de 2015: “Grupos contra Dilma vão às ruas hoje em 25 capitais” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.), que claramente sugere uma imagem-simbólica de polarização e insatisfação popular, pertencentes à narrativa de crise social. Ainda assim, dentro da narrativa identificada a partir do contexto e da sucessão de acontecimentos publicados nos títulos das capas da FDSP, a imagem simbólica que se destaca é a de que existe uma legitimidade no golpe advinda do desejo popular. Em outras palavras, o texto indica o desejo da população e sua vontade de ver Dilma retirada do poder. Até mesmo poder-se-ia dizer que a imagem simbólica evocada por este título sugere que a deposição de Dilma é tão legítima quando o processo eleitoral que a reelegeu.

A legitimação pela sociedade civil é uma das duas imagens simbólicas que se destacam na primeira parte deste subcapítulo, que vai até a edição do dia 17 de abril de 2016, um dia antes de publicação do resultado da votação na Câmara dos Deputados do parecer da Comissão Especial da Casa. A outra imagem simbólica é a denúncia das ações da presidente em tentar escapar da sua cassação e/ou que justificam sua cassação.

A segunda parte, do dia 18 de abril em diante, as imagens simbólicas que se destacam são as que promovem a legitimação do processo de deposição em si; a legitimação deste processo por personagens que acarretam uma carga simbólica institucional, como políticos, órgãos, associações e entidades; e, por último, as imagens simbólicas que promovem e reiteram a legalidade e legitimidade do governo

encabeçado por Michel Temer.

Todos os títulos que apresentam imagens simbólicas de legitimação social do golpe foram publicados antes da votação na Câmara dos Deputados. Em dezembro de 2015, depois de dezenas de manifestações e acampamentos ao longo do ano que pediam, entre outras coisas, a renúncia de Dilma da presidência, os ânimos pareciam ter acalmado um pouco depois que Cunha acatou ao pedido oferecido à casa pelo procurador de justiça Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal (LEIA, 2015), como indica a sequência de títulos publicados nos dias 14 e 17 de dezembro de 2015: “40 mil se reúnem no menor protesto anti-Dilma em SP / Adesão diminui após deflagração do impeachment” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.) e “Ato pró-Dilma reúne 55 mil na Paulista, afirma Datafolha” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.). Ao se aproximar da data prevista para votação, no entanto, a corrente parecia voltar a correr contra a presidente, quando, no dia 06 de março de 2016, “Empresários antes neutros agora querem saída de Dilma” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.). As imagens simbólicas indicam que os setores da camada civil estavam pressionando seus representantes no Poder Legislativo e que suas demandas pareciam surtir efeito. No dia 14 de março de 2016 um título dizia que “Ato pode acelerar impeachment, diz vice-líder do PMDB” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.). A população pedia o golpe e o queria já.

Os dados divulgados pelo instituto de pesquisa do FDSP e publicados nas capas apresentaram as imagens simbólicas que confirmavam a legitimidade do golpe como desejo da maioria da população: no dia 20 de março de 2016, mostrava que “68% defendem impeachment / Segundo Datafolha, apoio dos eleitores do país ao impedimento da presidente subiu oito pontos desde fevereiro” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.), enquanto que, no dia 10 de abril de 2016, apenas sete dias antes da votação na Câmara dos Deputados, “61% defendem impeachment de Dilma, e 58%, de Temer / Apoio à deposição da presidente era de 68% em março; 60% querem hoje a renúncia de ambos” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.). Por mais que não fosse unânime - e obviamente não seria porque o Brasil estava rachado, polarizado e dividido -, a instituição federal responsável por representar as mais diversas camadas da população tinham a diretriz daqueles representava e, mais que tudo, sua legitimação.

Paralelamente aos movimentos no Congresso e nas ruas, “Dilma já prepara

ação no STF contra impeachment / Para governo, ação que tramita na Câmara não possui 'base legal'" (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.) dizia a manchete do dia 22 de março de 2016, sugerindo uma imagem simbólica em tom de denúncia de que a presidente não estava disposta a ser entregue à justiça.

O mesmo tom incriminatório que sugere culpa aparece no dia 06 de abril, quando a manchete "Pedalada fiscal dispara com Dilma, revela dados do BC / Uso da prática, que embasa o pedido de impeachment, se intensifica a partir de 2009" (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.) aparece na capa da FDSP.

O último título a apresentar esse sentido de denúncia foi publicado no dia 17 de abril de 2016 – o dia da votação na Câmara do Deputados -, e dizia: "7 pecados da presidente" (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.), acompanhado de um texto auxiliar que chamada para uma entrevista em que cada um dos pecados era explicado. Para além da sugestão de transgressão moral explícita na imagem simbólica que o título evoca, ainda há um viés de trânsito em julgado, Dilma é pecadora porque tem culpa.

O único título publicado depois da votação da Casa presidida por Cunha que corrobora com essa imagem simbólica foi publicado no dia 24 de abril, uma semana depois do resultado ter sido publicado na FDSP, e diz: "Presidente quer adiantar o reajuste do Bolsa Família", (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.) sugerindo que, nos 48 minutos do segundo tempo da partida, a presidente ainda tenta emplacar uma última medida, um último canetaço.

Aparecendo majoritariamente depois da votação na Câmara dos Deputados, os títulos que sugerem a legitimidade do processo em si também estão presentes nas capas da FDSP publicadas antes daquele dia, como no dia 5 de dezembro de 2015, dois dias depois de Cunha acatar o pedido de afastamento da presidente: "Pedido é legítimo, apesar de não ter sido enviado por Cunha" (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.). A sugestão da imagem neste caso é explícita.

Ainda em dezembro, outra imagem simbólica que aparece na narrativa de legitimação do golpe aparece: a legitimação por personagens institucionais. No dia 11 daquele mês, "Com aval de FHC, PSDB se posiciona pelo impeachment" (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.). O partido que historicamente fez oposição ao PT e que quase venceu as eleições anteriores levanta a bandeira e deixa claro qual a sua posição sobre o assunto. Mas são os títulos que apresentam a sugestão simbólica da legitimação do processo em si que aumenta ao aproximar da data da

votação.

No dia 08 de março de 2016 foi publicado “STF se manifesta e destrava rito do impeachment” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.), reforçando a imagem de legalidade e legitimidade – não haveria problemas com tudo ocorrendo dentro do rito proposto. As imagens simbólicas que legitimam o golpe a partir da posição de entidades e instituições voltam a aparecer em março. No dia 19 daquele mês, a FDSP publica na capa afirmando que a “OAB vai apoiar impeachment da presidente Dilma” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.). No dia 29, de fato, a “OAB faz pedido de afastamento sereno e claro” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.). Não apenas uma das entidades mais antigas e respeitadas do país, a Ordem dos Advogados do Brasil é uma instituição que observa e ajuda na regulamentação jurídica do país. A sugestão de imagem simbólica nestes títulos é clara: quem é qualquer pessoa pra duvidar da legitimidade do processo de deposição de Dilma? Ainda mais quando poucos dias antes, no dia 24 de março, um “Ex-presidente do STF diz que impeachment não é golpe” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.). Não restam dúvidas, portanto, do caráter constitucional do golpe.

A narrativa segue: no dia 07 de abril é publicado que o “Relator de pedido de impeachment vê crime de responsabilidade” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.) e, no dia seguinte, 08 de abril, a folha publica a manchete: “60% da Câmara se diz favorável ao impeachment / segundo projeção do Datafolha, 308 deputados votariam contra Dilma, 43% a mais que no último levantamento” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.), indicando imagens simbólicas que, dentro da narrativa, vai ao encontro das expectativas da população apresentadas acima.

No último passo do rito antes da votação noticiado, a FDSP apresenta a manchete no dia 12 de abril: “Impeachment avança em comissão, por 38 votos a 27 / Se proporção de 58% se repetir no plenário, processo será arquivado” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.). Ainda que a manchete anterior tenha apresentado sentidos de certeza do resultado, neste o benefício da dúvida de que não se o seguimento do processo será aprovado ou não sugere uma imagem simbólica de seguimento à regra e à ordem do rito – praticamente anulando algumas narrativas anteriores, especialmente à que apresenta a política como um jogo sujo.

Em caixa alta e ocupando de borda a borda da folha tamanho *standart*, a manchete do dia 18 de abril traz apenas uma palavra em destaque: “IMPEACHMENT! / Câmara autoriza processo contra Dilma Rousseff; Planalto diz que lutará até o fim, e

Temer fala em ‘grande responsabilidade’ (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.). Por mais que na legenda ainda apareçam sugestões de imagens simbólicas de outras narrativas, como a do embate político quando o “Planalto diz que lutará até o fim”, um sentido se destaca nesta peça da narrativa: a validade e legitimidade do processo, do rito, do golpe.

Os títulos que seguem propõem o mesmo viés e sugestão simbólica: uma legitimidade inerente ao processo, ao mesmo tempo inquestionável e inevitável, apresentando os acontecimentos quase como um processo burocrático. Ritualístico, cotidiano.

- 19/04/16 “Afastamento deve ser votado até 11 de maio, diz Renan” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 05/05/16 “Relator de ação no Senado pede afastamento da presidente” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 07/05/16 “Comissão do Senado aprova relatório pró-impeachment” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 11/05/16 “Senado deve afastar Dilma; Governo recorre ao Supremo / Ao menos 50 dos 81 senadores apoiarão o impeachment, segundo levantamento da Folha; Temer prepara pronunciamento” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 12/05/16 “STF nega recurso de Dilma para barrar processo impeachment” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 03/06/16 “Comissão reduz para 20 dias prazo para votação de impeachment” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
- 07/06/16 “Comissão do Senado desiste de acelerar o impeachment / Temer suspende verbas destinados a aliados de Dilma; votação deve ser em agosto” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
- 03/08/16 “Renan acelera impeachment depois de sofrer pressão de Temer / Relator do caso de crime de responsabilidade de Dilma, que nega acusações” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
- 10/08/16 “Senado torna Dilma ré em processo de impeachment / Votação por 29 a 21 indica que presidente deve ser afastada em definitivo” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
- 31/08/16 “Senado tem maioria para cassar Dilma; Temer já prepara a posse /

Presidente interino planeja pronunciamento em rede nacional antes de viajar à China para reunião do G20” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.).

Mesmo as imagens simbólicas que evocam a legitimidade do processo a partir personagens institucionais mais tímidas ou indiretas apresentam o principal denominador comum deste viés: Dilma precisa ser afastada do cargo. A solução apresentada foi a de antecipar as eleições e abandonar os desgastes políticos que um processo de deposição acarreta. Mudar o meio, mas manter o fim. De uma maneira o outra, golpe.

Esse desvio de sentido que reforça a imagem simbólica pode ser identificado nos seguintes títulos:

- 05/04/16 “Bloco de senadores defende antecipar pleito presidencial” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 06/04/16 “Sigla de Marina Silva defende novas eleições; Aécio é contra” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 22/04/16 “Senador propõe novas eleições para evitar confronto” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.).

De maneira similar à imagem simbólica que sugeria de maneira direta a legitimidade do processo, a construção da imagem simbólica aqui apresentada utiliza da legitimidade das instituições que os personagens fazem parte, representam, ou da própria instituição, pra conferir legitimidade ao golpe, como é caso do título publicado no dia 23 de abril de 2016, que diz que a “Mídia estrangeira não vê ‘golpe’, mas critica impeachment” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.), em que a instituição abstrata “mídia estrangeira”, por mais que seja crítica, não identifica no processo algo que o caracterize como golpe. Uma análise mais profunda ainda poderia sugerir que o uso de “mídia estrangeira” e a posição em que é apresentada no título remeteria ao discurso mitológico brasileiro de “viralatismo” em que tudo que é estrangeiro é invariavelmente melhor ou, neste caso, portador de sobriedade, seriedade e compromisso com a verdade.

Os títulos que também sugerem este viés de sentido em suas imagens simbólicas são os seguintes:

- 25/04/16 “39 dos 81 senadores dizem apoiar a saída definitiva de Dilma” (Folha

- de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 02/05/16 “Senadores votaram por gasto extra e são pró-impeachment” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 12/05/16 “Aécio diz que PSDB irá ‘correr os riscos’ e apoiar nova gestão” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 23/08/16 “Dos 81 senadores, 48 declaram apoio ao impeachment” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
 - 25/08/16 “Temer diz já ter os votos para o impeachment de Dilma / Senado inicia nesta quinta (25) julgamento da petista, que pode ser cassada” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.).

A imagem simbólica mais predominante após a votação na Câmara dos Deputados no dia 17 de abril é também a que é sugerida de maneira mais indireta na construção da narrativa de legitimação do golpe. Enquanto as primeiras legitimam o próprio processo e a descrita acima o faz a partir da legitimidade dos personagens e das instituições que cita, a que analisaremos abaixo o faz de modo implícito no discurso.

O primeiro título a apresentá-la de maneira mais sólida foi publicado no dia 28 de abril de 2016: “Temer propõe bônus desempenho para professores do país / Em plano de eventual governo, vice-presidente sugere também uma reestruturação curricular do ensino médio” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.). Ainda que neste momento, apenas 12 dias depois da votação, Dilma não estivesse temporariamente afastada do cargo o Temer só fosse se tornar presidente interino em maio, a imagem simbólica sugerida pela manchete indica um governo propositivo, com programa, consolidado e legítimo. Ou seja, o governo Dilma e a própria presidente já são águas passadas. O golpe consolidado antes mesmo de acabar. As imagens simbólicas que sugerem Temer e seu governo interino como o um chefe de Estado e governo estabelecidos são imagens que consolidam o sentido de legitimidade do golpe em narrativa.

Sugestões desta imagem simbólica aparecem ainda antes da votação, nos dias 22 de março, no título “Vice monta equipe de economistas para elaborar programa” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.), e 12 de abril, no título “Em áudio, Temer faz plano de governo”. (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.) E mesmo depois, ainda foram necessárias algumas edições até as imagens simbólicas

começarem a sugerir a solidez de Temer e seu governo.

Os títulos que compõe esse período intermediário foram publicados nos dias 21, 25 e 26 de abril: “Temer troca DF por SP para formar eventual governo”; (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.) “Temer é contra o aumento dos impostos, diz Skaf, da Fiesp”; (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.) “PSDB precisa participar da gestão Temer, defende FHC / Apoio ao impeachment torna tucanos responsáveis pelo pós-Dilma, diz ex-presidente” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.), onde as imagens simbólicas apresentam uma defesa de Temer, como no caso do título do dia 25, ou negociações e disputas por fatias do poder no momento no governo interino. Ainda assim, como mostra a legenda da manchete publicada no dia 26, a existência de um eventual “pós-Dilma” já era uma certeza.

Os títulos listados a seguir sugerem a imagem simbólica de legitimidade do golpe através da consolidação de um “governo Temer” antes do processo de deposição no Congresso chegar ao fim:

- 29/04/16 “Em aceno ao PSDB, Temer nega candidatura em 2018 / Vice estuda oferecer a José Serra pasta que reúna diplomacia e comércio exterior” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 01/05/16 “Temer deve ter base capaz de alterar a constituição / Negociação de cargos e verbas por apoio a eventual governo, porém, já causa atritos” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 04/05/16 “Temer apoiará empresas aéreas com 100% de capital externo” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 05/05/16 “Michel Temer busca mulheres para ministério” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 12/05/16 “Temer alterará governo para priorizar comércio exterior / Ao assumir, vice comandará principal órgão de formulação de políticas do setor” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 17/05/16 “Tamanho do SUS precisa ser revisto, diz ministro / Para Ricardo Barros (Saúde), país não será capaz de sustentar todos os direitos” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.); “Após críticas, Temer escolhe mulher para chefiar o BNDS” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 19/05/16 “Serra diz que novos acordos bilaterais são prioridade / Em primeiro discurso como chanceler, tucano critica ‘penúria’ do Itamaraty” (Folha de São

- Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 22/05/16 “Temer recria pasta de Cultura após pressão de artistas / Presidente interino recua de decisão cujo objetivo era cortar despesas; ex-secretário do rio será novo ministro” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 23/05/16 “Temer quer pacote positivo para compensar corte de gastos” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 02/06/16 “Com aval de Temer, câmara autoriza gasto de R\$ 58 bi” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 06/06/16 “Quem estiver na Lava Jato vai ter que sair do Governo” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 16/06/16 “Interino propõe congelar gastos por pelo menos 9 anos” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 20/06/16 “Temer vai cobrar contrapartida para socorrer estados” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 25/06/16 “Temer defende redução de juros ainda este ano” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 29/06/16 “Temer adia mudanças no INSS por falta de consenso / Sob pressão, presidente decidiu também retardar sanção de leis para estatais” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.); “Temer recua e vetará 100% de capital externo no setor aéreo” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 04/07/16 “Governo pretende obter até R\$ 30 bi com privatizações / Sinal verde para início do programa de concessões, porém, depende da decisão final sobre o impeachment” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 05/07/16 “A empresários Temer fala em medidas amargas” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 07/07/16 “Governo desiste de general para presidir a Funai depois de repercussão” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.); “Plano de saúde popular aliviaria SUS, diz ministro” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 09/07/16 “Sucessão na Câmara abre racha na base de Temer” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 12/07/16 “Base do Temer se divide em 2 nomes para chefiar a Câmara” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.); “Governo quer criar estatal para

- aposta esportiva online” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 22/07/16 “Programa Mais Médicos não será permanente, afirma ministro” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 24/07/16 “Governo estuda regime único na nova previdência” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 27/07/16 “Demora no ajuste fiscal pode adiar ajuste de juros” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 31/07/16 “Aliados já discutem chances de interino se candidatar à reeleição em 2018” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 02/08/16 “Alta de impostos pode ser definida no final de agosto” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
 - 04/08/16 “Presidente defende concessões feitas a dívidas estaduais” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
 - 07/08/16 “Governo planeja poupar militares em mudanças na previdência” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
 - 09/08/16 “Proposta da gestão Temer limita gasto dos Estados / Governo quer restringir reajustes, mas desiste de cortar despesas com servidores” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.); “Planalto aposta até 60 votos no Senado para tornar Dilma ré” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
 - 10/08/16 “Governo Temer recua de limite a gastos estaduais” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
 - 11/08/16 “Planalto culpa erros de Meirelles recuo no Congresso” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
 - 24/08/16 “Temer faz ofensiva para evitar recuo de senadores do NE” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.).

Além dos títulos que apresentam narrativas sobrepostas que apresentam imagens simbólicas que compõem a narrativa de legitimação do golpe analisados nos subcapítulos anteriores, quatro outras manchetes também o fazem. Todas elas sugerem imagens simbólicas que correspondem à narrativa que apresenta a relação da justiça com a classe política em geral ao longo da tramitação do processo no Congresso, que analisaremos no próximo subcapítulo. Duas delas ainda apresentam sugestões de imagens simbólicas que compõe a narrativa de derrocada do governo

interino, que aprofundaremos no último subcapítulo desta análise.

As manchetes publicadas nos dias 13 e 23 de maio de 2016, que trazem “Temer assume e defende reformas e gasto social / *Afastada pelo Senado por 55 votos a 22, Dilma afirma que resistirá até o julgamento *Interino exalta Lava Jato e fala em governo de ‘salvação nacional’ *Paulista de 75 anos é o 41º e o mais velho a chegar ao cargo” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.) e “Em gravação, Jucá sugere pacto para deter Lava Jato / Conversas com aliado investigado foram em março; advogado diz que não houve interferência” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.), ao sobrepor imagens simbólicas que podem indicar contradição - um novo governo estabelecido e legítimo com que associa os políticos à casos de corrupção, denúncias e julgamentos na justiça - aparece a sugestão de um começo do fim da exaltação de um “pós-Dilma”, como as imagens simbólicas deste subcapítulo indicavam.

Esta leitura dos sentidos sugeridos pela sobreposição destas narrativas é corroborada com as outras duas, publicadas nos dias 24 de maio de 2016 - “Áudio derruba Jucá do ministério no 12º dia da gestão de Michel Temer / Em gravação revelada pela Folha, titular do Planejamento sugere pacto para controlar Lava Jato; Governo já busca sucessor” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.) - e 12 de junho de 2016 - “‘É uma guerra’, diz Temer após um mês de governo / À folha presidente fala sobre avanços na sua gestão, apesar da crise e da Lava Jato” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.) - em que, ainda que o governo Temer já apareça afetado e até mesmo fragilizado por denúncias de corrupção de políticos em seu governo, ele ainda é o governo.

5.7 A JUSTIÇA E A CLASSE POLÍTICA

Como vimos no segundo capítulo desta pesquisa, a Operação Lava Jato teve com a mídia hegemônica brasileira uma relação de mutualismo, com cronogramas de denúncias e vazamentos combinados. Por mais que não fosse a única operação ou investigação no sentido mais geral a afetar políticos, essa relação com os principais meios de comunicação do país lhe renderam um espaço e um volume privilegiado nos noticiários. Assim, não é de que os títulos que apresentem imagens simbólicas sobre a relação de políticos com a justiça publicados nas capas da FDSP sejam em sua grande maioria relacionados à Operação de uma maneira ou outra.

Indiferente de qual investigação ou operação pertença o caso noticiado, há

algumas sugestões de sentido que são sugeridos ao longo de todas as edições que compõem esta análise: a corrupção é generalizada e atravessa todas as camadas da sociedade brasileira, mas especialmente a política.

Em muitos pontos as imagens simbólicas que fazem parte desta narrativa tangenciam a narrativa analisada no primeiro subcapítulo, o da política como jogo sujo. O que as diferencia é que, enquanto aquela apresenta relações e disputas *entre* os políticos, especialmente contra o Partido dos Trabalhadores, esta apresenta imagens-simbólicas que sugerem disputas entre a classe política, mas também empresarial, contra o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Federal, estes três juntos no caso da Operação Lava Jato, das denúncias da Procuradoria Geral da República - enfim, da justiça nas suas diversas formas dentro do Estado.

A sugestão destas imagens simbólicas pode ser constatada nos seguintes títulos, separados dos que falam sobre acontecimentos relacionados à Operação Lava Jato:

- 07/01/16 “Patrimônio de Cunha cresceu além da renda, indica Receita / Alta incompatível de deputado e família foi de R\$ 1,4 milhão em 4 anos, ele nega” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
- 09/01/16 “Ganho de Cunha é mais raro que acertar na loteria, diz procuradoria” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.); “Menções a Jaques Wagner põe fim à calmaria” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
- 04/02/16 “Supremo julgará se Renan será alvo de processo penal” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 18/02/16 “STF autoriza prisão de réu antes do fim do processo / Condenado pode ir à cadeia depois da decisão em 2ª instância, define tribunal” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 21/02/16 “Decisão do STF deve estimular novas delações” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 03/03/16 “Para maioria do Supremo, Cunha deve se tornar réu / Para Janot, deputado atuou em ‘propinolândia’; deputado diz não haver provas” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 09/03/16 “Laudos atestam fraude em tentativa de salvar Cunha” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 08/04/16 “Cunha deve pagar R\$ 1 mi em multa, conclui parecer do BC” (Folha

- de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 23/04/16 “Democracia do país funcionou na farofa da Câmara” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 27/04/16 “Lobista afirma na Câmara que levou propina à Cunha” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.); “Cunha recebeu R\$ 52 milhões em propina, diz ex-vice da Caixa” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
 - 16/05/16 “Procuradoria não é poder absoluto, diz novo ministro / Titular da Justiça, Alexandre de Moraes afirma que o governo poderá alterar o processo de escolha do procurador-geral da República” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 19/05/16 “Líder do governo é suspeito por tentativa de homicídio a vigia” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 01/06/16 “STF mantém 138 investigações em alto grau de sigilo” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 18/06/16 “Janot vê indícios de propina para ministro Mendonça Filho” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 19/06/16 “Procuradoria denúncia ao STF o ex-ministro Henrique Alves” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 10/07/16 “Janot pede de Cunha de volta R\$ 299 bi aos cofres públicos” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 14/07/16 “Gerdau perde disputa de R\$ 4 bi com a Fazenda” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 28/07/16 “Contratação sem licitação somam R\$ 233 mi” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.).

Nos títulos que noticiam acontecimentos relacionados à Operação Lava Jato as disputas sugeridas pelas imagens simbólicas começam a ter novos vieses. Além do viés de denúncia de práticas criminosas por políticos e empresários que atravessa toda a narrativa, aparecem também sugestões de imagens simbólicas que indicam disputas mesmo entre instituições de justiça, como no caso do título publicado no dia 23 de março de 2016: “Teori manda Moro devolver apuração sobre Lula ao Supremo” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.), sugerindo à narrativa que o controle das investigações era, na verdade, controle sobre o que seria denunciado e,

talvez mais importante, quando.

Nessa queda de braço, a Lava Jato era apresentada como o a pior das opções para alguém com culpa no cartório. As imagens simbólicas sugeridas nos títulos indicam que, com a Lava Jato, não só a justiça como a pena são garantidas, como mostra a matéria do dia 09 de maio de 2016: “Regras para quem usa tornozeleiras são descumpridas; Lava Jato é exceção” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.). No meio da politicagem e do jogo sujo, a Operação era a baliza da justiça, usada até mesmo como chantagem, como indica o título publicado no dia 22 de fevereiro de 2016: “Delcídio ameaça entregar colegas caso seja cassado / Se perder mandato, ex-presidente do Senado fica sem foro privilegiado” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.).

Este viés ainda é reforçado ao se aproximar da narrativa que apresenta a política como um jogo sujo, como nos dias 26 e 27 de maio de 2016: “Sarney fala em ajudar a investigação em gravação / ‘Sem meter advogado no meio’, disse o ex-presidente à Machado, alvo da Lava Jato” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.) e “Em áudios, Sarney e Renan discutem como influenciar a Lava Jato” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.), respectivamente. A narrativa proposta pela sequência de títulos em que na primeira Sarney se oferece para ajudar as investigações, desde que não envolva advogados, é seguida pela denúncia de que ele estaria, na verdade, tentando intervir na operação.

O caráter simbólico sugerido é o de que os políticos e empresários temem a Operação Lava Jato. É o que justificaria as tentativas de enfraquecê-la noticiadas na capa do jornal paulista em 2016, especialmente antes da votação na Câmara dos Deputados, como nos títulos dos dias 05 de janeiro “Lava Jato será afetada por cortes de gasto na PF, dizem delegados” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.); 19 de janeiro “Para advogados de Marcelo Odebrecht, Juiz Moro é parcial” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.); “Lava Jato deixou de gravar pelo menos três depoimentos” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.); 20 de janeiro “Pedidos de defesa tentam só atrasar a Lava Jato, afirma Moro em despacho” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.); 24 de janeiro “Carta contra Lava Jato foi articulada por empreiteira” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.); 20 de fevereiro “Supremo arquiva investigação sobre Aécio na Lava Jato” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.); e a sequência publicada nos dias 19 e 21 de março: “Equipe da PF será trocada se houver cheiro de vazamento” (Folha de São

Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.) e “Planalto prepara troca na direção da Polícia Federal / Após escuta, ministro da Justiça busca nome para substituir Leandro Daiello” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.).

Ainda assim, a Operação seguia de vento em popa no que parecia ser um mar-sem-fim de corrupção. Por mais que sejam poucos os títulos que o citem nominalmente, a imagem simbólica apresentada de Sérgio Moro indicava que não tinha medo de ir aos limites do ofício para levar criminosos à justiça, como sugere a manchete do dia 11 de fevereiro de 2016: “Juiz Moro considera válida prova suíça contra Odebrecht / Segundo decisão, papéis foram obtidos em trâmite irregular, mas não ilícito; medida ‘rasga a constituição’, diz advogada” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.), e, ainda que fosse criticado ou até mesmo atacado, no fim das contas ele encontrava indícios e provas de “o que todo mundo sabia”, como no título do dia 16 de fevereiro de 2016 apresenta: “Moro diz estar comprovado elo do petrolão com doações” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.).

Como vimos no subcapítulo 5.3, onde analisamos as imagens simbólicas que constituem a narrativa de crise social, o juiz de Curitiba era aclamado nas ruas e manifestações como herói nacional. Mas não só porque ele prometia o que aqueles manifestantes pediam – o fim da corrupção - mas também porque, quando errava, humildemente reconhecia e pedia desculpas, como foi noticiado no dia 30 de março de 2016: “Moro se desculpa pela polêmica dos grampos de Lula” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.). Em nenhum título desta pesquisa aparece qualquer imagem simbólica que tenha sugerido a possibilidade do vazamento de áudios adquiridos por grampos ilegais de Lula tenha acontecido de maneira calculada ou que tenha sido motivada por interesses privados.

Os títulos que mencionam direta ou indiretamente a Lava Jato e que compõem a narrativa de imagens simbólicas sobre a relação da justiça com políticos e empresários apresentam uma arena de disputas mais complexas e com diferentes vieses. Ainda assim, a narrativa é clara: a justiça, que tem como seu principal símbolo a Lava Jato, avançava de maneira fria e calculista e em um passo de cada vez em direção à irradicação da corrupção que, segundo a narrativa de crise econômica, é pior que o país atravessava em muito tempo. Apesar dos vícios do sistema brasileiro, da politicagem e do jogo sujo, avançava.

Os títulos que apresentam as imagens simbólicas que compõem essa narrativa são os seguintes:

- 16/12/15 “Operação da PF atinge 2 ministros e Cunha agrava crise com PMDB / Lava Jato apura se presidente da Câmara, que alega inocência, obstruiu a investigação; Reação de Renan preocupa Planalto” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 17/12/15 “Cerveró afirma que pagou R\$ 6 mi para Renan e Jader Barbalho” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 19/12/15 “Em mensagem, empreiteiro cita repasse a Temer de R\$ 5 milhões” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 31/12/15 “Delator diz ter levado R\$ 1 mi a Renan Calheiros” (Folha de São Paulo. São Paulo: dez. 2015. Capa.);
- 02/01/16 “Pacote do MPF anticorrupção recebe o apoio de 1,2 milhão”; (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
- 14/01/16 “Ex-OAS, assessor Wagner licitou obra ganha pela OAS / empreiteira venceu projeto de R\$ 584 milhões quando ministro governada BA” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.); “Mudança de lei amplia acesso de advogados a investigações” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
- 17/01/16 “Lava Jato mira em partidos e comunicação da Petrobras” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
- 18/01/16 “Somadas, penas de 13 delatores não chegam a 7 anos” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
- 19/01/16 “Empresa nega ter qualquer elo com reforma do imóvel” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
- 27/01/16 “Delator muda versão e isenta José Dirceu ao depor na justiça” (Folha de São Paulo. São Paulo: jan. 2016. Capa.);
- 10/02/16 “Ex-ministro fez lobby para liberar obras, diz delator / Dono da UTC cita Manoel Dias em casos de projetos para Petrobras” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 23/02/16 “Lula deve ser investigado por possíveis crimes, diz PF” (Folha de São Paulo. São Paulo: fev. 2016. Capa.);
- 01/03/16 “Marcelo Odebrecht dá sinal verde para acordos de delação de executivos” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 02/03/16 “Conselho de Ética mantém processo para cassar Cunha” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);

- 03/03/16 “Odebrecht critica Lava Jato e pede para ser absolvido” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 09/03/16 “Marcelo Odebrecht recebe pena 19 anos de prisão / Defesa vai recorrer e diz que condenação por corrupção e lavagem não tem base” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.); “Condenado desde 2006, ex-senador Luiz Estevão é preso” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.); “Delcídio menciona Renan e Aécio em delação premiada”; Delcídio menciona Renan e Aécio em delação premiada” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 16/03/16 “Senador implica também Temer, Renan, Estevez” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.); “Operação mira em Aécio após ele ser mencionado em delação” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.); Moro passa a ser o responsável pelo processo de filha de mulher de Cunha” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 23/03/16 “Odebrecht sofre devassa da PF; empresa decide fazer delação / Grupo tinha setor de propinas, diz Lava Jato; preso há meses, Marcelo Odebrecht aceita falar” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 24/03/16 “Planilhas da Odebrecht citam 316 políticos de 24 partidos / Não é possível definir se repasses em documentos apreendidos foram feitos ou se constituem caixa 2” (Folha de São Paulo. São Paulo: mar. 2016. Capa.);
- 01/04/16 “Odebrecht vai vender bens para captar R\$ 12 bilhões / Valor é para ‘atravessar furacão’ que inclui a Lava Jato, diz presidente do grupo” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 04/04/16 “Contas secretas da Odebrecht são descobertas” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 08/04/16 “Segundo Andrade, propina de PT e PMDB foi de R\$ 150 mi” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 15/04/16 “Andrade pagou pesquisas na reeleição via caixa dois” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 19/04/16 “PF prende marido de deputada que foi elogiado em voto na Câmara” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 30/04/16 “Lava Jato passa a investigar 9 aliados de Cunha no caso do grupo Shahin” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.); “Moro aceita

- denúncias e torna réu ex-marqueiro do PT João Santana” (Folha de São Paulo. São Paulo: abr. 2016. Capa.);
- 09/05/16 “Andrade Gutierrez pede desculpas por malfeitos / Segunda maior empreiteira do país elogia Lava Jato e propõe licitações mais éticas” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 10/05/16 “Ex-ministro Guido Mantega é levado para depor na PF” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 19/05/16 “Moro condena José Dirceu a 23 de prisão por corrupção” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
 - 02/06/16 “Moro determina suspensão de ação contra Odebrecht” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 04/06/16 “Delator diz ter pago a Renan, Jucá e Sarney R\$ 70 milhões / De acordo com Sérgio Machado, propina foi desviada da Transpetro” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 05/06/16 “Delação da Odebrecht vai incitar Palocci e Mantega / Codinomes em planilhas de propina fariam alusão aos ex-ministros do PT; defesa vê ilação sem fundamento” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 07/06/16 “Delator afirma que Pimentel recebeu de empreiteiras” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 08/06/16 “Pedidos de prisão de Renan, Cunha, Jucá e Sarney geral atrito com STF / Vazamento do caso é crime, afirma ministro Gilmar Mendes; políticos do PMDB negam acusações de tentar obstruir a Lava Jato” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 09/06/16 “Cúpula do PMDB combinou versões de defesa, diz Janot / Para procurador, políticos planejavam maquiagem desvios; Renan, Sarney e Jucá negam” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 10/06/16 “Moro abre ação, e mulher de Cunha vira ré na Lava Jato” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 11/06/16 “Janot denuncia Cunha pela 3ª vez e nega ser justiceiro / Procurador rebate críticas após denúncia de vazamentos de pedidos de prisão dos líderes do PMDB” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 14/06/16 “Marina queria evitar elo com empreiteiras, diz sócio da OAS / Segundo Léo Pinheiro, isso motivou caixa 2 em 2010; ex-candidata nega”

- (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.); “Lava Jato pede cortes de direitos políticos de Cunha” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
- 15/06/16 “Decisão põe Cunha à beira da cassação / Conselho de ética aprova parece de deposição, e caso vai à plenário; defesa fala em ‘linchamento’ e falta de provas” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.); “STF nega pedido de Janot para prisão de Renan, Jucá e Sarney” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.); “Empresário vice de Marina nega caixa 2 em 2010” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 21/06/16 “Primeira presa na Lava Jato, doleira deixa cadeia no PR” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 22/06/16 “PF põe campanha de Campos sob suspeita de crimes” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 23/06/16 “Pela 2ª vez, Cunha se torna réu na Lava Jato / Decisão do Supremo agrava situação do deputado, que diz confiar na absolvição” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 26/06/16 “Sócio da OAS relata propina a assessor informal de Aécio / Léo Pinheiro diz ter pago R\$ 3 mil a obra no centro administrativo em MG; tucano nega acusação” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 27/06/16 “Procuradoria apura se Renan obteve propina no exterior” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);29/06/16 “Empresas desviaram R\$ 150 mi da Rouanet em 15 anos, diz PF” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
 - 01/07/16 “Empresário omite propina de R\$ 103 mi em declaração” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 02/07/16 “Operação da PF investiga empresários da JBS e Gol” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 03/07/16 “Acusado de lava dinheiro, dono da Delta é preso ao desembarcar no Rio” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 04/07/16 “Propina abastecia escola de Samba, diz Lava Jato” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 07/07/16 “Justiça afasta chefe da Termonuclear; PF prende antecessor / Almirante Othon Luiz da Silva, que já havia sido detido por outras denúncias, foi levado ao presídio Bangu 8” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016.

- Capa.); “Emílio Odebrecht admite que grupo cometeu erros” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
- 29/07/16 “Presidente do Bradesco e mais três executivos se tornam réus” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 31/07/16 “Delator relata suborno pelo comando da Embraer” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.);
 - 16/08/16 “Aloysio Nunes quer mudar regra para punir sua mulher, diz Lula” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
 - 23/08/16 “Sob pressão do STF, Janot rompe acordo de delação com a OAS / Ministros sugerem que vazamento de citações de Dias Toffoli foi feito por investigadores; procuradoria não comenta o caso” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.);
 - 24/08/16 “Gilmar ataca medida da Lava Jato; Janot defende Operação / Aceitar prova ilegal é ideia cretina, diz ministro do STF; procurador critica pressões” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.).

As manchetes que apresentem sobreposições com a narrativa da relação da justiça com políticos que ainda não foram analisadas são as que o fazem com a narrativa composta por imagens simbólicas que sugerem uma desestabilização do governo Temer.

Como veremos no próximo subcapítulo, ainda buscando uma estabilidade na sua base no Congresso e até mesmo no Executivo, o governo Temer começa a receber denúncias de que seus membros do alto escalão estão envolvidos em casos de corrupção. Os títulos listados a seguir associam diretamente a imagem de Temer e seu governo à narrativa de justiça *versus* políticos.

- 28/05/16 “Delator sugere ter ajudado Chalita a pedido de Temer” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 31/05/16 “Temer perde 2º ministro em 19 dias de governo / Fabiano Silveira (Transparência), que em gravações fez críticas à Lava Jato, se afasta” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.);
- 06/06/16 “Janot diz que ministro foi favorecido no Petrolão / Pela 1ª vez procurador-geral liga repasses a Henrique Alves (Turismo)” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);

- 16/06/16 “Delator envolve Temer e outros 24 políticos em esquema de propina / *Sérgio Machado diz que repassou recursos ilícitos a PMDB, PT, PSDB, PP, DEM, PV e PCDOB *Presidente interino, acusado de negociar propina nas eleições de 2012, nega ilegalidade” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.);
- 07/08/16 “Serra recebeu R\$ 22 milhões via caixa 2, diz Odebrecht / Ministro do governo Temer, tucano nega irregularidades nas eleições de 2010” (Folha de São Paulo. São Paulo: ago. 2016. Capa.).

5.8 TEMER NEM TÃO CONSOLIDADO ASSIM

O último subcapítulo desta análise apresenta, também, a última imagem simbólica a ser sugerida nas capas publicadas pela FDSP ao longo da tramitação do golpe no Congresso Nacional. A narrativa formada pela sequência de sugestões que essa imagem evoca dizem respeito a Temer e seu governo a partir do momento que o Senado determina o afastamento de Dilma da presidência.

Diferente da imagem simbólica proposta na narrativa de legitimação do golpe, quando foi reiterada o caráter legal e legítimo de seu governo, aqui, o até então vice-presidente começa a ser associado a sentidos negativos no dia 25 de maio de 2016, quando foi publicado o título “Com tapa na mesa, interino diz que ‘sabe governar’”; (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.) em que a imagem evocada é de um homem temperamental e despreparado, de “pavio curto”.

Além disso, no viés da moralidade, no dia 31 de julho de 2016, o título “Telegramas revelam viagens luxuosas de Temer como vice” (Folha de São Paulo. São Paulo: jul. 2016. Capa.) ainda sugere que o agora presidente, no meio das crises econômicas, social e política, esbanjava viagens luxuosas sem qualquer preocupação.

Além do Temer indivíduo, o seu governo que ainda nem tinha se estabilizado começou a mostrar rachaduras. No dia 27 de maio, depois de ceder às pressões das ocupações de prédios públicos por trabalhadores do setor cultural que exigiam a recriação do ministério da Cultura, a FDSP leva à capa o título “Brasil é exceção ao ter pasta exclusiva para cultura” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.), evocando a imagem de que o país estava sendo conduzido para um caminho heterodoxo e diferente daquele imaginado que Temer faria.

No dia 30 de maio, um título denunciava que “Atual ministro da transparência criticou a Lava Jato” (Folha de São Paulo. São Paulo: mai. 2016. Capa.). Como a imagem simbólica analisada no subcapítulo anterior apontou, só critica quem tem coisa a esconder. O então ministro da transparência, Fabiano Silveira, é exonerado do cargo no dia seguinte à publicação. Esse já era o segundo ministro do governo Temer ser retirado do governo. O primeiro havia sido Jucá, no dia 24 de maio, quando também teve áudio seu vazado, justamente o que áudio em que sugeria plano para controlar a Lava Jato.

E assim, no dia 18 de junho de 2016 é publicado “Conta na Suíça derrubou 3º ministro de Temer” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.). Era o terceiro ministro derrubado por investigações da Lava Jato, o que faz evocar uma imagem simbólica de profunda dúvida na capacidade de Temer em montar um governo mesmo dentro da lógica da política como jogo sujo.

Os dois títulos publicados no dia 23 de junho de 2016 noticiaram dois acontecimentos que, juntos, desagradavam a gregos e troianos da política nacional: “Temer manterá veto a políticos em nomeações de estatais” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.) e “Cunha se reuniu com Temer para discutir sucessão” (Folha de São Paulo. São Paulo: jun. 2016. Capa.). O primeiro título anunciava que a negociação de cargos ia ter um limite, o que não ajudava na consolidação de uma base na Câmara dos Deputados, enquanto o segundo apontava o viés articulador e golpista do presidente. A dubiedade das ações de Temer naquele momento evocava uma imagem simbólica que pode ser sintetizada na chamada de uma coluna de opinião publicada no dia 02 de agosto de 2016: “Efetivação de Temer não trará ao Brasil estabilidade política” (Folha de São Paulo. São Paulo: go. 2016. Capa.). As promessas feitas por aqueles que defendiam e articulavam o golpe, no fim, não viriam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos no segundo capítulo que mesmo os avanços sociais em relação à renda das camadas mais baixas da sociedade, um maior acesso ao crédito e nem mesmo as políticas lulistas de acesso ao ensino superior foram suficientes para mudar as estruturas de desigualdades sociais que regem o Brasil. A eclosão das jornadas de junho expôs as feridas abertas por um crescimento rápido que gerou ao mesmo tempo uma insatisfação da classe média, ao ver a classe alta se afastar e a classe baixa se aproximar, especialmente através do poder de compra e pelo aumento nos “custos” dos serviços, e uma insatisfação da classe trabalhadora que, ainda que estivesse ascendendo de classe quanto a educação, não via o reflexo dessa ascensão refletida na renda familiar.

Após a cooptação daquele movimento por lideranças identificadas no centro-direita do espectro político, amainando demandas mais radicais de qualquer lado – desde a exigência do passe livre à intervenção militar –, restaram parcelas da sociedade polarizadas entre os que defendiam o mantimentos das políticas de auxílio social e aqueles que viam na esquerda uma manifestação do petismo e, portanto, de práticas corruptas e imorais.

No ano seguinte, 2014, o país viu o abismo entre esses polos ideológicos crescer vertiginosamente por dois motivos principais: a eleição presidencial, que naturalmente pela forma com que ocorrem tendem a separar a população em dois grupos nem que seja apenas no segundo turno, mas também pela operação Lava Jato, que teve seu início no dia 17 de março daquele ano.

As disputas dentro e fora da política institucional já estavam acirradas por si só. Mesmo se reelegendo, Dilma o faz com pouco mais de 3% de vantagem contra Aécio Neves, provando em números a profunda divisão que se via na população brasileira, que viria a se aprofundar ainda mais. A operação Lava Jato atuava de maneira muito próxima à imprensa brasileira, de modo que, segundo a análise de Feres Júnior, Barbabela e Bachini (2018, p. 199), “a palavra mais adequada para descrever a relação entre esses dois objetos seria o mutualismo”.

Outros autores como Cioccarì (2016), Santana (2018), Campos e Cardoso (2017) ainda apontam que as denúncias e operações da Polícia Federal eram agendadas na imprensa de maneira tal que alimentavam as manifestações que pediam a renúncia de Dilma Rousseff, e que Morigi et al (2015) destaca ao apontar a

capacidade da mídia hegemônica em atuar como um agente de produção simbólica ao perpetuar representações sociais.

E é a partir deste ponto que adentramos na discussão sobre a produção de situações com alta potencialidade de criar imaginários. Como mostra Silva (2017, p. 24), “não há garantias de que vá funcionar e não se pode planejar a operação em todas suas etapas”, mas é sim possível produzir situações com capaz de criar excessos de sentidos o suficiente a ponto de criar um imaginário. As tecnologias do imaginário não impõem uma versão da real, elas atuam através da “povoação do universo mental como um território de sensações fundamentais” (SILVA, 2003, p. 22).

Na era digital, saturada por sugestões de imagens simbólicas e sensações, o que faz uma tecnologia de imaginários ser mais eficaz que as outras é uma questão de legitimidade. No meio de tantas fontes de informações, o próprio imaginário do jornalismo que o apresenta como imparcial e objetivo auxilia na impregnação e consolidação das imagens simbólicas sugeridas em suas páginas.

Esse processo pode ainda se intensificar quando várias empresas-tecnologias de imaginários aliam seus interesses e atuam de forma conjunta na promoção de narrativas compostas por imagens simbólicas específicas. Caso esses interesses confluem na defesa de uma ruptura institucional, podem criar um ambiente de legitimação de um golpe, como aconteceu no período que antecedeu, e até mesmo no período que sucedeu, o golpe midiático-civil-militar de 1964 (SILVA, 2014) no Brasil.

Naquele período, como mostra as investigações de Lorangeira (2014) e Silva (2014), quando a imprensa hegemônica brasileira se aliou à instituições civis, especialmente através do IBAD, mantido “por no mínimo 70 empresas e associações comerciais e rurais” (LARANJEIRA, 2014, p. 47), e o IPES, criado ainda em 1962 para “dar consistência orgânica ao pensamento dos grupos econômicos desincompatibilizados com políticas popular e reformista e afinados à interlocução com o capitalismo multinacional” (LARANJEIRA, 2014, p. 48), promovendo uma campanha contra o presidente João Goulart, promovendo a narrativa de que se vivia na pior crise econômica da história em um governo que, além de ser o mais corrupto, ainda era aliado ao comunismo.

Assim, é a partir deste referencial teórico que buscamos responder os problemas desta pesquisa.

Para responder o primeiro problema, “Quais foram as narrativas formadas pelas imagens simbólicas sugeridas nos títulos das capas das edições impressas do jornal diário Folha de São Paulo sobre o processo de deposição de Dilma Rousseff ao longo de sua tramitação no Congresso Nacional entre os dias 1 de dezembro de 2015 e 1 de setembro de 2016?”, utilizamos a metodologia de Análise Discursiva de Imaginários (ADI) proposta por Silva (2019), e encontramos oito narrativas formadas pelas imagens simbólicas sugeridas nos títulos publicados nas capas da FDSP ao longo de período delimitado, que são:

1. A política como um jogo sujo
2. A crise econômica
3. A crise social
4. Dilma incompetente
5. A ampliação da personagem Dilma/antipetismo
6. A legitimidade do processo em si/do rito no Congresso
7. A justiça e a classe política
8. Temer nem tão consolidado assim

Cada uma das narrativas listadas acima é composta por seu próprio leque de imagens simbólicas. Como vimos na análise, em diversos momentos aparecem títulos que sugerem imagens simbólicas de narrativas diferentes, criando uma pluralidade ainda maior de sentidos evocados ao longo da cobertura.

O segundo problema desta pesquisa, “Houve a participação da Folha de São Paulo na formação de um ambiente favorável ao golpe ao longo da tramitação do processo no Congresso Nacional?”, começa a ser respondida no momento em que a bibliografia utilizada ao longo desta pesquisa indica a existência de um ambiente de legitimação do golpe durante o período que o golpe tramitou no Congresso, especialmente a partir da atuação da imprensa hegemônica em uma relação de mutualismo e cooperação com outras instâncias e camadas do Estado e da sociedade.

As sugestões levantadas ao longo das discussões ainda são corroboradas pela análise realizada neste trabalho, que indica que a Folha de São Paulo participou na criação, ou pelo menos solidificação, de narrativas que legitimavam o golpe. Ainda assim, uma investigação de maior fôlego poderá ser capaz de apontar a criação deste ambiente ao longo do período que antecedeu o golpe de 2016 em um nível de maior

complexidade, apontando as relações entre os diversos setores sociais (como as manifestações, a FIESP etc.), setores do Estado (legislativo, judiciário etc) e de outros atores da imprensa hegemônica brasileira na construção deste ambiente.

Quanto ao terceiro problema, “Caso tenha ocorrido, como foi a participação da Folha de São Paulo na formação de um ambiente favorável ao golpe ao longo da tramitação do processo no Congresso Nacional?”, pode-se afirmar que a participação da Folha de São Paulo se deu principalmente através da reiteração praticamente constante de imagens simbólicas que atacavam direta ou indiretamente a imagem de Dilma Rousseff. De todas as narrativas identificadas, a única que não tangencia a imagem da personagem Dilma é a última, que reafirma a legitimidade do governo Temer, ainda que apresentando seu governo em um viés negativo. Em nenhum momento a legitimidade do governo que assumiu foi questionada – pelo menos não nas capas da FDSP no período analisado.

Por fim, acreditamos que esta pesquisa tenha conseguido cumprir com os três objetivos propostos: a efetiva ampliação sobre o caráter simbólico do golpe de 2016; a elaboração de um procedimento metodológico a partir das diretrizes propostas pela ADI; e, ainda que haja muito que ser estudado ainda, esta dissertação apresenta um olhar complexo, profundo, e compreensivo sobre a relação da imprensa hegemônica com a mais recente ruptura institucional das quais o Brasil já passou.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, É. A. O escândalo da Lava Jato no governo Dilma Rousseff. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 11., 2018, Curitiba. Anais eletrônicos [...]. Rio de Janeiro: ABCP, 2018. p. 1-20.
- BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, Tipificação e Interação**. São Paulo: Cortez, 2005.
- BECKER, C.; CESAR, C.; GALLAS, D.; WEBER, M. H. Manifestações e votos ao impeachment de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros. **Revista Latinoamericana de Las Ciencias de La Comunicacion**, Butantã, v. 13, n. 24, p. 96-113, 2016.
- CAMPOS, M. M.; CARDOSO, V. A. R. Impeachment: uma análise do enquadramento noticioso da Folha de S. Paulo. In: **Anais do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, Volta Redonda, 2017. Recuperado de: <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2017/resumos/R58-0336-1.pdf>.
- CAMPOS, M. M.; COIMBRA, M. R.; OLIVEIRA, L. A. O processo de abertura de Impeachment da presidente Dilma Rousseff: uma análise do enquadramento midiático da Folha de São Paulo. **Cadernos de Comunicação, [S. l.]**, v. 23, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/32017>. Acesso em: 17 ago. 2022.
- CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.
- DA SILVA, J. M. **1964: golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 2017.
- DA SILVA, J. M. **As tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- DA SILVA, J. M. **Diferença e descobrimento: o que é imaginário? A hipótese do excedente de significação**. Porto Alegre: Sulina, 2017.
- DIAS, L. A.; SOUZA, R. L. Golpes e narrativas: a imprensa em 1964 e 2016. In: DIAS, L. A.; SEGURADO, R. (Org.). **O golpe de 2016: razões, atores e consequências**. São Paulo: Intermeios, 2018.
- DE CASTRO, G. Imaginário, literatura e mídia. In: Congresso do CRI2I, 2., 2015, Porto Alegre. **A Teoria Geral do Imaginário 50 anos depois: conceitos, noções, metáforas**. Porto Alegre: Imaginalis, 2015. p. 182-190.
- DETIENNE, M. **Comparar o incomparável**. Aparecida: Ideias e Letras, 2004.
- DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- DURAND, G. **La imaginación simbólica**. Buenos Aires: Amorrortu, 1968.

CENSO do IBGE mostra crescimento no número de brasileiros com ensino superior. **Guia do Estudante**, 2017. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/censo-do-ibge-mostra-crescimento-no-numero-de-brasileiros-com-ensino-superior/>. Acesso em: 24 mai. 2022.

FERES JÚNIOR, J.; BARBABELA, E.; BACHINI, N. A Lava Jato e a Mídia. In: FERES JÚNIOR, J.; KERCHÉ, F. (Org.). **Operação Lava Jato: e a democracia brasileira**. São Paulo: Contracorrente, 2018. Cap. 8. p. 199-228.

FERES JUNIOR, J.; SASSARA, L. O. O terceiro turno de Dilma Rousseff. **Saúde debate**, v. 40, Dec. 2016a, p. 176-185.

FERNANDES, S. **Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira**. Autonomia Literária, 2019.

FONSECA, F. A desestabilização política e o Golpe: atores e estratégias do consórcio de golpeou a democracia em 2016. In: DIAS, L. A.; SEGURADO, R. (org.). **O golpe de 2016: razões, atores e consequências**. São Paulo: Intermeios, 2018.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HADDAD, F. (Des)ilusões liberais: FHC, Lula e a ficção histórica de Marcos Lisboa In: LISBOA, M.; PESSÔA, S. (Org.). **O valor das ideias: debate em tempos turbulentos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Cap. 12. p. 275-289.

JUDENSNAIDER, E. et al. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

KIELING, C. G.; PELÁEZ ROPERÓ, J. M. Debates Midiáticos Sobre Reforma Agrária em Contextos de Ruptura Institucional: 1932–1936 na Espanha e 1964 no Brasil. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 187–209, 2022. Disponível em: <https://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/3923>. Acesso em: 17 ago. 2022.

LARANGEIRA, Á. **A mídia e o regime militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LEGROS, P. et al. **Sociologia do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LEIA a íntegra do pedido de impeachment de Dilma aceito por Eduardo Cunha. **GZH**, 2015. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/12/leia-a-integra-do-pedido-de-impeachment-de-dilma-aceito-por-eduardo-cunha-4921294.html>. Acesso em: 08 mar. 2023.

LISBOA, M. Outra história: uma resposta a Fernando Haddad. In: LISBOA, M.; PESSÔA, S. (Org.). **O valor das ideias: debate em tempos turbulentos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Cap. 11. p. 253-274.

LISBOA, M.; PESSÔA, S. (Ed.). **O valor das ideias**: debate em tempos turbulentos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MAFFESOLI, M. **O conhecimento comum**: Introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MAFFESOLI, M. Michel Maffesoli: o imaginário é uma realidade. **Revista FAMECOS**, v. 8, n. 15, p. 74-82, 2008.

MARQUES, F. P. J.; MONT'ALVERNE, C.; MITOZO, I. B. A empresa jornalística como ator político: Um estudo quanti-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. **Observatorio (OBS*)**, [S. l.], v. 12, n. 3, 2018. Disponível em: <https://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/1166>. Acesso em: 20 mai. 2022.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil**: da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MORIGI, V. J.; STUEBER, K.; ENGELMANN, S. I.; CRESQUI, C. Tensões nas representações sobre a democracia nos atos contra e pró-impeachment do Governo Dilma Rousseff na cobertura do jornal Folha de São Paulo em 2015. **Intexto**, Porto Alegre, n. 42, p. 36–55, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/76398>. Acesso em: 20 mai. 2022.

MOTTA, L. G. (Org.). Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, p. 143-167, 2008.

ORELLANA, C. A imaginação radical. In: CONGRESSO DO CRI2I, 2., 2015, Porto Alegre. **A Teoria Geral do Imaginário 50 anos depois**: conceitos, noções, metáforas. Porto Alegre: Imaginalis, 2015. v. 1, p. 416-433.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Novo manual da redação**. 6. ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 1996.

CÂMARA dá o aval para o impeachment de Dilma Rousseff. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 abr. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1761977-camara-da-aval-a-impeachment-de-dilma-senado-decidira-afastamento.shtml>. Acesso em: 03 mai. 2022.

DILMA e Aécio vão ao segundo turno e reavivam polarização entre PT e PSDB. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 out. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/189307-dilma-e-aecio-vao-ao-segundo-turno-e-reavivam-polarizacao-entre-pt-e-psdb.shtml>. Acesso em: 03 mai. 2022.

MANIFESTAÇÕES atingem 12 capitais e têm cenas de violência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2013. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296885-manifestacoes-atingem-12-capitais-e-tem-cenas-de-violencia.shtml>. Acesso em: 03 mai. 2022.

PASE, A. F.; DA ROCHA, G. G. Além do deep fake e da empatia: encontros, intersecções e experimentos. In: GUTFREIND, C. F.; DA SILVA, J. M.; JORON, P. (Org.). **Laço social e tecnologia em tempos extremos**: imaginário, redes e pandemia. Porto Alegre: Sulina, 2020. Cap. 2. p. 159-182.

PESSÔA, S. A CRISE ATUAL. In: CEBRAP. **Novos Estudos**. 102. ed. São Paulo: Cebrap, 2015. p. 9-14.

PESSÔA, S. Esquerda precisa desapegar de crenças e fazer avaliação honesta de anos FHC In: LISBOA, M.; PESSÔA, S. (Org.). **O valor das ideias: debate em tempos turbulentos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Cap. 8. p. 200-206.

PINHEIRO, T. R.; VIEIRA, J. C. Análise da atuação da grande imprensa brasileira no impeachment de Dilma Rousseff. **Revista UNINTER de Comunicação**, Centro Universitário Internacional (UNINTER), v.6, n.11, p. 151-180, 2018.

PITTA, D. P. R. **Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand**. Curitiba: CRV, 2017.

POZOBON, R. de O.; PRATES, A. C. Espetacularização e personalização da política na mídia: o impeachment de Dilma Rousseff nos jornais O Globo e Folha de S. Paulo. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 187-202, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/133690>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SANTANA, P. A política como jogo: o enquadramento de imagens no impeachment de Dilma Rousseff no jornal Folha de São Paulo. In: **Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**, XX., 2018, Juazeiro-BA. Anais [...] Rio de Janeiro: Intercom, 2018. p. 1 - 15.

SINGER, A. **O Lulismo e Crise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. In: **Novos estudos CEBRAP**, p. 83-102, 2009.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TRAVASSOS, T. **A transformação histórica do gênero capa de jornal**. 2010. 179 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7126>. Acesso em: 12 fev. 2023.

VASCONCELLOS, F. C. **AS CRISES DO JORNALISMO NO CONTEXTO DIGITAL BRASILEIRO**: um estudo sobre produção e imaginário. 2020. 483 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, PUCRS, Porto Alegre, 2020.